

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

MIRIAN CRISTINA LOPES

**CULTURA POLÍTICA NO LITORAL DO PARANÁ:
A UFPR-LITORAL E “AS ÁGUAS DE MARÇO”**

CURITIBA

2014

MIRIAN CRISTINA LOPES

**CULTURA POLÍTICA NO LITORAL DO PARANÁ:
A UFPR-LITORAL E “AS ÁGUAS DE MARÇO”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Tarcisa Silva Bega

Co-orientador: Profº. Dr. Valdo José Cavallet

CURITIBA

2014

Dedico esse trabalho aos “Povos atingidos pelas Enchentes”, pelo muito que pudemos aprender juntos em relação à participação política e a organização comunitária. Dedico aos vários sujeitos da comunidade de Floresta que mesmo tendo que enfrentar um cotidiano de extrema negligência frente aos seus direitos, sempre nos receberam de modo aberto a novas tentativas e não desistiram diante de tantos fracassos. Em especial, dedico esse aprendizado ao Seu Heleno pela coragem demonstrada por diversas vezes frente aos que ele mesmo designava de “os poderosos”.

Ao “Grupo de Trabalho de Morretes”, esses (as) sujeitos diferenciados com quem tive a oportunidade de dividir experiências. A vocês dedico esse trabalho, principalmente pela coragem que tiveram e têm de encarar o desafio de se rever e de repensar a universidade, mesmo diante de pouco e/ou nenhum reconhecimento.

Aos educandos (as) e aos educadores da UFPR-Litoral, por terem me proporcionado muitos momentos de troca, reflexão e aprendizado, no exercício da prática enquanto educadora.

A educadora Jussara Rezende de Araújo, pela dedicação e pela resistência na luta por uma Educação mais humanizada. (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora Profa. Dra. Maria Tarcisa Bega e ao meu co-orientador Prof. Dr. Valdo José Cavallet, não porque seja de praxe, mas porque foram realmente essenciais à construção desse trabalho. Não porque precisaram corrigir linhas, indicar autores e/ou orientar os caminhos, mas porque nessa relação foram além do “professorar”, agiram enquanto educadores que priorizam o processo educativo e não as formalidades de que o espaço acadêmico é impregnado.

Em especial, agradeço a você Valdo, pelas inúmeras vezes que enquanto educador teve que caminhar comigo, mesmo quando eu “optava” pelos caminhos mais difíceis. Saiba que o exercício da escutatória e da alteridade, estarão em mim entranhados pelo resto dos meus dias.

Aos meus filhos Inayelli e Junior, muito obrigada, pelo modo como compreenderam as ausências e pelo modo como agiram mesmo quando não puderam compreender. Sei o quanto fiz falta, fossem nos momentos em que dividi o mesmo espaço, mas não pude dar atenção, fossem nos momentos em que exigiram completa distância. Que os sacrifícios feitos em relação ao tempo que nos foi privado, venha a fazer parte de uma nova construção que nos leve a um patamar ainda mais amplo de compreensão deste que foi um processo repleto de desafios. Obrigada pelo amor, mesmo quando não pude retribuir.

A Soraya Paula e a Maria Luiza por terem sido a força que me levou a seguir em frente, por terem enxugado as lágrimas, por terem reservado o colo e por acreditarem que eu conseguiria mesmo quando tudo parecia perdido. Muito obrigada por terem me acompanhado nesses dois anos que foram um dos mais difíceis da minha vida.

A você Suzana Cini Freitas Nicolodi, pelo carinho, pelas ações de incentivo e apoio, pela pedagogia do abraço, pela postura enquanto colega de trabalho e principalmente pela amizade.

Agradeço a você Isaac Maciel, pelos momentos de debate e pelos “caderninhos mágicos” que, entre as conquistas do universo teórico, me levaram a conhecer Foucault.

Aos colegas de turma Carolina Ribeiro, Sivaldo Forteski e Silvia Grechinski, pelos momentos prazerosos, pois foram muito significativos.

Aos membros da banca de qualificação e da banca final do mestrado, pelo comprometimento com o programa e pela prontidão, nesse que é um dos momentos especiais da minha caminhada.

Finalizo meus agradecimentos, na contemplação dos moradores do Litoral do Paraná, em especial ao povo Caiçara, merecedores de todo o meu respeito. Sujeitos tantas vezes injustiçados, pela ignorância dos que cegamente não percebem a essência e sabedoria de um povo que segue respeitando o solo, as marés e biodiversidade do território que tanto conhecem. Torço para que muitos outros tenham a oportunidade de conhecê-los em suas particularidades culturais, pois é desse tipo de troca que a humanidade precisa, para quem sabe reaprender a sentir o tempo e perceber a importância da simplicidade para uma vida mais viva.

É pau, é pedra, é o fim do caminho

É um resto de toco, é um pouco sozinho
É um caco de vidro, é a vida, é o sol
É a noite, é a morte, é o laço, é o anzol
É peroba do campo, é o nó da madeira
Caingá, candeia, é o MatitaPereira
É madeira de vento, tombo da ribanceira
É o mistério profundo, é o queira ou não queira

É o vento ventando, é o fim da ladeira

É a viga, é o vão, festa da cumueira
É a chuva chovendo, é conversa ribeira
Das águas de março, é o fim da canseira
É o pé, é o chão, é a marcha estradeira
Passarinho na mão, pedra de atiradeira
É uma ave no céu, é uma ave no chão
É um regato, é uma fonte, é um pedaço de pão

É o fundo do poço, é o fim do caminho

No rosto o desgosto, é um pouco sozinho
É um estrepe, é um prego, é uma ponta, é um ponto
É um pingo pingando, é uma conta, é um conto
É o projeto da casa, é o corpo na cama
É o carro enguiçado, é a lama, é a lama
É um passo, é uma ponte, é um sapo, é uma rã
É um resto de mato, na luz da manhã

São as águas de março fechando o verão

É a promessa de vida no teu coração

RESUMO

Nesse trabalho disserta-se acerca da Cultura política, com vistas a traduzir parcelas da realidade social, principalmente no que se refere à participação social e ao uso do poder. Debruça-se nos aspectos políticos e culturais que direta e/ou indiretamente influenciam a construção da cultura política do povo Litorâneo. E com base nos desdobramentos que afetam os processos decisórios, explicita-se em que medida o capital social e os valores políticos dos sujeitos incide na construção e na consolidação do pensar e do construir valores e ações sociopolíticas. O estudo apresenta também, um diagnóstico que compila os principais condicionantes socioeconômicos, sociopolíticos, socioambientais e socioculturais da região. Todo o estudo parte da experiência vivenciada junto a algumas comunidades do Litoral, no que foi o maior desastre socioambiental já ocorrido na região (“as águas de Março de 2011”) e culmina na tradução da educação enquanto elemento essencial de possíveis mudanças na cultura política a partir da participação popular.

Palavras-chave: Cultura Política, Poder e Participação Popular.

ABSTRACT

This report discusses the political culture, in order to translate portions of the social reality, particularly regarding social participation and the use of power. It focuses on political and cultural aspects that directly and/ or indirectly influence the construction of the political culture of the Coastal people. Based on developments that affect decision-making processes, it explicitly the extent to which social capital and political values of the subject focuses on the construction and consolidation of think in grand builds values and socio-political actions. This study al so shows a diagnosed is that compiles the main socio-economic, socio-political, environmental and socio-cultural conditions of the region. All the study parts from the experience of some communities along the coast, in what was the largest environ mental disaster that has occurred in the region ("the waters of March 2011") and culminates in the translation of education as essential element of possible changes in the political culture from popular participation.

Keywords: Political Culture, Power and Popular Participation.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	x
LISTA DE TABELAS	xi
LISTA DE SIGLAS.....	xii
RESUMO.....	xii
ABSTRACT.....	xiii
INTRODUÇÃO	13
1. LITORAL DO PARANÁ: O CENÁRIO	28
1.1 O PALCO CENTRAL	34
1.2 A PEÇA: AS ÁGUAS DE MARÇO DE 2011.	49
2. OS ATORES: DESABRIGADOS E INSTITUIÇÕES LOCAIS.....	59
2.1 HOLOFOTES: RELATOS DOS DESABRIGADOS.....	60
2.2 A PRESENÇA DA UFPR-LITORAL COMO AGENTE DE PROPULSOR DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO LITORAL DO PARANÁ.....	74
2.3 A UFPR-LITORAL: EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA PARA O FOMENTO DA ORGANIZAÇÃO POPULAR	79
2.4 O VALOR DA EXPERIENCIA: O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA UFPR – LITORAL	87
3. CULTURA POLÍTICA.....	105
3.1 CULTURA POLÍTICA E POLÍTICA PÚBLICA.....	112
3.2 O PODER, A PARTICIPAÇÃO POPULAR E A CULTURA POLÍTICA	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	133

REFERÊNCIAS.....	140
ANEXOS	148
APÊNDICE A	150
APÊNDICE B	151

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Comparativo da diferença na estrutura dos bairros Caiobá e Tabuleiro - Av. no bairro de Caioba e Rua no bairro Tabuleiro	38
Figura 2: Alagamento e Desmoronamento dos Morros em Morretes	51
Figura 3: Veias nos morros, causadas pelo deslizamento de terras.....	52
Figura 4: Moradia soterrada por desabamento.	54
Figura 5: Distrito de Floresta completamente atingido pelos deslizamentos, troncos das árvores.....	55
Figura 6: Casa destruída pelo deslizamento da encosta.....	57
Figura 7: Intervalo das rodas de conversa. Desabrigados no Viveiro em Morretes	71
Figura 8: primeiro grupo de trabalho a seguir para os municípios atingidos.....	76
Tabela 5: Descrição dos projetos realizados no município de Morretes	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quadro dos Caminhos Metodológicos.....	26
Tabela 2: Principais Atividades Econômicas por Município	30
Tabela 3: Dados da Dimensão Territorial e Social	32
Tabela 4: Panorama Municipal de Saneamento Básico e Despesas com Saúde	41
Tabela 5: Descrição dos projetos realizados no município de Morretes	86

LISTA DE SIGLAS

ADEMADAN – Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina

APA – Área de Proteção Ambiental

CAPS – Centro de Atendimento Psíquico Social

CFB – Constituição Federal do Brasil

CMPU – Conselho Municipal de Política Urbana

CNACID – Centro de Apoio Científico em Desastres

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro Especializado de Assistência Social

CRIP – Centro de Interesse Público da Universidade Federal de Minas Gerais

FNDU – Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano

FTP – Fundamentos Teórico Práticos

ICH – Interações Culturais e Humanísticas

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPARDES – Instituto de Pesquisa

IPDM – Índice IPARDES de Desenvolvimento Municipal

LABMÓVEL – Laboratório Móvel de Educação Científica da UFPR-Litoral

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MINEROPAR – Minerais do Paraná

MOTIRO – Sociedade Cooperativa

NIMAD – Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento da UF-PR

PA – Projeto de Aprendizagem

PEDUR – Programa de Desenvolvimento Urbano e Regional

PIB – Produto Interno Bruto

PNAS – Política Nacional de Serviço Social

PNPCT – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

PPC – Projeto Político Curricular

PPP – Projeto Político Pedagógico

PR – Paraná

REUNI – Projeto de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SIMEPAR – Sistema Meteorológico do Paraná

SMASM – Secretaria Municipal de Ação Social de Morretes

SMASRT – Secretaria Municipal de Assistência Social e Relações do Trabalho de Pontal do Paraná.

SUAS – Sistema Único da Assistência Social

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UFPR/LITORAL – UFPR – Setor Litoral

INTRODUÇÃO

“O problema político essencial para o intelectual é desvincular o poder da verdade das formas de hegemonias (sociais, econômicas, culturais) no interior das quais funcionam no momento”. (FOUCAULT, p. 14).

A busca pelo conhecimento é uma das caminhadas mais antigas da sociedade. Porém, mesmo nos tempos atuais, demonstramos não ter encontrado respostas frente à velha desigualdade social. O que de certo modo nos coloca diante de um tempo de incertezas e angustias que parecem superar o tempo e as coisas.

Na contemporaneidade alguns autores, apontam que uma das saídas visíveis seria retomar questões simples e refazer as antigas por vezes tidas como superadas, pois os novos tempos demonstram que pouco se sabe sobre nós mesmos, e esse pouco saber é cada vez mais insuficiente. Avançamos cientificamente a ponto de criar tecnologias que nos levaram aos céus, garantindo à humanidade o prazer de voar, porém não fomos capazes de desenvolver tecnologias suficientes e efetivas para eliminar a pobreza humana.

O modo como produzimos conhecimento apresenta fatos que nos levam a acreditar que a ciência ainda não conseguiu se colocar efetivamente a serviço da redução das desigualdades, principalmente no que se refere ao âmbito acadêmico. Nesse espaço, pobres, excluídos, miseráveis, doentes, entre outros, tem sido apresentados com mais frequência no sentido de apontar a sociedade a sua quantificação e localização e em menores proporções ocupam lugar privilegiado no que se refere ao lugar de fala.

Contudo, acredita-se que diretrizes e parâmetros mais humanizados possam ser construídos a fim de contemplar as novas demandas sociais postas à sociedade atual, a partir de posturas que combinem princípios éticos, políticos, com as pesquisas acumuladas pela ciência. A Educação nesse sentido é um dos caminhos possíveis a suprir as condições necessárias à vida em sociedade e ao repensar da vida no planeta, ainda que o maior foco tenha sido sempre, atender as demandas do mercado de trabalho.

Desde a minha entrada na vida acadêmica, o que se deu no ano de 2006, pela graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral (UFPR Litoral) questionamos o processo de descentralização do poder decisório por parte dos dirigentes municipais do Litoral do Paraná ¹ e as formas de participação da população na construção da agenda local. Questionamentos pautados nos contextos observados no cotidiano de trabalho frente à implantação das políticas públicas e sociais nas prefeituras municipais, primeiramente enquanto estudante, nos espaços de estágio e, posteriormente, como profissional.

Nesse contexto, é que se insere a assistente social, a educadora, a mestranda em sociologia, a pesquisadora e a mãe de dois filhos que acima de tudo sonha com uma sociedade menos desigual. Nessa perspectiva, delineamos caminhos a fim de compreender melhor a desigualdade social, e, ainda que a veia interventiva por vezes tenha sido um empasse à pura observação, busquei fazê-la ao longo dos sete anos de residência ², estudo e trabalho no litoral paranaense.

O foco das observações se deu predominantemente aos aspectos políticos participativos, pois se acreditava que a ação política-participativa poderia ser a saída para redução da desigualdade social. Tendo em vista a existência de relações clientelistas ³ entre gestores do poder público e setores da população (“privilégios” por meio de benefícios públicos) na forma de empregos em troca de apoio político (principalmente em períodos eleitorais), vetores importantes para explicação da ausência da população nos espaços decisórios.

Tal clientelismo foi destacado como questão relevante, tendo em vista que assumimos enquanto pressuposto que a participação popular é de suma importância na formulação e na implantação das políticas públicas.

¹ O Litoral do Paraná é constituído por sete municípios (Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná). Além das belas praias e Ilhas, o território apresenta um cenário de forte biodiversidade e abriga a maior extensão de mata nativa do estado do Paraná.

² Estabeleci residência no Litoral do Paraná em 2006, a partir da entrada no vestibular da UFPR-Litoral para o curso de Serviço Social (Matinhos) e desde então, atuei em quatro dos sete municípios. Inicialmente enquanto estudante em vários projetos de reconhecimento local, pesquisa e ações interventivas em diferentes comunidades, seguidos por trabalhos de estágio em Serviço Social na Secretaria de Assistência Social e Relações do Trabalho de Pontal do Paraná, posteriormente enquanto assistente social da Secretaria de Assistência Social de Matinhos e nos últimos dois anos como pesquisadora e professora substituta da UFPR-Litoral.

³ Aqui entendidas enquanto valores sociais e visão de governo onde predominam relações de favorecimento a parentes e colegas na forma de troca de favores (pedidos e solicitações) pautadas em razões diversas, onde prevalece o atendimento de pedidos de necessidades financeiras, pessoais e/ou familiares, entre outros. (GRAHAM, 1997).

Na medida em que estas se apresentam como uma forma de enfrentamento à Questão Social, ou seja, meio para garantir direitos frente à desigualdade social. Em outras palavras a realidade observada em vários municípios demonstra que a população que reside nesses locais está distanciada de vários dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal brasileira.

A partir dessa perspectiva estabeleceu-se como hipótese que o processo de constituição de políticas, nesses municípios está centralizado nas mãos de poucos, que ocupam os espaços decisórios frente às gestões municipais negando o princípio de que tais processos deveriam se pautar nos princípios de descentralização político-administrativa e de participação popular. A partir desse eixo da problematização, a pesquisa teve início pautada na hipótese de que a participação política a população litorânea estaria diretamente relacionada ao domínio das elites político-econômicas locais e determinada por essas elites.

Iniciamos a pesquisa a partir do levantamento de questões simples a fim de que fosse possível visualizar caminhos a compreensão dessas relações. Que problemáticas se apresentam na sociedade litorânea em relação à participação popular? O que gera a desigualdade social aqui existente? Onde podemos buscar respostas? Como o conhecimento acadêmico é capaz de contribuir de modo mais eficaz nessas questões? Essas e outras perguntas moveram o caminhar dessa pesquisa e, a cada passo dado, novas questões se apresentaram. As respostas encontradas nos levaram a determinar o estudo das elites como o problema de pesquisa.

Denominamos de elites políticas, determinados grupos da sociedade que mesmo em minoria exercem e detêm poder político e/ou econômico, em contraposição a uma maioria que é privada desse tipo de poder. Uma minoria distinta que, por suas posições na sociedade e/ou por suas aptidões tendem a comandar os demais membros da sociedade. Uma minoria que dirige, representa e que se perpetua pelo modo como fazem uso do poder para seus próprios fins e que, entre outros, constituem uma classe política organizada. (BOBBIO, 1986; MOSCA 1996; MILLS 1957; PARETO, 1996).

Após estabelecer o estudo das elites como foco de pesquisa, as questões ficaram mais específicas. Como as elites política e econômica influenciam e encaminham as decisões locais? Os dirigentes e atores políticos que integram as elites político-econômicas agregam outras forças políticas para definição da a-

genda local? Qual a gênese dos grupos políticos que se revezam no poder? Quais forças sociais confrontam o poder da elite dominante de Matinhos?

Contudo, o cursar as disciplinas obrigatórias do mestrado viabilizou a inclusão de novas leituras e essas mudaram o rumo da pesquisa e o próprio objeto. O novo leque de autores demonstrava que as elites políticas e/ou econômicas contemplavam apenas uma parcela dos vários fatores que poderiam influenciar e/ou determinar a participação política de uma população. Ou seja, vislumbramos discutir as demais questões socioculturais que se apresentaram, pois também precisavam ser observadas, compreendidas e analisadas. Nesse momento poderíamos ignorar o novo fato e seguir com o caminho previsto, porém optamos por recomençar todo o processo, a fim de garantir a legitimidade para com o processo de pesquisa.

Desse modo foi necessário modificar a proposta de investigação, dado que as novas disciplinas nos proporcionaram averiguar que o problema de pesquisa deveria ser mais amplo. Assim, a compreensão em relação a influencia das elites políticas e/ou econômicas na participação popular passou a ser apenas mais um objetivo da pesquisa, pois um problema de pesquisa ainda maior tinha se revelado.

Optamos por reavaliar o campo de pesquisa, pois era preciso partir de um recorte da realidade que contemplasse um amplo leque de possibilidades no que se refere aos aspectos metodológicos e que incorporasse a dimensão sociocultural própria do novo problema de pesquisa. Nesse sentido, decidimos enfrentar o desafio de uma pesquisa alicerçada nas vivências realizadas no município de Morretes (Grupo de Trabalho Morretes), município onde já atuava a mais de dois anos junto a uma equipe, tinha proximidade com diversos atores e instituições locais, além de ter vivenciado junto à população experiências diversas em relação ao novo objeto de pesquisa.

Portanto, esse trabalho trata da cultura política do Litoral do Paraná enquanto objeto teórico. Elege como problema de pesquisa, a compreensão dos principais aspectos políticos e culturais que direta e/ou indiretamente influenciam a construção da cultura política presente no Litoral do Paraná. E apresenta enquanto estudo de caso a experiência vivenciada pela população litorânea no maior desastre socioambiental já ocorrido na região (com foco no município de Morretes) a fim de cumprir com os propósitos ideo-políticos e teórico-metodológicos da pesquisadora.

ASPECTOS METODOLOGICOS

Trata-se de um estudo, que teve início em Março de 2011 e encerra-se em Fevereiro de 2014, processo que compreendeu: mais de um ano de atividades de observação junto à população, (Março/2011 a Abril/2012); quatro meses de pesquisa-ação (Março/2012 a Julho/2012); um ano de distanciamento do campo (Julho/2012 a Junho/2013) e mais três meses *in loco* para análise da experiência e retomada de entrevistas abertas (Outubro a Dezembro/2013).

Como já mencionado, a problemática da pesquisa reside em a compreensão dos principais aspectos políticos e culturais que direta e/ou indiretamente influenciam a construção da cultura política presente no Litoral do Paraná. Cultura política entendida enquanto um sistema de natureza diversa que oferece orientação subjetiva ao fazer político, e que é constituída por valores, crenças e símbolos, que constituem tipos de caráter, comportamento, tipos de regime, entre outros. (DAHL, 1997, p. 159-175).

De modo geral, se objetiva, compreender os principais aspectos que direta e/ou indiretamente influenciam na construção da cultura política presente no Litoral Paranaense. E mais especificamente objetiva-se: identificar os principais determinantes que influenciam a construção da cultura política local; problematizar a cultura política em relação ao exercício da cidadania; apontar, na composição da população litorânea, movimentos possíveis no que se refere a determinar e/ou direcionar a política pública para a garantia de direitos; explicar a cultura política em relação à participação política, assim como, explicitar os possíveis desdobramentos que afetam os processos decisórios e identificar se esses reduzem as possibilidades de mobilidade social na estrutura de poder; levantar os condicionantes sociais, econômicos, políticos e culturais que se tornam mais visíveis em situações de desastres socioambientais e possibilitar a população litorânea acesso a produções acerca de sua realidade.

Tal estudo se justifica a partir da “crença” (conceito sociológico de Bourdieu) de que é preciso identificar em que medida o capital social e os valores políticos dos sujeitos incide ou não na construção e na consolidação do pensar e do construir valores e ações sociopolíticas, pois se trata de rever a história, relacioná-la ao presente e lançar questões ao futuro.

E, ainda que tal justificativa se apresente como um grande desafio intelectual, devido à abrangência teórico-metodológica exigida pelo objeto para sua contextualização, não fazê-lo seria o mesmo que desperdiçar a potencialidade dessa experiência.

Tomamos tal perspectiva de análise após verificar que são raros os estudos sobre o Litoral do Paraná que contemplem a cultura política enquanto determinante sócio histórico da ação política. Ao mesmo tempo, embora a temática ambiental já tenha sido bastante contemplada, não existem estudos que apresentem relatos detalhados acerca dos desastres socioambientais tomados a partir da perspectiva dos atores que os vivenciaram ou vivenciam.

Desse modo, aprofundar e desvendar os nexos objetivos e subjetivos que compõem essa relação social é o caminho que escolhemos para compreender e/ou atuar frente à desigualdade social ali materializada, tendo em vista que este estudo, não só contextualiza o tema, mas também aponta possíveis saídas pelo fato de apresentar novas experiências.

Assim, iniciamos a pesquisa de modo exploratório, a fim de primeiramente elencar para depois contextualizar as particularidades da cultura política do Litoral – PR. Em seguida a pesquisa de campo foi realizada de modo a agregar dados quantitativos e qualitativos e o recorte espacial, se deu dentro do litoral paranaense, centralizado no território de Morretes.

O processo de levantamento de dados se deu por diversas ferramentas, entre elas, as histórias orais, rodas de conversa, diário de campo e entrevistas abertas. Para análise dos dados coletados, utilizamos a Análise de Conteúdo e para centralizar o processo, a técnica de Grupos Focais.

As perspectivas teóricas não foram definidas previamente. Ao contrário, a cada passo se percebia que para compreender o objeto de pesquisa seria essencial se apropriar de caminhos analíticos que abordassem técnicas e instrumentos amplos, pois as questões apresentadas não poderiam ser alocadas em uma só área de conhecimento, como por exemplo, foi necessário fazer usos de teorias antagônicas a fim de compreender o sentido dado pelos sujeitos sobre as situações vivenciadas. Assim, ainda que diversas em muitos aspectos, o leque mais diverso, garantiu reais possibilidades de análise das experiências vivenciadas no campo pesquisado.

A pesquisa de campo sinalizava a necessidade de olhar atentamente para as particularidades do território, dos grupos e dos indivíduos, pois elas apontavam fazer sentido no geral (Morretes/Litoral/Brasil). O que exigiu, teorias que não ignorassem as potencialidades dos conhecimentos gerados pelas comunidades caiçaras⁴ em função da racionalidade científica. E que localizasse a relação entre os princípios verificados e os fatos sociais, pois estas se apresentavam indissociáveis nos dados. O campo exigia, entre outros, teorias que respondessem as contradições percebidas entre teoria e a prática (práxis), assim como aos conflitos postos aos sujeitos.

Assim, para elencar as bases teóricas, partiu-se de duas questões gerais: Que papel cumpre o Estado na regulação social e em que medida esta determina ou não a condição de desigualdade vivenciada pelos moradores atingidos pelos desastres ambientais? Que tipo de determinante sociocultural influencia a visão desses sujeitos em relação à cultura política?

Aos poucos se percebeu que não haveria respostas diretas, tão pouco, um só condicionante causador. As rodas de conversa, por exemplo, continham relatos individuais sobre a história de vida dos sujeitos da pesquisa, demonstravam que os valores e as crenças, retratavam muito mais da realidade cotidiana, principalmente no que se refere aos significados que os sujeitos dão as coisas do mundo e ao mundo das coisas, o que não pode ser ignorado enquanto fator determinante ao analisar o social.

A partir dessa perspectiva, assumimos o desafio de trabalhar com todas as possibilidades metodológicas que o campo pedisse, pois a realidade é complexa, heterogênea e contraditória. Em outras palavras, seguir a risca apenas uma orientação nos limitaria e decidimos por um caminho mais dialógico entre as possíveis explicações do real.

Dessa maneira, o processo de pesquisa aqui ocorrido foi bastante amplo em relação aos aportes teórico-metodológicos e acreditamos que o detalhamento de tais pressupostos, é essencial à compreensão do processo de pesquisa.

⁴A terminologia Caiçara foi escolhida por ser de fato a referência para o povo que nasce no Litoral do Paraná. Os Caiçaras formam as comunidades tradicionais caiçaras, oriundas da miscigenação entre indígenas e colonizadores, que ainda vivem em contato íntimo com a natureza, em maioria, dependentes da pesca e da agricultura.

Métodos e técnicas foram selecionados no decorrer do processo, utilizados como ferramentas e não como guias, como um leque de caminhos disponíveis ao desenvolvimento de estratégias para observação, reflexão, interpretação, leitura e análise da realidade.

Para que tais caminhos sejam perceptíveis, as escolhas serão contextualizadas, evitando, na medida do possível, que tais escolhas sejam interpretadas como generalistas. Ao contrário, para nós a articulação entre essas teorias e o relato de campo foi uma experiência riquíssima, pois demonstrou a potencialidade de tais pressupostos teórico-metodológicos. Deste modo, esperamos que esta experiência possa contribuir com novas investigações e, de algum modo, que também permitam problematizar pressupostos teóricos e epistemológicos sob a ótica de uma análise reflexiva e compreensiva.

Questões como, teoria/prática (práxis), ordem/desordem, regulação/emancipação, simples/complexo, objetivo/subjetivo qualitativo/ quantitativo, distanciamento/proximidade, sujeito/objeto, campo/pesquisador, entre outras, estiveram presentes em todo processo. Ou seja, esses pressupostos teórico-metodológicos permitiram a construção de categorias explicativas da realidade investigada que possibilitassem a interpretação e análise dos dados por meio da reflexão.

Tendo em vista que a realidade é complexa, heterogênea, contraditória e apresenta diversas facetas e peculiaridades que se revelam sobre diferentes partes, foi preciso uma postura investigativa de reflexão que observasse a realidade, o fato, o acontecimento em questão, ou seja, a compreensão global da realidade com o máximo da sua vivacidade e da sua integridade (IANNI, 1986, p. 01).

Quanto aos procedimentos metodológicos adotados para o trabalho empírico, a pesquisa de campo foi realizada de modo que agregasse dados quantitativos e qualitativos, por não considerar essas metodologias excludentes entre si. Ao contrário, são metodologias complementares na medida em que as metodologias “qualitativas são menos abrangentes em termos de extensão, mas aprofundam naquilo que examinam [...] e as metodologias quantitativas são mais extensas, porém, menos profundas” (MEKSENAS, 2007, p.2).

Assumimos a posição de Minayo (1993), em relação à abordagem qualitativa e quantitativa que afirma “[...] que ambas as abordagens são necessárias, porém, em muitas circunstâncias, insuficientes para abarcar toda a realidade observada”.

O que vem ao encontro do pensamento de vários outros autores, como por exemplo, QUIVY (2008) e IANNI (1986) que também observaram que elas podem e devem ser utilizadas de modo que se complementem. (MINAYO, 1993, p. 40).

A metodologia para coleta de dados foi predominantemente qualitativa, porém não dispensamos os dados quantitativos que foram valiosos para o estudo realizado. Na perspectiva de que em um caminho onde se busca a dimensão qualitativa da realidade, na fase exploratória da pesquisa, contextualizamos as particularidades socioambientais, sociopolíticas, socioeconômicas e socioculturais do Litoral –PR e de Morretes.

Preocupamo-nos “menos com a generalização e mais com o a-
profundamento e abrangência da compreensão, fosse de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma política ou de uma representação” (MINAYO, 1993, p.102). Este processo envolveu a busca da história social, em documentos, relatórios, atas, jornais, documentários, entre outros, encontrados em acervos públicos e nos órgãos da administração municipal, porém a maioria foi levantada in loco. O resultado foi sistematizado em mapas de reconhecimento e tabelas de fins comparativos.

As observações, consultas de documentos diversos e as entrevistas coexistiram frequentemente durante o trabalho exploratório. Os princípios metodológicos foram fundamentalmente os mesmos: permiti-nos observar o todo e escutar tudo ao redor sem qualquer fixação em uma só mensagem. Em outras palavras, buscamos apreender os ambientes, denotar as “dimensões essenciais do problema estudado, as suas facetas mais reveladoras e, a partir daí, os modos de abordagem mais esclarecedores” (QUIVY e CAMPENHOUDT, 2008, p. 83).

Em seguida foram levantadas as histórias orais e os depoimentos sobre o desastre de 11 de março; em alguns momentos através de entrevistas com perguntas abertas, mas em maioria por rodas de conversa. Tais procedimentos proporcionaram maior veracidade aos dados, uma vez que a fala individual e, principalmente, a coletiva é reveladora de condições estruturais, valores, normas e símbolos culturais e, ao mesmo tempo pode “transmitir, as representações de grupos determinados, em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas” (MINAYO, 1996, p.110).

Para análise dos dados coletados, utilizamos a Análise de Conteúdo a partir de grupos focais que, muito embora tenham em suas origens, objetivos de quantificação, na atualidade permitem outras vertentes de análise, as quais buscam os significados manifestos e latentes da enunciação, permitindo assim o seu uso, em abordagens de natureza qualitativa. Essa etapa foi realizada com a organização dos registros etnográficos e audiovisuais, das entrevistas, além das diversas rodas de conversa, separados por temas de foco.

A escolha da análise de conteúdo enquanto técnica para interpretação e análise dos dados levantados e do contexto observado, obedeceu às escolhas metodológicas já enunciadas, concentradas em perceber o processo em suas dimensões sociais, políticas, socioeconômicas, culturais e ambientais. Nessa perspectiva a análise de conteúdo é imprescindível, pois permite ao pesquisador (a) “explorar o conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que pretende investigar”. (GOMES, 2012, p.79).

Quanto à escolha das ferramentas, a entrevista foi utilizada por ser um instrumento que permite ao pesquisador (a) fixar os temas com antecedência, intervir de modo aberto, abster-se de se implicar no conteúdo, contemplar o problema de pesquisa no centro do assunto, entre outros. Optamos por registro escrito e gravado, escolha que dependeu da adequação do ambiente em relação a ruídos, do comportamento dos grupos, da vontade dos sujeitos e das possibilidades materiais para a sua execução, pois às vezes não tínhamos gravador em mãos.

Algumas falas foram transcritas na íntegra, a fim de manter as particularidades a diversidade cultural e a identidade de gênero dos sujeitos, porém foram nominados de modo fictício no sentido de preservar suas identidades reais (a maioria demonstrou receio em relação a publicação), como por exemplo, João de Abreu para os entrevistados que se identificaram do gênero masculino e Maria Tereza para as do gênero feminino. Os (as) entrevistados foram elencados segundo a assiduidade nas reuniões e nos encontros, pelo maior tempo de participação no processo e também pela responsabilidade do cargo que ocupam (entrevistas institucionais).

As entrevistas cumpriram o papel de revelar aspectos do investigado, pistas que as leituras não contemplaram o que nos permitiu explorar informações de modo mais amplo e menos formal do que outras ferramentas, como por exemplo, questionários e inquéritos.

Ferramenta que trata de experienciar o ouvir, a escutatória, ou seja, dar atenção, criar hipóteses, descobrir novos caminhos para colocar o problema. (QUIVY e CAMPENHOUDT, 2008, p. 83).

O diário de campo ⁵foi uma das ferramentas mais importantes, tendo em que através dele foi possível compilar muitos registros ao longo dos quase três anos de pesquisa. O diário de campo reuniu anotações diversas, ou seja, sistematizações do observado, fenômenos, acontecimentos, situações intrigantes, falas dos sujeitos, relatórios de reuniões, agendamentos, encaminhamentos, endereços, contatos gerais, notas das entrevistas, entre outros, dados que foram essenciais a todo o processo de pesquisa.

Nesse sentido, ressaltam-se os registros descritivos acerca das ideias, preocupações, descrição do perfil aparente dos sujeitos, reconstrução dos diálogos e debates, descrição do campo, relato dos acontecimentos, descrição das ações imediatas, das atividades permanentes e do modo como são organizadas. Também no diário de campo, foram registrados aspectos do nosso comportamento (pesquisadores), dos sentimentos, dos conflitos e dilemas éticos presentes, das filosofias, das divergências, dos consensos, entre outros. Essa ferramenta, apesar de ser realizada no “calor da hora”, foi organizada por eixos temáticos: conhecer e compreender; compreender e propor; propor e agir, de modo a abarcar os caminhos necessários a uma pesquisa ação e em outros tipos de processos onde se prevê a aprendizagem e a intervenção coletiva. (UFPRLITORAL, 2006; MALINOWSKI, 2001).

A visita domiciliar e territorial foi uma das ferramentas mais utilizadas, o que permitiu a apropriação das interações familiares e comunitárias, possibilitou a aproximação do cotidiano vivenciado pelos sujeitos, o reconhecimento das relações sociais entre grupos e indivíduos, o levantamento da rede de recursos, além de contemplar a possibilidade de realizar um planejamento prévio.

⁵O diário de campo é um instrumento riquíssimo, pois além do registro detalhado sobre os interlocutores, grupos e ambientes estudados, através dele torna-se possível verificar mudanças analíticas, com base nas anotações de cunho analítico-reflexivo registrados, ou seja, o que se observou e as impressões tidas no momento em que foi realizada. (LOPES, 2008).

O que ocorre na preparação de um roteiro focal, de modo a manter a objetividade e o distanciamento necessários de questões aleatórias ⁶ao problema de pesquisa. (LOPES, 2008).

Cabe denotar que a questão abordada também retrata nossos pressupostos teórico-metodológicos, ideológicos e políticos que, entre outros, propõe traçar caminhos para melhor compreender o polêmico campo da pesquisa social. Tendo em vista que toda ciência veicula interesses e visões de mundo historicamente construídas e participam de diferentes modos de se comprometer com o social, a nossa formação acadêmica e a experiência profissional como assistente social, associada com a formação adquirida no Programa de Pós Graduação em Sociologia contribuíram em muito para ampliar as possibilidades de leitura do mundo.

Desse modo, entendemos, que toda pesquisa deve contemplar a visão de mundo do pesquisador (a), pois suas ideias, posicionamentos e encaminhamentos exercem influência sobre a pesquisa, desde a fase exploratória na concepção do objeto até a fase final quando apresenta os resultados. Essa é “uma condição da pesquisa, que uma vez conhecida e assumida pode ter como fruto a tentativa de objetivação do conhecimento” (MINAYO, 1992, p. 21).

Nesse sentido, no decorrer da experiência de campo, optamos por fazer essa longa descrição dos aspectos epistemológicos, principalmente no que se refere às ferramentas, porque se não o fizéssemos não contemplaríamos a interdisciplinaridade buscada no nosso exercício profissional, também porque acreditamos ser de extrema importância diante de pesquisas como essa, que caminha na lógica da pesquisa-ação. Talvez aqui se encontre um dos pontos centrais da discussão epistemológica que se pretendeu explicitar, ou seja, o ponto de intersecção entre diferentes áreas de conhecimento como Serviço Social e Sociologia, as quais podem juntas, descobrir novas perspectivas em relação ao desafio de construir novos conhecimentos.

Esta dissertação compreende, em sua estrutura, informações socioeconômicas, sociopolíticas e socioculturais sobre o Litoral do Paraná.

⁶ Situações não previstas que podem ocorrer pouco tempo antes e/ou no momento da visita, como por exemplo, intrigas familiares, comemorações festivas, necessidade de diálogo acerca de questões mais pessoais, entre outras, demandas do cotidiano.

Apresenta diagnósticos sócio territoriais, dados qualitativos e quantitativos, e coloca em debate três categorias analíticas conceituais, e são elas: cultura política, participação popular e poder.

Para tal, foram elencados dois autores principais; Boaventura de Souza Santos e Michel Foucault que serão abordados ao longo da análise. Outros autores também foram apresentados com foco a fundamentar contextos históricos diversos, que por sua vez, carregam condições históricas repletos de códigos culturais.

Para dar conta dos paradigmas da contemporaneidade analisados, Foucault e Santos, entram enquanto bases pra explicar a assimetria que as relações de poder engendram em qualquer sociedade marcada pela tutela do Estado.

Assim, para melhor exposição, este estudo esta dividido em três capítulos. O primeiro aborda o contexto sócio histórico e demais contextos sociais, com o objetivo de demonstrar o cenário local. Relata o desastre socioambiental enquanto palco onde se apresentam os sujeitos da pesquisa. Na sequencia, o segundo capítulo aponta os atores, assim como as experiências geradas a partir do desastre socioambiental. O terceiro capítulo situa a temática em relação às políticas públicas e sociais e exhibe as categorias analíticas que fundamentaram a visão analítica do estudo sobre cultura política e finaliza com a análise de possíveis frentes quanto aos aspectos pesquisados.

Os capítulos foram nominados e organizados de modo que possam lembrar os espetáculos de teatro. Cada capítulo compõe um papel nesse trabalho, é responsável por apresentar aspectos comuns à maioria de nós na vida em sociedade. Próximo do que fazem os artistas ao organizar as obras do teatro, nessa dissertação, apresentamos o cenário (Litoral do Paraná), delimitamos o palco (desastre socioambiental), apresentamos os atores principais (população local e instituições) e contextualizamos as relações que esses têm travado no enredo da vida cotidiana.

As categorias analíticas entram em cena, com o objetivo de explicitar os elementos históricos que foram e/ou são constitutivos da cultura política. Para tal, holofotes foram direcionados a cenas e atores principais, sem que para isso, deixássemos o restante do palco as escuras. Assim, essa introdução cumpre apenas o papel de abrir as cortinas, com vistas a sinalizar que para o melhor entendimento da peça será preciso, adentrar as coxias.

A fim de apresentar um desdobramento dessas opções metodológicas, expomos o quadro metodológico em que expomos os caminhos utilizados durante a pesquisa: a fim de demonstrar que buscou-se articular diferentes ângulos, os percebendo do seguinte modo:

Tabela 1: Quadro dos Caminhos Metodológicos

Fases da Pesquisa	Fase exploratória: Trabalho de campo - Reconhecimento do território, dos sujeitos e das demandas (Levantamento de dados).	Fase Final: Trabalho de campo e sistematização de dados – Reflexão, interpretação (Análise e interpretação dos dados).
Correntes de Pensamento e Caráter de Abrangência Analítica	Compreensivismo – (Sociologia Compreensiva): Perspectiva interpretativa de caráter dos sentidos (indivíduo e sociedade), vistos em seus comportamentos e ações. (fenomenologia). Descrição e compreensão dos Fenômenos.	Marxismo – (Sociologia do Conhecimento): Perspectiva histórica de caráter totalizante (sujeito e mundo/ todo e parte); vistos em seu constante movimento (materialismo histórico dialético). Princípio do conflito e da contradição. Principal critério a ação humana (atividade do trabalho).
Perspectivas Analíticas do Social	Políticos e Ideológicos. Econômicos e Culturais	Teóricos e Epistemológicos.
Métodos de Abordagem	Interpretação dos Sentidos	Dialética – Hermenêutica.
Tipos Conceituais	Conceitos Teóricos - compõe e estruturam o discurso	Conceitos de observação direta – definem os termos; Conceitos de observação indireta – fazem relação do contexto com os de observação direta.
Estrutura (Sujeito, Objeto, Campo, pesquisador)	Sujeitos (sociedade civil organizada, refugiados ambientais, estudantes e professores).	Campo (Morretes-Pr) Objeto (Cultura Política)
Estratégia de Pesquisa por divisão temporal	1º Elaboração do projeto; 2º Identificação das problemáticas; 3º Descrição das demandas; 4º Análise dos dados;	5º Tradução dos sentidos; 6º confirmação ou contestação das hipóteses; 7º Avaliação conclusiva; 8º Considerações finais.
Estratégias de Ação por divisão temporal: (Análise Reflexiva)	1º Reconhecimento de Campo; 2º Identificação Parceiros; 3º Aproximação com atores; 4º Conversas sobre as demandas.	5º Elaboração de plano de ação coletiva; 6º Acompanhamento e Avaliação das metas; 7º Encaminhamentos.

Técnicas de Pesquisa	Análise de Conteúdo; Grupos Focais.	Entrevista abertas.
Instrumentos de Pesquisa	Diário de Campo; Tópicos Conceituais; Entrevistas.	Visita Territorial e Domiciliar; Registro Áudio-visual.

1. LITORAL DO PARANÁ: O CENÁRIO

A maioria dos estudos acerca do Litoral do Paraná (MARTINS 1953; NEGRÃO 1953; VIANA 1976; KOTLER 1980; FRANCO 1982; BIGARELLA, 1998) privilegiam a historiografia formal (descritiva) sobre aspectos antropológicos e ambientais. Os mais antigos focalizam na miscigenação de índios e portugueses e nas consequências da exploração ilimitada sobre as riquezas naturais existentes na região do litoral paranaense, por parte dos colonizadores.

Atualmente, pesquisadores que tem o Litoral do Paraná como objeto A-BRAHÃO, ALENCASTRO (2011); ÂNGULO (2007); ESTADES (2003); FAGUNDES, (2007); KATUTA (2010); SIMIONI (2011) privilegiam debates sobre desenvolvimento sustentável, preservação ambiental, empreendedorismo local, entre outros, debates que envolvem educação, modos de vida e comunidades tradicionais. Portanto, para além dos pesquisadores que referenciarão esse capítulo, também serão apresentadas as falas dos sujeitos, pois não há produção científica suficiente para retratar na íntegra o modo como as características do território influenciam o cotidiano dos sujeitos que aqui vivem.

Documentos e livros históricos registram que as primeiras colonizações se deram pelos portugueses e são datadas do século XVI, ou seja, território que, entre outros, se destaca pela importância histórica na colonização do Paraná. Além dos registros históricos da colonização portuguesa, a região tem registros de habitantes primitivos como os índios Tupiniquins e Carijós, que nos dias atuais podem ser percebidos nos nomes dos balneários e locais turísticos ou não da região. Em Antonina foram encontrados vestígios de ocupação humana que datam de 1646. (MARANGON; AGUDELO, 2004).

A problematização da realidade do litoral está diretamente atrelada aos aspectos sócio-políticos da história das origens do estado do Paraná. Remonta à emancipação política do estado do Paraná, desmembrado do estado de São Paulo em 1853, quando a elite paranaense passa, progressivamente, a deslocar o investimento de recursos concentrados na cidade de Paranaguá para a região de Curitiba (que representava um desenvolvimento emancipado, descolado do colonialismo paulista).

Ademais, os imigrantes europeus, que se dispunham ao trabalho, iam se fixando nas proximidades da atual capital paranaense e outras localidades promissoras na área agrícola e industrial:

No início do século XX, o Paraná apresentava sinais de uma 'modernidade', que se refletia nos anseios e na busca de novas conquistas da elite paranaense, anseios estes que já vinham se desenvolvendo no decorrer do século anterior. A base econômica era propiciada pela produção de erva-mate, que, apesar de suas crises sucessivas, era a maior fonte de sustento na economia do Estado [...] Essa participação deu ensejo a importantes mudanças, como as efetuadas na arquitetura, com um novo estilo de construções, e à convivência social, com os costumes e culturas diferentes trazidos por eles. Nesse período, assistiu-se ainda o surgimento de pequenas fábricas, das relações capitalistas de trabalho no âmbito da indústria erva-teira e madeireira, ao avanço no setor agropecuário da região dos Campos Gerais, bem como ao aumento do comércio e à aceleração da urbanização. Enfim, nas diversas regiões e em diferentes áreas do Estado, os imigrantes estrangeiros foram significativos agentes de transformação. (Baranow; Siqueira, 2007, p. 17).

O livro "O Silêncio dos Vencedores" que se refere à genealogia de famílias políticas paranaenses, também apresenta diversas contextualizações sobre as origens do Paraná e, entre outros, demonstra que nomes nobres da política e da economia do século XX ainda "detêm poder e riqueza na atualidade, associadas aos interesses dominantes há quase 300 anos". Tal levantamento aponta que essas famílias compõem uma surpreendente e complexa "rede de relações familiares, de parentesco e de privilegiamento que assegura a estrutura do poder nas mais diversas conjunturas". (OLIVEIRA, 2001, p, 01).

Diante dos estudos realizados por ANDRIGUETO (2002), BIGARELLA (1999), BARANOW (2002), MARCHIORO (2002), SIQUEIRA (2007), BARANGON (2004), PIERRI (2003), OLIVEIRA (2001), entre outros, autores que investigaram o Litoral do Paraná, podemos afirmar que a região ficou por muito tempo no esquecimento sócio-político e econômico, principalmente porque a região não correspondeu aos ideais de potencialidade econômica preconizado por seus colonizadores.

Historiadores e documentos de época mostram um cenário de atividades econômicas pouco diversas, que tem início com os portugueses pela extração de ouro em meados do século XVI.

Situação que muda de rumo quando os portugueses descobrem que o litoral não tem em seus solos o ouro na quantidade sonhada e dão início a iniciativas de produção de arroz, também através do trabalho escravo em meados do século XVIII.

Em razão de uma demanda externa, por um período que vai de 1890 a 1910, os municípios percebem a possibilidade de potencializar a produção de banana, fruta nativa da região. Porém em 1930 a produção de banana que já apontava para o litoral do Paraná, possibilidades de certo desenvolvimento econômico é freada, pois entra em campo a concorrência com o litoral paulista o que retirou a região do mercado externo.

Aspectos da história remetem uma realidade que foi configurada, progressivamente, ou seja, após não encontrarem o ouro imaginado e depois de não receber da terra a fartura produtiva que desejavam, passaram a deslocar seus investimentos e recursos que estavam alocados até então em Paranaguá para a região de Curitiba, que na época movia-se para um desenvolvimento emancipado. Ademais, os imigrantes europeus, fixavam-se nas proximidades da atual capital paranaense, na região dos Campos Gerais e em outras localidades promissoras para atividades agrícolas.

Os efeitos dessa decepção podem ser observados pelo afastamento registrado nas pesquisas mencionadas, quando a elite deixa o Litoral Paraná e sai em busca de novas oportunidades para concentração de seus investimentos. Ao longo do século 20 realizaram movimentos de expansão (concentrados na capital do e nas regiões oeste e norte do Estado), processo que foi determinante para que a mesma elite passasse a visualizar a região apenas como local de descanso e lazer. (ESTADES, 2003).

Tabela 2: Principais Atividades Econômicas por Município

MUNICÍPIO	ATIVIDADE ECONÔMICA
ANTONINA	Porto, turismo, agricultura, pecuária e pesca
GUARAQUEÇABA	Pesca, turismo, agricultura e pecuária
GUARATUBA	Turismo construção civil, agricultura e pesca
MATINHOS	Turismo, construção civil e pesca
MORRETES	Turismo e agricultura
PARANAGUÁ	Porto, comércio, turismo, indústria, agricultura e pesca
PONTAL DO PR	Turismo, construção civil, agricultura e pesca

Fonte: IBGE, 2010.

Tal processo levou a elite paranaense a investir no Litoral mais precisamente no campo imobiliário (na compra de terrenos e na construção civil) e o turismo de praia passa a ser uma das principais atividades econômicas do Litoral do Paraná. Contudo, não foi o turismo e tão pouco a agricultura a assegurar a econômica local, mas sim as atividades portuárias. Desde o século XIX o Porto de Paranaguá assume um lugar de destaque na economia paranaense. Este processo teve início com a exportação da erva-mate (principal produto de exportação desse período).

Atualmente, o Porto de Paranaguá, é o maior em Movimentação de grãos, o segundo maior porto do Brasil, o maior porto da América Latina e, o 6º maior porto do Mundo. Dado que garante a Paranaguá o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) per capita do estado. Para além das atividades portuárias, praiano-turísticas e das atividades agrícolas, o litoral também desenvolve atividades, ligadas ao artesanato e a pesca.

A atividade pesqueira é umas das mais antigas práticas econômicas dos municípios, porém atualmente são poucos os povoados exclusivamente pesqueiros (esses são acessíveis somente por água). Somam ao total, 60 vilas de pescadores, que encontram muitas dificuldades para dar continuidade a atividade. Segundo ANDRIGUETTO, são vários os motivos que tem levado a redução e a extinção da pratica da pesca e por consequência das vilas dos pescadores, como por exemplo, a incompatibilidade das leis ambientais com a pratica tradicional (Tarrafa), o posicionamento do poder público marcado pelo forte viés economicista-produtivista (favorecimento para a pesca industrial), entre outras, condicionalidades como o crescimento urbano desenfreado. (ANDRIGUETTO, 2003).

O desenvolvimento atual das atividades agrícolas se dá, a partir de ensaios de modos alternativos de produção, como por exemplo, farinha de mandioca, extração e comercialização de palmito, plantio de cana de açúcar e produção artesanal de cachaças, como por exemplo, a Cataia (famosa por sua singularidade curativa). E as atividades tocadas por cooperativas, associações e/ou grupos familiares.

Além, da singularidade de suas atividades econômicas e de sua importância histórica na constituição do Brasil. O Litoral do Paraná abriga a maior área de Mata Atlântica contínua do país e uma biodiversidade riquíssima em relação à variedade de vida.

Uma área de 98 km de extensão, cercada de ilhas de praias virgens, parques ambientais, morros, cidades coloniais, sítios arqueológicos raríssimos e outros registros históricos de mais de 300 anos de história, como por exemplo, manifestações folclóricas e gastronomia peculiar. (PARANÁ, 2012).

No entanto, tais características podem esconder e/ou disfarçar uma das realidades de maior desigualdade de todo o território nacional, pois o Litoral do Paraná é um território com fortes contrastes socioambientais, sócioeconômicos e culturais: além de ser o local de maior densidade turística do estado (devido ao turismo de veraneio e ao fato de abrigar a maior reserva contínua de Floresta Atlântica do Brasil) e, possuir o segundo maior porto graneleiro do país é um dos territórios brasileiros que apresenta os mais baixos índices no que se refere a alguns aspectos avaliados no âmbito do desenvolvimento humano.

Tabela 3: Dados da Dimensão Territorial e Social

MUNICÍPIOS	ÁREA km ²	POPULAÇÃO	URBANO	RURAL	IDH Hab/km ²	IND. GINI Hab/km ²
Antonina	876,551	18.891	16.063	2.828	0,6123	0,5676
Guaraqueçab	2.315,733	7.871	2.680	5.190	0,587	0,4959
Guaratuba	1.328,480	32.095	28.793	3.295	0,710	0,5583
Matinhos	116, 544	29.428	29.277	149	0,743	0,49
Morretes	687, 541	15.718	7.178	8.540	0,686	0,5475
Paranaguá	806, 225	140.469	135.405	5.045	0,750	0,5235
Pontal do PR	202, 159	20.920	20.742	177	0,738	0,5124
TOTAL:			240.183	25.221		

Fonte: IBGE, 2010.

Em relação aos índices populacionais, a distribuição é bastante desigual assim como a densidade, Paranaguá abrange apenas 11% do território litorâneo, porém abriga 52% da população total, enquanto Guaraqueçaba que ocupa 35% do território litorâneo abriga somente 3% em relação à população total, o que demonstra grande desigualdade quanto à densidade. (PIERRI, 2003, p.144).

Quanto ao índice de desenvolvimento humano, quatro dos sete municípios do Litoral paranaense compõem o grupo dos municípios de menor (IDH) do estado do Paraná. O município de Guaraqueçaba é um exemplo, visto que possui o menor IDH (0.659) e ocupa a 392^o posição no estado (constituído por 399 municípios). Dado que alerta o nível de extrema pobreza socioeconômica desse que é um dos municípios onde se localiza a maior extensão de área de preservação ambiental do Litoral, ou seja, se por um lado a região é riquíssima no que se refere à preservação de suas reservas florestais e de seus ecossistemas, (que se apresentam quase intactos), por outro, abraça uma precária condição de desenvolvimento humano. (I-PARDES, 2010).

Paranaguá é outro exemplo, o município que tem uma das maiores fontes de riqueza do estado, não consegue desenvolver-se socialmente na mesma proporção, ou seja, o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) per capita do estado (R\$ 51,2 mil), contrasta em muito com a 318^a colocação entre as 399 cidades paranaenses no Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM), na área da saúde e ocupa uma posição ainda pior no IPDM Educação, a 330.^a colocação.

Comparando dados municipais de 2000 a 2010, verificamos que quatro dos sete municípios apresentam um crescimento populacional ⁷expressivo, (Matinhos, Paranaguá, Pontal do Paraná e Guaratuba, regiões com características urbanas). A grande parte da população que vive nesses municípios mais urbanos depende economicamente dos empregos gerados pelo comércio local (poucos ainda trabalham com a pesca artesanal), alguns trabalham nas vagas geradas direta ou indiretamente pela atividade portuária, ou no serviço público municipal. (CENSO, 2010).

A grande maioria da população depende das vagas de emprego geradas pelo turismo de alta temporada, ou seja, não possuem empregos estáveis. É exatamente nesse contexto, que se localiza uma das principais problemáticas sociais do Litoral Paranaense, pois a balneabilidade é uma “via de mão dupla” que gera paradoxos diversos, tendo em vista que, o turismo que é a maior fonte empregadora da região para a camada mais pobre da população, tem a durabilidade de apenas três meses (janeiro, Fevereiro e Março).

⁷ Pontal do Paraná teve um crescimento populacional expressivo, na casa de 46,05%, saltando de aproximadamente 14mil no ano de 2000, para quase 21 mil moradores em 2010. Apenas Antonina e Guaraqueçaba apresentaram redução (-1,48% e -5,04%, respectivamente). (CENSO, 2010).

O “retrato” até aqui apresentado registra um Território⁸ que em muito se aproxima de outras regiões litorâneas do país, ou seja, que tanto pode ser lida pela sua forte biodiversidade (“protegidas” por leis e diretrizes nacionais e internacionais), quanto pela forte desigualdade social e precárias condições de vida. (VIEIRA; JORGE, 2003).

Contudo, algumas das problemáticas sociais vivenciadas pela população litorânea, comprometem escolhas, principalmente em relação aos hábitos e as relações sociais. Trata-se de particularidades que diferenciam o Litoral do Paraná das demais regiões turísticas do país, principalmente no que se refere às condições de subsistência ligadas ao turismo de baixa e alta temporada⁹ e além dos diversos problemas frente às legislações que regulam a proteção ambiental, mas não contemplam encaminhamentos frente à ocupação do território (para a população que ali já habitava antes da vigência dessas leis). (PIERRI, 2003).

Dados os aspectos mais gerais, seguimos com uma contextualização mais afinada das problemáticas vivenciadas pelos sujeitos¹⁰ que moram nesse território. A intenção é localizar com mais detalhamento a relação dos “caiçaras”¹¹ (nomenclatura utilizada para designar os nativos da região), com seu território. Aqui entendido enquanto “nome político que se refere ao espaço social de um país”. (SANTOS, 2001, p.19).

1.10 PALCO CENTRAL

⁸ Nessa ótica o território é percebido enquanto tradutor de significativos elementos capazes de traduzir diversos aspectos da vida em sociedade. Espaço onde desigualdades e potencialidades se colocam a mostra, assim como a dinâmica das relações sociais contidas nele. Os territórios possuem desenvolvimentos próprios, tornando evidente diferentes especificidades de conflitos sociais. (KOGA, 2003).

⁹ Nas demais regiões litorâneas do país, o clima, o solo e as condições de infraestrutura se apresentam em condições próximas independentemente da época do ano, coisa que não ocorre no Litoral do Paraná. Fora do período de alta temporada de verão, a região é apanhada por ventos fortes e chuvas intensas, o que prejudica o turismo de praia.

¹⁰ O sujeito entendido enquanto produto das relações de poder e não seu produtor. Visão que requer perceber os diferentes modos pelos quais os seres humanos tornam-se sujeitos, assim como, os mecanismos de objetivação e de subjetivação que concorreriam como processos de constituição do indivíduo, ou seja, os processos de objetivação e subjetivação que antecedem à constituição do sujeito. (FOUCAULT, 1967).

¹¹ Caiçara é uma palavra de origem tupi para referenciar habitantes de zonas litorâneas, mais precisamente as populações (de beira praia e beira rio) dos municípios do litoral paranaense, do litoral paranaense de São Paulo e, inclusive, algumas do litoral de Santa Catarina (mantendo as mesmas características de formação étnica e parâmetros culturais que possibilitam a comparação). A partir do século XVI surgiram as comunidades caiçaras, habitantes nascidos da miscigenação de brancos de origem portuguesa com grupos indígenas. (WACHOWICZ, 1995, p. 11-12).

Para ilustrar o palco central, esse capítulo apresenta com exclusividade relatos de moradores antigos do Litoral. Foram ao todo vinte e oito entrevistados (as), todos com mais de 40 anos, indicados por estudantes da UFPR Litoral, enquanto referências na região e, foram referenciados segundo três critérios: participação política, tradição familiar e conhecimento da história local. Nenhum dos indicados negou participar das entrevistas, contudo aqui não serão apresentados todos os dados levantados, tendo em vista que a pesquisadora vislumbra uma pesquisa posterior. A fim de preservar suas identidades (como acordado previamente as entrevistas), aqui serão nominados de participantes e diferenciados pela letra inicial de seus nomes.

Os moradores do Litoral-PR, apresentam diversificada miscigenação de raças e etnias, o que não se deve apenas às origens de descendência e migração do tempos do Brasil/Colônia, mas também aos processos migratórios atuais, fator que entre outros demarca a principal origem do crescimento demográfico no seu território. A região recebe todos os anos, um significativo número de imigrantes, que se desloca para o litoral em busca de oportunidades de trabalho, emprego e renda. Na esperança desse tipo de oportunidade e melhoria na qualidade de vida, migram para a região e se fixam nas áreas balneárias, advindos em maioria do interior e das regiões metropolitanas do estado.

Considerada uma das regiões mais belas do Paraná, contraditoriamente o litoral do estado está a mercê de diversos determinantes como, por exemplo, pouca oferta de trabalho e renda, má distribuição de recursos, ocupação urbana desenfreada (na pequena área de ocupação, entre o mar e a montanha), solo de baixa fertilidade (devido às características peculiares da planície litorânea e dos aspectos geomorfológicos), distanciamento de fiscalização na área da gestão pública, ausência de planejamento de longo prazo nas gestões públicas municipais e a falta de organização popular e de estratégias para uma cidadania mais efetiva, entre outros. (SILVA, 2013).

Grande parte da população litorânea reside em áreas consideradas pelas leis de proteção ambiental, como irregulares¹², geralmente em beiras de canais,

¹² Edificações que não estão de acordo a planta aprovada pelos municípios e aquelas que não possuem "Habite-se" (Auto de Vistoria, Alvará de Conservação, Auto de Conclusão, Certificado de

orlas e próximas aos morros. As condições de habitação da maioria da população de baixa renda são precárias, sem falar que a falta de saneamento básico ainda é uma das necessidades emergenciais dos municípios, seja no espaço urbano ou rural.

Nesse conjunto, é possível afirmar que as características da especulação imobiliária observadas no litoral paranaense, apontam para o adensamento das problemáticas sociais da região. Os dados censitários de 2010 evidenciam que no Brasil, o número de domicílios ociosos é maior que o déficit habitacional. Existem 6,07 milhões de domicílios vagos, enquanto que seria necessário construir cerca de 5,8 milhões de habitações destinadas a famílias que residem atualmente em locais de risco e/ou considerados inadequados segundo as condições de território e de pobreza social.

Essa disparidade também pode ser observada nos municípios do Litoral do Paraná, principalmente fora de feriados e temporada de verão. Dados levantados e cedidos pela prefeitura municipal de Pontal do Paraná - (SMASRT) demonstram que município tem registrado na secretaria municipal de urbanização, aproximadamente 22 mil domicílios, porém desses apenas 04 mil são ocupados por moradores locais, os restantes são moradias utilizadas apenas nos períodos da alta temporada de verão ou que permanecem fechadas por anos (SMASRT, 2008).

Parte da população permanente que reside nos municípios balneários se encontra em situação de pobreza relativa, com níveis de escolaridade e de renda baixos, e devido a essas e outras condições, estabelecem moradia em áreas consideradas de risco ambiental e/ou irregulares frente às leis que regulam as Áreas de Proteção Ambiental - APASLitorâneas. A maioria dos imóveis dos veranistas está localizada nas áreas mais centrais dos balneários, espaços de altíssimos valores por m² (faixa que fica próxima ao mar). Desse modo aos moradores locais, restam apenas as áreas mais afastadas para construção de suas residências, ou seja, próximas aos morros. (PIERRE, 2003, p. 164).

O mercado imobiliário encontra no turismo praiano a grande força para seu produto, somados aos ideários do sistema econômico vigente, ou seja, um sistema voltado à acumulação de capital para poucos à custa da exploração de muitos, o acesso às áreas de melhor localização ficam destinados a quem pode pagar os altos

Conclusão, Auto de Regularização, ou documento equivalente, expedidos pela Prefeitura). Também são consideradas irregulares, quando construídas em Área de Proteção Ambiental – APA.

preços estipulados pelo mercado. Assim, a ocupação do território configura um cenário de forte segregação sócio espacial, onde ficam destinadas aos ricos as áreas geográficas de melhor estrutura e, aos pobres, as regiões mais periféricas.

Minha família era dona de grandes áreas, até na Praia Mansa, tínhamos muitos terrenos, mas vendemos tudo, porque aqui é difícil manter o que se tem. Não tem trabalho no ano todo e quanto à gente tenta abrir um negócio, acaba falindo porque não vinga fora da temporada. As famílias mais bem de vida, compram fora do município e os pobres que são os que compram aqui, tem dinheiro só para a comida e no ramo de mercado não tem como entrar, porque o prefeito atual e o pai dele são donos dos mercados grandes e os pequenos empresários não se mantêm. Os terrenos que meu pai ainda tinha eram herança do meu avô, mas tive que vender para criar os filhos. Hoje matinhos pode ser dividida em dois tipos de gente, os que trabalham para os ricos na temporada e passam o resto do ano fazendo bicos ou dependendo de cesta básica da prefeitura (os pobres) e os empresários e funcionários públicos que não dependem do comércio da temporada, mas também não opinam em muita coisa na cidade, porque estão amarrados a cargos de confiança e mesmo os que não tem esse tipo de amarração, como os empresários, evitam problemas para se manter no local [...] Matinhos tem até uma vila a parte Caiobá, lá quase não mora ninguém, os imóveis são dos ricos, usam para passar temporadas ou alugam, mas mesmo assim as benfeitorias são feitas sempre em Caiobá. A verdade é essa, a coisa toda mistura política, economia e cultura. A gente que é pobre tem a cultura do servo sabe? Tipo assim: faça teu trabalho, agradece pelo que tem e fica quietinho se não quiser problema. (PARTICIPANTE H, 2013).

Um dos exemplos mais visíveis desse desenho está localizado em Matinhos, no balneário de Caiobá. O bairro que além de centralizar muitos banhistas e um número significativo de prédios e casas de alto padrão, reúne diversos serviços diferenciados que demarcam que a área pertence a elites. A maior parte dos recursos públicos, destinados a melhorias na infraestrutura são aplicados em Caiobá, onde vive apenas 15% da população. Nessa região a manutenção por parte do serviço público é frequente, há câmeras de segurança em todo o espaço de orla, a ciclovia e o calçadão destinado aos passeios à beira mar, é iluminado, bem conservado, com segurança garantida por 24h pela polícia militar, ou seja, a manutenção da infraestrutura é bem melhor do que a dos outros bairros. (MONTEIRO, 2013, p. 12).

Além de ser o m² mais caro de todo Litoral do Paraná, fora do período de alta temporada, a maioria dos imóveis fica fechado, pois se tratam de imóveis de uso exclusivo para veraneio. Tais características demonstram que o espaço é utilizado pelas elites para manifestar poder, pois a "segregação é a mais importante

manifestação espacial-urbana da desigualdade que impera em nossa sociedade”. (VILLAÇA, 2012, p.44).

O bairro reúne diversos imóveis construídos inadequadamente e irregularmente, geralmente muito próximos ao mar e alguns até em áreas de proteção ambiental (tipos de construções que não consideram faixas de segurança e acabam por resultar na aceleração de processos erosivos). Contudo, a situação permanece devida, à ausência de fiscalização, por parte do Estado e/ou de fiscalizações “contornadas” através de outros dispositivos.

Figura 1: Comparativo da diferença na estrutura dos bairros Caiobá e Tabuleiro - Av. atlântica no bairro de Caioba e Rua no bairro Tabuleiro



FONTE: Luiz Bocian.

O Litoral do Paraná precisa estar sob os olhares atentos da humanidade para além da instituição de leis de proteção ambiental, pois com 82% de seu território abarcado por leis de conservação, tal medida não impede a degradação e tão pouco apresenta soluções viáveis às problemáticas que envolvem a relação sociedade/natureza.

O que demonstra que medidas legais sem fiscalização, planejamento e monitoramento não garantem uma acessibilidade viária mais igualitária. O desenvolvimento local está comprometido pela ausência, pela insuficiência e principalmente pela má distribuição dos recursos no que se refere ao planejamento e ao investimento nesses espaços. Nesse sentido, o Estado tem se mostrado a

serviço das elites e são inegáveis as desigualdades presentes nos encaminhamentos dados por parte dos mecanismos de Estado.

O trato que os senhores gestores designam a nossa gente, é uma vergonha. O interesse da prefeitura, independente das gestões é agradar os veranistas, afinal querem ter garantido o pagamento fiel dos IPTU's. E digamos de passagem que os senhores proprietários de imóveis da beira mar não estão nem aí para como vivem a população que mora no Tabu, no Bom Retiro, no Sertãozinho. Eles querem mesmo é a D'vicks aberta, praia iluminada, ciclovia sem buracos e muitas concessões para que possam construir prédios dentro do mar se possível. Vale tudo para mostrar poder e para nos mostrar onde é o nosso lugar. Na minha rua, não tem asfalto, a iluminação é ruim, temos aquele canal que fede o verão todo, e quando chove, a merda toda de Caioba vem parar na minha porta. Mas o que mais aperta, é que a gente que é Matinhense mesmo, precisa desses abastados pra ganhar o pão. (PARTICIPANTE L, 2013).

Segundo o analisado a partir dos relatos, para quem vive nessa região, é fato que os gastos públicos beneficiam muito mais as áreas nobres, principalmente no que se refere à infraestrutura e serviços públicos essenciais. Sociedade e Estado avançaram no que se refere à criação de leis a fim de conter e extinguir a devastação ambiental, mas por outro lado, falham no que se refere à fiscalização, à aplicabilidade das leis e principalmente na relação com os sujeitos que habitam regiões de APA's e outras regiões que envolvem complexidades na área da habitação, como as exemplificadas acima (ANDRIGUETTO; MARCHIORO, 2002, p.159-160).

Várias são as problemáticas sociais observadas no Litoral do Paraná e ainda que sejam oriundas de fatos diversos. Os períodos de alta temporada exacerbam a disparidade já existente nos outros períodos do ano, como por exemplo, questões referentes à falta de saneamento básico e ao desemprego.

Na alta temporada a população flutuante aumenta significativamente, com a chegada de trabalhadores que vêm em busca de oportunidades de trabalho e renda e a maioria encontra vaga na informalidade, (no comércio ambulante, na prestação de serviços de manutenção em prédios, casas e condomínios).

No município de Matinhos 90% dos trabalhadores informais, aderem à outra atividade tipicamente informal para sobreviver dependendo da prestação de serviços domésticos e na construção civil fora da época sazonal [...] a maioria afirmam que vivem em situação material precária o restante do ano, pois nem sempre esses serviços são ofertados, ocasionando problemas financeiros. (MACHADO, 2011, p. 16).

A sazonalidade é um fator determinante para o aumento da informalidade e as consequências do trabalho informal permeiam a negligência de direitos, o que agrava a precariedade das condições de vida dos moradores, sejam eles nativos (caiçaras), sejam migrantes que se deslocaram para o Litoral e ali fixaram residência, sejam para os que residem temporariamente em prol do trabalho de temporada. Esses últimos, quando não encontram as oportunidades de emprego idealizadas, restam recorrer aos serviços prestados pelas secretarias de assistência social e pelas outras secretarias municipais. A maioria das solicitações se referem à busca de atendimentos médicos, passagens para suas cidades de origem, cestas básicas, moradias provisórias, entre outros, o que aumenta consideravelmente a demanda em relação à procura pelas políticas públicas sociais.

Os municípios que mesmo nos demais períodos do ano já não têm estrutura adequada para atender a populações fixa, nos períodos de inchaço populacional a situação é ainda mais complicada, pois não há equipe de profissionais e nem espaço físico para dar conta da maioria dos atendimentos. Um exemplo disso se refere às gigantescas quantidades de lixo geradas pelos turistas, que somadas à falta de saneamento básico e aos tipos de escoamentos de esgoto doméstico do Litoral (desaguam no mar), resultam em diferentes graus de poluição, proliferação de doenças, violência, desgaste humano, entre outros.

Nesse sentido, o turismo que é a uma força motriz da economia local também assume um papel devastador, quando se torna um dos principais agentes de poluição das águas marinhas, dos solos e também do fortalecimento da desigualdade social. No período do Natal a virada de ano, a região recebe em média um milhão e setecentos mil turistas (em maioria da capital e de cidades do interior

do Estado), que permanecem no município por cerca de seis a 10 dias. (PIERRE, 2003).

Tabela 4: Panorama Municipal de Saneamento Básico e Despesas com Saúde

Município	População Residente (2)	Moradores Acesso a rede geral de água % (1)	Proporção Moradores com rede geral de esgoto %(1)	Despesa Total com saúde por habitante (1)
Antonina	18.891	89,20	30,90	220,04
Guaratuba	32.095	85,60	16,90	176,23
Guaraqueçaba	7.871	67,00	5,70	118,97
Matinhos	29.428	91,00	20,50	279,74
Morretes	15.718	53,60	6,30	158,71
Paranaguá	140.469	87,50	69,10	133,80
Pontal Paraná	20.920	79,40	1,80	172,48

Fonte: (1) Caderno de Informações de Saúde, DATASUS, 2007; (2) IBGE, 2010.

Para além das situações mencionadas, uma demanda que também se agrava muito nos períodos de alta temporada, se deve ao aumento significativo de adultos, adolescentes e crianças que fazem uso de substâncias psicoativas, como álcool e outras drogas. Segundo moradores e profissionais que atuam nos municípios na área da saúde e da segurança pública, essas situações geram o

aumento de furtos e assaltos, violências de todo tipo, exploração infantil, mortes por afogamento devido a ações negligentes decorridas de usos abusivos de álcool e outros riscos sociais. Em outras palavras, o problema central de uma cidade turística é o próprio turismo (SMART, 2008).

Eu detesto a temporada, mesmo sabendo que só temos como ganhar algum dinheiro nesses meses. O que mais me incomoda é ter que ver os horríveis hábitos do povo que vem de fora, mexem com as pessoas nas ruas, gritam, ligam som alto dia e noite, sem falar que jogam lixo em todo lugar, isso que a gente sabe que a maioria vem de Curitiba, a cidade modelo de limpeza. Tenho a impressão que ao chegar aqui, se esquecem de qualquer regra, como se estivessem numa Terra sem lei. Outra coisa bem ruim são os preços das coisas nos mercados, ficam um absurdo de caro, a gente não se alimenta do mesmo jeito. Mas o pior é que não vejo como essas coisas poderiam ser mudadas (MARIA TEREZA XXIII).

Diante destas e de outras situações de vulnerabilidade social, os moradores fixos e os moradores itinerantes, buscam nas políticas públicas, possibilidades de enfrentamentos aos diversos problemas sociais com que se deparam no cotidiano, ou seja, dependem de ações, programas e projetos governamentais para que tenham melhores oportunidades.

A situação dos municípios no que se refere à implantação e a aplicabilidade de políticas públicas sociais pode ser considerada instável, visto que a maioria delas ainda se encontra em processo inicial de implantação. Mesmo os programas federais que, em outros locais do país já se apresentam promissores no que se refere à adequação de políticas às propostas previstas na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), no Litoral do Paraná se encaminham de modo lento.

Para tal afirmação, tomamos como base o fato de que a maioria dos municípios ainda não implantou programas essenciais básicos, como por exemplo, Centros de Atendimento Psíquico Social – CAPS¹³, Centros de Referência

¹³ CAPS são Centros de Atenção Psicossocial, ou seja, instituições brasileiras que visam à substituição dos hospitais psiquiátricos (antigos hospícios ou manicômios - e de seus métodos para cuidar de afecções psiquiátricas). São unidades de saúde locais/regionalizadas que oferecem

Especializado de Ação Social- CREAS e os que já implantaram não se encontram em funcionamento segundo o que preconiza o SUAS. Esta lentidão aponta tanto para dificuldades gerenciais, entre elas a falta de equipes especializadas, por um lado e, por outro, desinteresse dos gestores em criar as condições para a resolução dos problemas, como por exemplo, a abertura de concursos públicos visando à profissionalização dessas ações.

Cabe considerar que a PNAS¹⁴ foi implantada em 2004 para definir um modelo de gestão e diretrizes voltadas à efetivação da assistência social enquanto dever do Estado e direito de cada cidadão e aliada ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS)¹⁵ constituem um grande leque de efetivação de direitos sociais. Ou seja, a não implantação dessas ações demonstra que as famílias litorâneas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, estão descobertas de seus direitos, principalmente no que se refere à Proteção Social Especial.

A Proteção Social Especial é destinada a famílias e indivíduos que tiveram seus direitos violados, ou seja, se encontram em situação de risco social (abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outras violações de direito). Nesse sentido, a ausência da garantia desses serviços agrava ainda mais a condição de vulnerabilidade dos cidadãos do Litoral, pois mesmo que se considere que os direitos sociais não são absolutos e universais o tempo todo, a não garantia dos mesmos é um atraso frente às conquistas inscritas na Constituição Federal Brasileira. (BRASIL, 2007).

Uma das possibilidades para reivindicar a implantação dessas políticas e quem sabe fomentar a criação de uma agenda local para debater a questão poderia se dar nos espaços dos conselhos de direitos, tendo em vista preveem a participação popular para controle do poder público. Ou seja, os conselhos de direito, constituem espaços institucionais que garantem condições mínimas para que os sujeitos possam colocar em cheque as ações de governo, as deliberações, as

atendimento de cuidados intermediários constituem-se também em porta de entrada da rede de serviços para as ações relativas à saúde mental.

¹⁴ O PNAS é uma política que visa efetivar meios de garantir proteção aos sujeitos que se encontram em situação de risco social, ou seja, prevê o enfrentamento das desigualdades, através da universalização dos direitos sociais. (BRASIL, 2005).

¹⁵ O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços sócios assistenciais no Brasil. As ações da assistência social preconizadas pelo SUAS, estão organizadas em dois tipos de proteção social, básica e especial. (BRASIL, 2007).

normas, as diretrizes e os valores fomentados¹⁶. Principalmente porque se configuram enquanto estruturas permanentes de representação paritária entre o Estado e a sociedade civil.

Por dominação entendo o fato de uma dominação global de um sobre os outros, ou de um grupo sobre outro, mas as múltiplas formas que podem se exercer na sociedade. Portanto, não rei em sua posição central, mas os súditos em suas relações recíprocas: não a soberania em seu edifício único, mas as múltiplas sujeições que existem e funcionam no interior do corpo social. (FOUCAULT, p.181).

Contudo, esse espaço que preconiza vias de participação na política ainda é pouco aproveitado pelo povo caçara. A participação política¹⁷ da população litorânea é muito tímida no que se refere ao debate, à proposição, ao controle e à avaliação das políticas públicas. O distanciamento é tamanho que uma significativa parcela dos sujeitos que se posicionaram frente à questão nas rodas de conversa, sequer tinha conhecimento da existência do espaço, quiçá da importância do mesmo¹⁸.

Por outro lado, nos conselhos existentes, o espaço é estrategicamente utilizado pelos representantes do poder público local. A observação do espaço possibilitou verificar relações clientelistas, o que pode ser notado nas alianças presentes entre representantes da sociedade civil e as gestões públicas municipais. Em outras palavras, representantes de associações, cooperativas e demais organizações populares, que poderiam ser setores “privilegiados” na luta por

¹⁶ A Deliberação é aqui entendida enquanto, um tipo particular de investigação para obter um determinado resultado e que para tal parte do desejo e da vontade, para que somente depois decidir. Já a Norma é um instrumento para estabelecer e manter uma determinada ordem, ou seja, normas são regras que tem por objetivo organizar, disciplinar e/ou padronizar. Diretrizes são linhas por onde se traça caminhos, funcionam como um conjunto de instruções ou indicações para se atingir um determinado objetivo. Valores são conjuntos de características de uma determinada pessoa ou organização, que determinam comportamentos.

¹⁷ A participação política faz referencia a “qualquer situação onde aconteça um mínimo de interação”, ou seja, o principal papel da participação sob a ótica de uma democracia democrática participativa e educativa é o desenvolvimento de capacidades sociais e políticas dos indivíduos envolvidos no processo. (PATEMAN, 1992, p.61).

¹⁸ Os conselhos municipais são os responsáveis por formular políticas públicas; fiscalizar o cumprimento de leis; além de sugerir a elaboração de leis.

direitos, parecem encaminhar suas demandas em consonância previamente acertada com os representantes da gestão pública municipal.

Alguns Conselhos Municipais ainda são inexistentes no Litoral. Para exemplificar a situação, o Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU) existe em menos de um quarto dos municípios. O que agrava ainda mais a situação é o fato de que a implantação dos mesmos não tem sido suficientes para que a participação política seja nesses espaços uma experiência realmente democrática. O que se pode afirmar a partir das observações realizadas pela pesquisadora em algumas conferências municipais e em alguns relatos, como o da Sra. Maria Tereza XX:

A coisa dos conselhos já foi bem pior, pelo menos agora eles existem. Mas vale perguntar, existem mesmo? (risos). O tal regime é democrático e o papel dos conselhos é muito importante para o controle social das ações governamentais. Mas, não adianta nada, ter leis e o governante as ignorar. Caso dos Conselhos e dos Fundos Municipais. Eles existem, mas o prefeito não nomeia, ou o conselheiro é amigo do grupo que trabalha na prefeitura, sabe, as coisas se misturam muito e, tem outras coisas que prefiro não relatar. A sociedade não cobra e os poderosos dominam [...] Ah, os poderosos são sempre os mesmos os ricos que financiam as campanhas eleitorais no município, os cabos eleitorais que por se beneficiarem com barganhas, passam a ocupar lugares de representatividade em nome da sociedade civil, mas na verdade representam os interesses da gestão municipal. Essa é a verdade do que ocorre na maioria dos conselhos e também nas conferências. Ninguém quer perder a “boquinha”, sabia que tem até cargo comissionado ocupando lugar nos conselhos e respondendo por associações? E às vezes são tudo parente e a gente que participa do espaço sabe, a gente faz cara crachá, sabe quem é quem, cansa ver tanta falcatuarem e então desanima. É esse o Brasil que temos. (PARTICIPANTE A, 2013).

Pesquisas de âmbito nacional como (CODATO, 2008 e OLIVEIRA, 2011) demonstram que o comportamento político da maioria dos membros da população brasileira configura uma concepção política conservadora, predominante nos países colonizados.

Prevalecem, então, relações de poder atravessadas por tradições familiares, pelo protecionismo individual, pela valorização da hereditariedade, pela submissão ao poder econômico, pela lógica consumista e alienante do capital, dentre outros aspectos de conservação da hegemonia burguesa. Aspectos verificáveis também no comportamento dos moradores do Litoral do Paraná. (CODATO, 2008; OLIVEIRA, 2011).

O relatório de pesquisa de TINTI e HOROCHOVSKI, (2008) demonstra que o comportamento da sociedade civil organizada está diretamente relacionado a heranças sociopolíticas e político-culturais. Tal documento já indicava haver pouco ou nenhum conhecimento, sobre formas de governo e regimes políticos, bem como pouca participação autônoma em partidos políticos e desconhecimento de espaços de participação política, por parte da população litorânea. (TINTI; HOROCHOVSKI, 2008).

Ainda fazendo referência ao estudo citado acima, cabe ressaltar que a pesquisa também evidenciou desconhecimento da população quanto ao exercício e correlação de poder, decisão em programas governamentais, participação em associações de bairros e outras formas de participação que envolve a sociedade civil. Porém, aqui se pretende demonstrar que tal desconhecimento é somente um, dos elementos que influencia e/ou determina o tipo de participação política da população litorânea.

Tendo em vista que “quanto mais os indivíduos participam, melhor capacitados eles se tornam para fazê-lo”. A ótica de participação política que orienta esse trabalho permeia a compreensão de que a participação promove e desenvolve as próprias qualidades que lhe são necessárias. Nesse sentido, aí se encontra mais uma das problemáticas dos municípios litorâneos a pouca promoção da participação popular. (PATEMAN, 1992, p.61).

Os investimentos nesse campo são pouco significativos, ou não está visível à mera observação, pois não se verifica fomento de ações e projetos voltados a comunidades tradicionais, preservação de patrimônio cultural, acesso e produção cultural, entre outros. A cultura identitária, também deve ser colocada em foco, já que por si só constitui-se enquanto espaço de fomento a socialização, principalmente no que se refere à organização coletiva, a capacitações e outras relações sociais.

Ainda que seja de conhecimento público a gama de recursos financeiros que governo federal tem disponibilizado aos municípios últimos dois anos (enquanto contrapartida) para a implantação de políticas públicas e sociais voltadas ao fomento da cultura identitária¹⁹, só o que percebe nos municípios litorâneos são pequenas

¹⁹ O conceito se refere ao caminho para o outro, ou seja, para a aceitação de outras culturas, com as quais podemos e devemos dialogar. A cultura identitária remete a necessidade de colocarmos em voga processo de transformação, de valorização do outro e das culturas históricas que esse carrega,

ações isoladas, realizadas em escolas e nos centros de atividade culturais quando existentes. Serviços que são realizados por um ou dois servidores públicos municipais e profissionais terceirizados.

O fomento a valoração²⁰ da cultura indetitária, por parte do Estado e da sociedade civil é necessária e de extrema importância para o desenvolvimento de uma sociedade mais humanizada. Em territórios onde os aspectos étnico-culturais são diversos, tal movimento pode promover resgates essenciais à relação comunitária. Referimos-nos à diversidade cultural e no Litoral do Paraná, praticamente não há incentivo à sua promoção, assim como de sua importância na história da construção do Paraná.

Um povo que tem memória e por tê-la transparece certa insegurança mediante outras culturas, pois no passado se construíram sob julgamento de valor de pessoas de outras culturas, processo que se mantém na atualidade, tão forte como fora antes. De certo modo, tal peculiaridade pode explicar posicionamentos de submissão e apatia política.

Nas rodas de conversa acerca do tema, reclamaram de serem tidos enquanto “preguiçosos, incapacitados e serviçais”, por parte dos recém-chegados (novos moradores) e dos turistas. Esse tipo de relação parece configurar um tipo de baixa autoestima coletiva e como modo de defesa mantém comportamentos mais discretos, próximo do que no senso comum temos por comportamentos tímidos.

Nasci, cresci e criei meus filhos aqui no Litoral, e agora também os meus netos, mas não é uma caminhada fácil, pois parece só existir lei e direito para os morros e para as plantas. As pessoas de fora daqui, parecem que só nos veem como empregados sabe? Tipo como serviçais de temporada. As leis e os serviços só funcionam na temporada, ninguém vem aqui pra fiscalizar nada e ver como a gente se vira no resto do ano. E pior, ainda nos xingam de preguiçosos, já cansei de ouvir isso, gente que fala que o povo daqui não quer saber de trabalhar. Não enxergam que a gente não tem opção no resto do ano e por isso na temporada nos esgotamos. Faço como a maioria, a gente finge que é cego, mudo e surdo, mesmo quando me sinto humilhada finjo que não entendi, porque preciso dos turistas. Vendo

em outras palavras, um processo que só é possível a partir do exercício da alteridade. (AGIER, 2001).

²⁰Em 2005, uma parceria entre a prefeitura de Paranaguá e a UFPR deu início a um projeto de restauração do edifício e do acervo do museu local, são cerca de 80 mil peças arqueológicas e etnológicas que, entre outros, contempla artefatos da cultura popular e de sítios de sambaquis com registros dos povos pré-históricos que ocuparam o Litoral do Paraná há mais de 5 mil anos.

coco-gelado na beira da praia ah mais de 10 anos e posso garantir que os curitibanos são os mais arrogantes. Aham que são melhores que nós, só porque estamos trabalhando quando eles vem passar férias [...] Queria poder entender porque essas coisas acontecem se pelo que a gente escutou naquele dia da palestra da faculdade, de certo modo, eles descendem de nós. (PARTICIPANTE F, 2013).

Aí se localiza a importância do resgate da riqueza histórico-cultural do povo Litorâneo. São mais de 364 anos de história, de um território que abarca o primeiro municípios do Estado (Paranaguá foi fundada em 1648). O povo caiçara descende de povos indígenas, escravos, caboclos ribeirinhos, portugueses e imigrantes europeus como os, franceses, alemães italianos e também estadunidenses. Essas heranças constituem determinantes culturais que permaneceram presentes em várias comunidades, o que facilmente pode ser observado nos tipos de rituais, hábitos, atividades de trabalho, calendário e formas de produção diferenciados. (DIEGUES, 2006).

É certo que, entre outros, tais fatores influenciam em muito o aumento da desigualdade social, tendo em vista que não há oportunidade para todos, tão pouco infraestrutura apropriada. Por outro lado, o continuado movimento de migração demonstra que as expectativas que fomentam tais mudanças de localidade e modo de vida, de algum modo são supridas, tendo em vista, que permanecem no local, mesmo alguns o façam em condições precárias de subsistência. O que nos leva a interpretar que, de algum modo, as condições aqui encontradas são ainda melhores em relação local que viviam.

Segundo OLIVEIRA (2011), um dos mais importantes componentes identitários do povo litorâneo é o seu caráter universalista e assimilador das outros grupos, ou seja, os trezentões (mais de 300 anos de história) constituíram o primeiro grupo a formar a identidade e a consciência brasileira.

O autor aponta que;

[...] nos trezentões a dimensão étnica é associada com a identidade nacional. É o primeiro grupo a formar a identidade e a consciência brasileira com as suas diversas miscigenações e amálgamas. Ameríndios, africanos e imigrantes europeus são abasileirados pelos trezentões da classe dominante histórica do Paraná e de Santa Catarina. Os estrangeiros aprendem a língua do Brasil e são integrados na sociedade local. (OLIVEIRA, 2011, p 23).

Na perspectiva de apresentar um panorama das principais problemáticas sociais existentes no Litoral, foi possível demonstrar que esse é um território amplo e diverso, no que se refere a riquezas ambientais e histórico-culturais, assim como, no que diz respeito às expressões da ²¹questão social.

Expressões como: economia escassa; urbanização e assentamentos precários; ausência de salubridade e habitabilidade nas habitações periféricas; uso e ocupação de solos insustentáveis; péssima gestão de recursos hídricos; falta de saneamento básico em varias regiões dos municípios; ocupação urbana desordenada; escassez de políticas públicas que considerem as particularidades regionais; pouca ou nenhuma participação organizada por parte da população; entre outras, conjunturas que se apresentaram semelhantes em todos os municípios do Litoral. Além, de também estar à mercê dos demais fatores que acentuam a desigualdade social em todo o território nacional, como por exemplo, o desemprego e a miséria.

Novos paradigmas, que resultantes dos modelos de desenvolvimento que construímos em sociedade ou não, as problemáticas sociais contextualizadas nesse capítulo, têm muito a dizer acerca das condições de vida e do tipo de relações que os sujeitos constroem e reproduzem na sociedade Litorânea.

Condicionantes esses que foram apresentados porque a nosso ver são essenciais à compreensão da experiência que nessa dissertação descreveremos e contextualizaremos.

1.2A PEÇA: AS ÁGUAS DE MARÇO DE 2011.

O planeta Terra tem uma longa e complexa história, repleta de constantes transformações, desencadeadas pela ação de agentes naturais e sociais. Os territórios que hoje conhecemos, foram resultados de mudanças geomorfoclimáticas

ou de diferentes distúrbios causados pela intervenção humana sob eles. Da transformação da natureza movimentos catastróficos se manifestam, mudanças que ocorrem em tempos e por agentes diferentes, onde passado e presente se vinculam em relação a perspectivas futuras para a vida da humanidade. (BIGARELLA, 1999).

No Litoral Paranaense essas mudanças caracterizam o tipo de solo, mar, vegetação, flora e fauna, ou seja, o bioma litorâneo. O clima é subtropical e apresenta uma temperatura média superior a 22°C nos períodos mais quentes e inferior a 18°C nos mais frios. Em relação à pluviosidade, as chuvas são dos tipos ciclônico, orográfico e de convecção e a média anual está em torno de 1988 mm, sendo o verão a estação mais chuvosa (fevereiro e março). As altas precipitações provocam excedentes hídricos durante todo o ano, caracterizando a região como de tipo úmido e super húmido. (IAPAR 1978).

A planície litorânea é uma planície com cerca de 10 a 20 km de largura, e atinge o máximo de 50km na baía de Paranaguá. É constituída de formações arenosas, paludais terrestres, manguezais (paludais marinhos) e nas proximidades do complexo cristalino por terrenos de aluviões terrestres. A altitude em sua maior extensão varia de zero a 10 m sobre o nível do mar. Nos pontos mais interiores atinge 20 m de altitude. É bordada a este pelo oceano e ao oeste pelo limite montanhoso do complexo cristalino, constituído pela Serra do Mar e suas ramificações. (BIGARELLA, 1999, p. 66).

Diversos agentes naturais somados a má condução dos recursos naturais acarretaram o desastre socioambiental que ocorreu em 11 de Março de 2011, atingindo drasticamente quatro dos sete municípios do Litoral (Antonina, Guaratuba, Morretes e Paranaguá). O município de Morretes foi o mais atingido e o primeiro dado anunciado foi de 9.180 desalojados e desabrigados, número que cresceu com a desocupação do distrito de Floresta e do Morro da Graciosa que se deu no dia 14.

Morros desabaram, alagamentos e deslizamentos de terras cobriram distritos inteiros e tiraram vidas. Em relação ao número de desabrigados, casas atingidas e óbitos os dados oficiais registrados se deram da seguinte forma: Antonina teve 1.281 casas atingidas e 1.160 desabrigados, com registro de dois óbitos; Paranaguá registrou 170 casas atingidas e 159 desabrigados e nenhum registro de óbito; Guaratuba contabilizou 65 casas atingidas, 140 desalojados e nenhum registro de óbito. Morretes um dos municípios mais afetados registrou 2.535

casas atingidas e 1180 desabrigados, com 02 óbitos registrados. (DEFESA CIVIL, 2011).

Figura 2: Alagamento e Desmoronamento dos Morros em Morretes



Foto do Alagamento e desmoronamento de morros em Morretes-PR(G1,2011).

Segundo as informações cedidas pela SIMEPAR, em entrevista com o técnico Cesar Gonsalves Duquia, foram dois os principais condicionantes que geraram a abundância de chuvas no período do desabamento. O primeiro se deve ao fato de que já chovia há uma semana na região, entre os dias 09 e 10, ou seja, choveu cerca de 70 milímetros em toda bacia hidrográfica do Litoral. O segundo condicionante, se refere aos ventos do dia 11 que trouxeram uma grande quantidade de umidade do oceano para o continente (frente fria). Isso somado então a alta quantidade de água, tempo de duração das chuvas, ventos carregados de umidade, solos saturados pela água da chuva causaram os desabamentos do dia 11 de março de 2011.

Figura 3: Veias nos morros, causadas pelo deslizamento de terras



Fonte: g1.com/2011.

Em Morretes e em Paranaguá a quantidade de chuva foi tanta que quase alcançou a média histórica. Essa extensa quantidade de chuva se dá devido ao aquecimento dos raios solares que, ao aquecer as ondas do mar, provoca a evaporação e formação de nuvens. Essas são levadas ao continente e ao rebaterem na Serra do Mar, sua subida provoca a diminuição da sua temperatura em intensa condensação, chamada chuva horográfica. Inicialmente a água dessa chuva corre superficialmente sobre a terra e depois adentra umedecendo a terra, porém quando abundante pode provocar intenso desmoronamento devido ao peso.

Esses processos naturais, normalmente ocorrem em pequena escala, por isso não os percebemos. A terra é recheada de estruturas rochosas que se fixam em áreas argilosas, porém essas áreas argilosas são liquefeitas com o excesso de água e ao se desmancharem acabam com a base de fixação das rochas, ou seja, quando a chuva é demasiada provoca o desabamento de toda a encosta. Por isso, os morros não são locais próprios para construção de casas. E se fosse uma área desmatada, a situação seria muito pior, pois certamente já seriam áreas exploradas pela especulação imobiliária e o desastre seria muito maior. (UFPR-LITORAL, 2012).

A população local demonstrou conhecer bem a região que habitam, e esse foi um dos elementos surpresa apreendidos pelo material de campo (surpresa para nós que inicialmente elaboramos hipóteses contrárias).

Fato que desmontou a hipótese de que os moradores do Litoral pouco sabem sobre o território que vivem. Prosseguimos a partir daqui com maior no material reunido no trabalho de campo, a fim de dar ênfase ao olhar dos sujeitos acerca da realidade que vivenciaram durante o período de desastre, assim como, nas perspectivas e concepções construídas por eles sobre o território e as relações travadas no cotidiano.

A gente sabia que acontecia enchente na nossa região, quem mora em Morretes sabe que o rio sobe, eu mesma já tinha visto um par delas, mas uma coisa é o povo conta que o rio enche, mas que dá tempo de tirar as coisas e depois é só esperar a água baixar e limpar tudo, não é fácil, mais pelo menos não mata ninguém e não leva tudo o que as pessoas têm [...] Agora a gente que morava na Floresta se assustou por demais, o barulho foi tipo de uma bomba quando estoura tudo nos filmes de guerra sabe? Madeiras se rachando no meio, árvores enormes desciam rolando e levava tudo que tinha pela frente [...] Tremia tudo, horrível, tipo o chão se abrindo e sabe o que era pior, ele tava se abrindo mesmo (risos) [...] A gente escutava os gritos, quem tava perto se ajudava, a primeira coisa que veio na minha cabeça, foi que o mundo tava acabando. Quando eu vi o tamanho das pedras que tavam descendo eu pensei que ia morrer todo mundo. Mas não pensa aí que eu via as pedras porque fiquei olhando pra traz não viu, quem parava pra olhar podia morrer, eu só vi porque teve uma hora que parou daí deu pra ver o tamanho das pedras, eram maior que a nossa casa, quer dizer a nossa ex-casa. [...] A gente tem que agradecer a Deus e a quem conseguiu fazer alguma coisa na hora certa, isso foi muito importante (ênfase) porque salvou a vida das pessoas né [...] (MARIA TEREZA, MORRETES, 2012).

Segundo o que se pode observar nas falas dos sujeitos entrevistados e também nas várias rodas de conversa onde as histórias foram constantemente resgatadas, em cada cidade afetada os desabamentos e as enchentes se deram em horários diferentes, mas nos quatro municípios iniciaram no mesmo dia. Todos afirmaram que o rio encheu em uma velocidade assustadora, outro dado que coincide é que todos sentiram “o chão tremer” o que se deu em todos os municípios, já que os entrevistados são dos quatro municípios atingidos. Relataram que pedras gigantescas deslizaram do morro como se fossem de “bolas de gude em uma descida”, as árvores rolavam e atropelavam as pessoas e pontes que resistiram 24 anos de chuva se arrebuaram em segundos.

Figura 4: Moradia soterrada por desabamento.



Fonte: <http://img.terra.com.br>

Fica difícil pra gente saber quem tem que dizer pra gente, o que será das nossas vidas daqui pra frente. Não sabemos nem pra onde correr, com quem brigar e muito menos o que fazer. Já viram que parece que nem a prefeitura sabe o que dizer pra gente e, a gente nem sabe o que perguntar. Eu, pelo menos, não tenho muita ideia, de quem tem que fazer o que, alguém sabe? [...] Eu escutei lá no abrigo, uma mulher falando que o governo é que teria que ajudar a gente, já que ninguém pode cobrar da natureza. Por que será que desabou tanto? Já teve outras chuvas e não aconteceu nada igual [...] Vocês viram lá na TV que parece que quando isso acontece o governo dá outra casa pras pessoas? Será mesmo que eles têm que dar, ou dão as casas dependendo do lugar? [...] O bom de vocês continuarem aqui com a gente é que a gente tem mais chance se uma coisa dessas puder mesmo ser verdade. Porque se não, a gente corre o risco de virá tudo mendigo de rua. (MARIA TEREZA IX, 2011).

Grande parte da região onde os morros deslizaram são de proteção ambiental, ou seja, aí se percebe a importância das leis de proteção ao meio ambiente. Porém, sem uma fiscalização efetiva, com a ação do poder público e da população em geral, a lei se torna “letra morta”.

Nesse sentido, várias questões levantadas junto à população²² nesse período. A quem cabe a responsabilidade de fiscalização e da prevenção de desastres ambientais? O que exatamente deveria e poderia fazer a defesa civil nesses momentos de emergência? O poder público tem políticas preventivas? O que a ciência produziu acerca dessas questões? Os municípios planejam estratégias? Quem é o responsável pela reconstrução local? Por que aconteceram os desastres? Quem tem respostas efetivas para evitar que os danos sejam tão incisivos? Por que os recursos demoraram tanto a ser viabilizados?

Figura 5: Distrito de Floresta completamente atingido pelos deslizamentos, troncos das árvores



Fonte: www.g1.com. Acesso em Novembro/2011.

As questões que a partir daqui serão apresentadas compilam o leque de conclusões construídas com base nas entrevistas realizadas com moradores, representantes da defesa civil e do poder público local, nas rodas de conversa desenvolvidas junto aos desabrigados dos quatro municípios.

²² As questões foram construídas através das Rodas de Conversa, espaço dinâmico e diversificado, onde as falas se completam através de diálogos mútuos, onde não há apenas um propositor e/ou entrevistador.

Nos relatos de técnicos e cientistas especializados na área socioambiental e por fim com base nas publicações encontradas acerca da questão.

No que se refere à informação e geração de conhecimento, publicações que datam mais de dez anos atrás, já anunciavam riscos desse tipo de desabamento no litoral, no total são mais de 15 acervos²³, alguns com mapas que até localizam os locais mais inseguros. Os planos diretores dos municípios também abarquem a questão, ainda que de modo mais sucinto. Ou seja, o problema não está na quantidade de falta de informação produzida, e sim na desconsideração dos diagnósticos propostos tanto por parte das esferas de governo quanto pela população.

O relatório do Centro de Apoio Científico em Desastres (CENACID²⁴) de 2004 registrou que o desastre de 11 de março ocorrido no Litoral foi resultado da elevação dos níveis dos rios Marumbi, Nhundiaquara, Pinto e seus afluentes, em razão das chuvas intensas. As regiões afetadas foram: Rocio, Raia Velha, Vila Freitas, Centro, Ponte Seca, Porto de Cima, Sambaqui, Vila das Palmeiras, Sítio do Campo, Vila dos Ferroviários e parte da PR411 (Vila Ceasa, Operária e Jardim Graciosa). O total de pessoas afetadas foi de 6.500, ou seja, 45% da população total.

A distância da população referente à problemática se dá por desconhecer a importância de tal material, por não saber de sua existência ou por não ter condições de acesso, o que não é o caso dos gestores municipais e menos ainda dos governos estadual e federal. As instituições públicas do poder executivo pouco usam as informações científicas, assim como não investem em pesquisas nessa área, assim ficam com escassas condições de previsibilidade sobre os processos que ameaçam a sociedade.

²³ Informação coletada do documentário “Quem acordou o dragão?”, produzido pela UFPR-Litoral em 2012.

²⁴ CENACID é uma unidade especial do Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento – NIMAD da Universidade Federal do Paraná- UFPR e tem por objetivo proporcionar apoio científico e técnico à comunidade em situações de emergências. Visa também gerar propostas de ações a serem empreendidas no seguimento da emergência bem como promover cursos de treinamento para o atendimento de emergências e prevenção de acidentes

A experiência demonstrou que a Defesa Civil mal consegue se organizar para dar conta das ações mais imediatas, como por exemplo, acionar os mecanismos disponíveis em curto espaço de tempo, potencializar e estruturar possíveis abrigos, estabelecer estratégias de distribuição de mantimentos e doações, registrar e sistematizar dados.

Figura 6: Casa destruída pelo deslizamento da encosta.



Fonte: g1.com, Acesso em Novembro/2011.

O chefe da Defesa Civil do Paraná pontuou que mais de 2.450 residências tiveram estragos significativos, pois além do desabamento das encostas dos morros, a densa quantidade de chuva que caiu em curto espaço de tempo encheu os rios e, nessa combinação, criou-se o “vilão” que destruiu a maioria das residências. Em todo o Paraná o prejuízo referente às perdas em casas que foram danificadas pelas enchentes, deslizamentos de terra e alagamentos, somaram mais de 60 milhões de reais. Além dos municípios já citados, Manguaerinha, São José dos Pinhais, Honório Serpa e Rio Azul também sofreram deslizamentos, enchentes e desabamentos. (UFPR, 2012).

Na época os prejuízos para a agricultura do Paraná foram previstos em mais de 10 milhões. Em Cubatão, área rural de Guaratuba, produtores de banana perderam 12 toneladas da fruta que estavam colhidas e armazenadas, prontas para a venda.

Integrantes da Defesa Civil do Estado e do município, funcionários da prefeitura, bombeiros, policiais militares e moradores locais trabalharam na organização da operação, formando um grupo de 85 pessoas aproximadamente.

Algumas horas após a ocorrência dos deslizamentos e alagamentos ocorrido no dia 11 de março de 2011, grande parte da população que estava nos municípios atingidos tentavam salvar pertences, se livrar da água, encontrar familiares, buscar socorro com a defesa civil, com parentes e com amigos.

Nos municípios em que não haviam ocorrido desabamentos e/ou enchentes (Matinhos, Pontal do Paraná, Guaraqueçaba) ainda que de modo bem modesto, organizavam iniciativas voltadas à arrecadação de alimentos, roupas, água e produtos de higiene e limpeza. Em maioria ações individuais de solidariedade ou a partir de grupos organizados, como as associações, Rotary Club, Clube de Jipeiros e outros grupos, entre eles a UFPR-Litoral.

Várias famílias perderam suas casas e algumas das áreas atingidas foram decretadas de grande risco de desabamento. Situação que deixou os moradores confusos, pois por um lado tinham o que parecia desdém por parte do Estado, pois não oferecia respostas efetivas quanto as suas necessidades de realocação e/ou reconstrução e por outro, recebiam a todo o momento informações do poder público que os alertava acerca da possibilidade de novos desastres.

Os resultados do desastre foram tão drásticos quanto o próprio acontecimento; os moradores do distrito de Floresta (área mais atingida de todos os municípios) tiveram que aguardar próximo de dois anos para que obtivessem alguma resposta do poder público local e nesse período permaneceram em abrigos improvisados pela prefeitura e/ou por parentes e amigos. No total foram 10 mil afetados com o desastre no Litoral-PR (entre desalojados e desabrigados).

Segundo a Mineropar, Morretes, Antonina, Paranaguá e Guaratuba, são os locais considerados de alto risco. Os de médio risco ocupam 96 quilômetros e os de baixo, em torno de 1,5 mil. O mais vulnerável está localizado na Serra da Prata, próximo à BR-277, onde ocorreram 49 deslizamentos na época, somando o total de 108 quilômetros quadrados de área de risco em toda região litorânea. (MINEROPAR, 2012).

2. OS ATORES: DESABRIGADOS E INSTITUIÇÕES LOCAIS

A seguir apontamos os holofotes para os moradores e para as instituições (envolvidas direta e/ou indiretamente) dos quatro municípios atingidos pelo desastre de 11 de março de 2011 (Antonina, Guaratuba, Morretes e Paranaguá), ou seja, entram em cena os principais sujeitos dessa pesquisa (desabrigados, Defesa Civil Sociedade Civil Organizada e Prefeituras Municipais, Governo Estadual, Governo Federal, UFPR-Litoral), suas falas, relatos dos momentos mais delicados, visões sobre os fatos ocorridos e sobre a conjuntura que os cerca, expectativas em relação ao presente-futuro.

Compõe também esse capítulo, as considerações analíticas, dessa que foi uma trajetória de estudo ampla e exigiu diversos métodos de pesquisa na mesma experiência (pesquisa ação, relato de experiência e estudo de caso). Em outras palavras, um processo investigativo em que pesquisador (a), campo, sujeito e objeto se misturam sem que para isso se percam em relação às peculiaridades dos seus papéis.

As instituições e os sujeitos se colocam diante do maior desastre socioambiental ocorrido na região e com isso os papéis se misturam. Alguns desaparecem, outros se colocam e poucos apresentam respostas frente às demandas resultantes do caos. Apresentam-se então, direta e/ou indiretamente, como representantes da sociedade civil “organizada”, desabrigados, representantes das três esferas governamentais, entre outros, que compuseram o grupo dos sujeitos da pesquisa.

A maioria dos relatos é de moradores de Morretes, que antes do desastre moravam no distrito de Floresta, região que foi a mais atingida dentre os municípios. E foram coletados em locais diversos, pois ainda que alguns dos moradores tenham passado anos nos abrigos, outros optaram por retornar o território a fim de construir novas casas mesmo que improvisadas na busca de recomeçar.

Não visualizavam soluções rápidas por parte do Estado e tinham pressa em viabilizar trabalho e renda, porque no abrigo as condições de alimentação e moradia eram precárias, o que construía outro cotidiano que além de romper suas rotinas de vida e suas redes de sociabilidade, os deixavam a mercê da boa vontade e/ou da potencialidade de outros para resolver seus problemas.

2.1 HOLOFOTES: RELATOS DOS DESABRIGADOS

A maioria dos desabrigados (as) entrevistados(as) relataram que somente a Defesa Civil agiu nos primeiros dias em que a situação foi mais drástica. Receberam roupas remédios, alimentação e água, porém a fatura durou apenas uma semana, nas demais a confusão foi grande. Nos abrigos faltavam alimentos, produtos de higiene e limpeza, roupas de cama e banho, e também remédios.

Uma prima minha morreu, outro perdeu a orelha, teve gente que perdeu a perna, fora que todo mundo perdeu quase tudo né. Mas as contas, as conta ficaram e ninguém quer saber se a terra caiu nas nossas cabeças, querem que a gente pague as contas. Foi coro rasgado, cabeça aberta, alguns foram carregados uns 40 metros, outros foram tirado debaixo dos escombros. Já passou três meses e nem mais comida chega e quando a gente pensa em reclama só escuta desaforo do povo da prefeitura. Do governo não da pra espera nada viu, se a gente não puder contar com vocês que sabem das coisas ou com os parentes vamos morrer nesse abrigo. (JOÃO DE ABREU 26).

Alguns moradores afirmavam ter conhecimento de que em alguns municípios haviam doações estocadas e que não eram entregues à população. No mesmo mês do desastre, veio a conhecimento público que no município de Morretes havia eletrodomésticos, colchões, entre outros materiais, em poder da primeira dama do município. A mesma justificou na época que estavam guardados para serem entregues após terem alguma previsão da construção de novas casas.

Nos, ficamos sabendo que tem muita coisa guardada no centro de eventos que está abandonado, uma colega minha que trabalha na prefeitura me contou. Fora as comidas que estão estragando, diz ela que é por falta de organicidade das pessoas que trabalha lá. Veja né, que absurdo e a gente aqui perecendo por falta das coisas. (MARIA TEREZA, 2011).

Os representantes das gestões municipais afirmavam não ter verba local e frisavam que estavam na espera do recurso anunciado pelo governo federal. Com o passar do primeiro mês as famílias, cujas casas sofreram apenas inundação puderam retornar, pois a água já havia baixado e a chuva paralisado, o que indicava a possibilidade de limpar e organizar a vida. Algumas das famílias que viviam nas áreas de alto risco de novos desabamentos também retornaram e permaneceram no local. Porém, a maioria das famílias do distrito de Floresta não pôde retornar, pois o desmoronamento havia destruído tudo.

Além de passar tudo que nos passamos aqui, as autoridades vieram e puseram o pé na nossa garganta. Quando a água baixou nos voltamos pra casa porque prometeram que iam arrumar as coisas pra quem voltasse, mas no fim das contas ficamos 80 noites no escuro igual morcego, o que é uma judiaria com as crianças e com os velhos, sem falar que a maioria do povo que mora aqui é tudo de idade. O secretario meio ambiente veio aqui em nome da prefeitura e disse que só ficaríamos 05 dias isolados e que refariam rapidamente os acessos em parceria com o governo do estado. O que foi uma mentira, a gente mesmo que teve que refazer até as pontes. (João de Abreu – Paranaguá, 2011).

As informações técnicas que chegavam até as famílias pela Defesa Civil e pela MINEROPAR indicavam que a população desabrigada não deveria retornar às áreas de risco, mesmo as que ainda tinham suas moradias inteiras. A prefeitura de Morretes parecia fazer “vista grossa” aos que retornavam a tais áreas, pois com o tempo as famílias abrigadas passaram a ser vistas enquanto folgados.

O que pode ser observado no relatado por um dos profissionais da equipe técnica da secretaria de assistência social de Morretes. “Esse povo gosta de folga, não trabalham e ficam à espera da prefeitura para tudo. Não é porque estão no abrigo que não podem trabalhar, a gente conhece bem essa população, vocês é que não sabem”. (SMASM, 2011).

Todo mundo quer um lugar seguro pra viver, eles vem aqui e dizem pra gente que aqui é área de risco, que temos que sair [...] “Eu tenho aqui a minha escritura pra mostrar, faz 80 anos desde que comprei e paguei. Eles querem que a gente saia daqui, as autoridades ea prefeitura quer que abandonemos tudo e querem que a gente vá pra qualquer lugar que eles pensam que é melhor pra nós [...]

Assim eu faço uma comparação que eu sou o filho das autoridades e as autoridades querem me por num lugar onde eu não me agrado, lugar que eu não quero, não gosto, aí eu teria que viver uma vida infernada, uma vida terrível, isso aí não é justo.. Ninguém veio nos dizer pra gente que agente teria que sair daqui, até que isso tudo aconteceu, antes desse desastre, só vinham aqui pra dizer que era lindo, o Éden de Morretes. Ninguém veio avisar que era área de risco. Vivo aqui a 80 anos e sei do que estou falando. (JOÃO DE ABREU II, 2011).

A equipe técnica da Secretaria de Assistência Social do município demonstrou estar despreparada para atender a população na maioria de suas necessidades básicas: a atuação junto à população era autoritária, o que não condiz com os fundamentos ético-políticos e teórico-metodológicos preconizados pelo profissional do Serviço Social. Após três meses o número de visitas domiciliares foi reduzido e a população do Distrito de Floresta, que ainda se encontrava em abrigos, ficou aquém do suporte da prefeitura.

Não quero viver sem casa, morar do aluguel, já sofri muito, criei 05 filhos, trabalhei a vida inteira pra agora fica sem casa porque a casa que eu vivia ficava numa terra que era do meu patrão. Ele vai ganhar uma casa eu não [...] Na prefeitura disseram que eu tenho a cabeça boa e que ainda sou nova e posso trabalhar. Mais não é assim, depois de tudo não tenho mais idade de viver de favor, tenho 66 anos (Chora...) (MARIA TEREZA - VI, MORRETES, 2011).

Os funcionários da prefeitura ignoravam o fato dos moradores do distrito de Floresta estar habituados a uma vida no campo, cujas atividades de trabalho eram o cultivo de alimentos, cuidados com animais e com a própria terra. Em maioria, não eram proprietários de terras: recebiam pelo trabalho braçal e moravam no local que trabalhavam como “caseiros” ou em casas cedidas nas proximidades. Menos de 10% eram proprietários da Terra em que moravam; todos eram moradores antigos do distrito: os migrantes residiam no local há mais de 20 anos, vindos de cidades do interior do Paraná e os demais nasceram no Litoral.

Eles querem que a gente saia daqui, querem que a gente fique nas casinhas que vão construir sabe daqui quanto tempo, e que já avisaram que não vai ter pra todo mundo. Querem que a gente viva na cidade, mais a gente é colono, vive na área rural. A gente quer poder viver pelo menos do mesmo jeito que sempre viveu, cuidando da terra. Vamos viver do que na cidade? (MARIA TEREZA II, MORRETES, 2011).

Num primeiro momento, os abrigados reclamavam entre si; um ou outro se dirigia às secretarias em busca de respostas e o fato de não se perceberem enquanto um coletivo deixava a situação ainda mais complexa, pois as demandas eram vistas de modo muito individual, ainda que fosse a mesma para a maioria. Nesse período puderam contar com alimentos, roupas e demais utensílios levados pela equipe da Universidade Federal do Paraná que atuava junto ao grupo a fim de fomentar a organização popular e a geração de trabalho e renda a partir de iniciativas alternativas.

Seis meses após o desastre alguns moradores de Floresta ainda continuavam em abrigos e só contavam com o acompanhamento do grupo de trabalho da universidade, que buscava respostas junto aos órgãos responsáveis, frente às demandas apresentadas pela comunidade, ao mesmo tempo em que buscava construir uma rede de apoio.

Como estratégia de ação, a UFPR-Litoral definiu que o ponto de partida era identificar possíveis parceiros. A morosidade dos processos se manifestava em todas as portas batidas, as esferas de governo demonstravam a sua incapacidade em viabilizar as políticas públicas de modo efetivo e no tempo necessário. O Governo Federal anuncia a transferência de recursos ao Estado do Paraná, para que este redistribua aos municípios segundo as necessidades apontadas que, em suma, se destinavam à construção de novas casas para a população afetada e reconstrução das áreas afetadas.

Segundo o que consta no Portal da Transparência do governo federal, a União investiu cerca de 56 milhões em programas voltados à prevenção de desastres socioambientais; contudo o investimento em reparos para mediar o estrago do ano de 2010 foi de 660 milhões, cujo valor corresponde à alocação dez vezes maior para reparos, isso em relação ao valor empregado na prevenção. A Defesa Civil do Estado informou que foram destinados 543 mil do orçamento estadual de 2011 para coordenar ações preventivas e de resposta imediata a desastres ambientais, como a de 11 de março de 2011, objeto de nossa investigação.

O chefe da Defesa Civil do Paraná, à época, afirmou que após a fatalidade de 2011, o Paraná recebeu do Governo Federal recursos referentes aos quatro municípios atingidos no Litoral, para cobrir os gastos que possam ter futuramente.

O Paraná, segundo ele, não permitirá que os municípios aleguem desconhecer os riscos oferecidos por deslizamentos e enchentes em seus territórios, como faziam até 2011. Para tanto solicitou à MINEROPAR mapeamento geológico e geotécnico do solo da região, abrangendo uma área total de 1,8 mil quilômetros quadrados, e identificou os locais caracterizados como de alto risco para a ocorrência de acidentes. (MINEROPAR, 2012).

Em entrevista à equipe do Laboratório Móvel da UFPR-Litoral, o então prefeito de Paranaguá, José Baka Filho, apontou que:

Nunca pensamos que isso poderia acontecer na nossa região, porque nós não somos área que tem ocupação em morro, nos não somos Blumenau, Rio de Janeiro, nos não temos isso, ocupação em morro. Nossa cidade é uma planície, estamos localizados numa planície litorânea. Consideramos área de risco as áreas que podem ser atingidas pelas marés (UFPR-Litoral, 2012).

Em Morretes o único investimento verificável em relação ao desastre se refere às casas construídas na área urbana, porém se questiona a transparência da aplicação dos recursos, pois não há dados públicos que explicitem a questão. As casas foram construídas lado a lado, em área urbana, próxima ao centro da cidade e sem nenhuma área para plantio. O que é um dissenso e uma negligência em relação aos direitos constitucionais²⁵, tendo em vista que toda a população desabrigada era oriunda de área rural.

Cabe ressaltar, que os moradores nascidos no Litoral do Paraná, os caiçaras, se constituíram em comunidades tradicionais, ou seja, apresentam costumes, comportamentos, valores, obras, modos de produção e de organização da vida, diferenciados do padrão cultural hegemônico. Os caiçaras que residem em áreas de

²⁵ Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. (C.F, 1988).

floresta, também devem ser considerados Povos da Floresta, ainda que não sejam indígenas.

São povos que configuram tipo de cultura indetitária peculiar e, que cumprem um importantíssimo papel na preservação do território em que habitam. É dever do poder público reconhecer e incorporar a dimensão étnica desses povos, pois os direitos fundamentais a todos não abarcam as suas diferenças. (PAVIANI, 2004).

Ao ser questionado se a questão cultural dos desabrigados seria considerada para planejamento e construção das casas, o chefe da Defesa Civil do Paraná afirmou que:

[...] não há como tirarmos alguém da área rural e colocar eles na cidade, porque estaremos matando a família. Eles aprenderam a subsistir na área rural. O que será trabalhado nos municípios é justamente aquilo o que cada município apontou como necessidade, caberá ao município apontar as suas diferenças. (CHEFE DA DEFESA CIVIL, 2012).

Se há reconhecimento, por parte da Defesa Civil do Paraná, sobre a dimensão cultural²⁶, a fala indica, também, que os gestores municipais parecem ignorar a possibilidade de ocorrência de desastres socioambientais neste ambiente. O que é contraditório, pois ainda que o município não tivesse acesso a tais estudos, o próprio governo federal e o governo do estado já vinham alertando sobre a situação.

Afirmções de desconhecimento acerca dos desastres soavam como insultos aos ouvidos dos moradores, que a cada ano vivenciavam na região, algum tipo de desastre socioambiental. E ainda que nenhum dos eventos anteriores tivessem ganho a mesma proporção do ultimo, os moradores sabiam que o território anunciava a possibilidade, o que desconheciam eram possíveis alternativas para lidar com questão.

²⁶ Para ampliar o entendimento da questão, ver decreto (Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007), que Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Antes do desastre, a Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina ADEMADAN²⁷ desenvolveu um projeto chamado Eco-bairro, alertando que o Bairro das Laranjeiras²⁸ (Antonina) estava situado em área de risco. Segundo um dos responsáveis pela associação, a gestão municipal tinha conhecimento do projeto. Porém a fala do Sr. Carlos Augusto Machado, que em 2011 era prefeito de Antonina, afirma que:

As casas que estavam nos morros aqui têm mais de 50 anos, eu morava bem perto do bairro Laranjeiras, eu brincava por ali naquela região, jogava futebol e estou fazendo hoje 58 anos, então eu posso afirmar com certeza que pelo menos 58 anos tinha aquela ocupação ali, assim como o bairro da Caixa D'água, Portinho, Graciosa de baixo, Graciosa de Cima, então não há de se dizer que houve uma invasão, especulação imobiliária, ou coisa parecida, até porque na época que se construiu essas casas, não havia nenhuma preocupação quanto a essa questão de não fazer casa numa certa altura ou declive [...] Hoje a gente vê diferente, porque a gente tem o plano diretor com algumas legislações, onde fala inclusive de grau de declividade e você veja q isso não serve pra nada, com o exemplo do acidente, vamos analisar aquela casa que está lá em cima do morro fora das condições legais, com ela nada aconteceu. Então o pessoal q estava lá em cima nada aconteceu, porque o morro quando cai só cai de certa altura (PREFEITO DE ANTONINA, 2011).

É recorrente o argumento do desconhecimento da possibilidade de desabamentos e reiteram tais falas sempre que questionados em relação à falta de investimentos em ações preventivas. Sobre o futuro, a maioria afirma que aguardariam encaminhamentos do Governo Federal e do Governo do Estado.

Apenas o então prefeito de Morretes, admitiu que a gestão municipal, não tinha nada planejando e nem tampouco discutiam a questão: “[...] Se estamos fazendo alguma coisa pra prever desastres futuros? Não sabemos nada. Confesso que não estamos fazendo nada”. (PREFEITO MORRETES, 2011).

Além da falta de ações preventivas em relação aos desastres, da ausência de preparo para lidar com demandas em situações de emergência, observa-se significativos atrasos no que se refere à aplicabilidade de direitos e políticas já decretados e instituídos.

²⁷ A Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN) é uma ONG criada em 1997 com o objetivo de desenvolver projetos de geração de renda e educação ambiental em áreas de Unidade de Conservação.

²⁸ O Bairro das Laranjeiras ainda não se reconstruiu, atualmente menos de dez famílias residem no local.

A partir do desastre, descobrimos que nem o cadastramento da população de baixa renda tinha sido realizado na sua amplitude real, o que dificulta o controle, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas. A organização e a atualização do cadastramento da população é um instrumento essencial à gestão municipal.

A ausência do cadastramento da população nos levou a questionar as condições de acesso e aplicabilidade das políticas públicas e sociais, pois é através dele que o Governo Federal, possibilita a garantia de um diverso leque de direitos. Cabe considerar que o campo da Seguridade Social está descoberto em Morretes, ou seja, os avanços conquistados na constituição de 1988, ainda estão ameaçados, principalmente no que se refere à universalidade do acesso aos direitos sociais. Se nem mesmo tais políticas parecem estar garantidas, quiçá a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - (PNPCT).

A PNPCT tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com vistas ao reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais. Em suma preconiza o respeito, a valorização e a defesa do direito a identidade desses povos, assim como de suas formas de organizações e suas instituições. Cabe ao Estado e a sociedade, “assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos concernentes aos povos e comunidades tradicionais, sobretudo nas situações de conflito ou ameaça à sua integridade”. (PNPCT, 2007).

Outro importante aspecto acerca das gestões municipais se refere à centralização do poder, realidade observada em Morretes e também nos outros municípios do Litoral –PR. Um modo de gerir a coisa pública, onde prevalece a vontade política dos governantes, aparentando pouca ou nenhuma manifestação política por parte dos governados e configurando processos pouco democráticos. São visíveis relações de poder atravessadas por tradições familiares, pelo protecionismo individual, pela valorização da hereditariedade, pela submissão ao poder econômico, dentre outros aspectos que apontam posicionamentos conservadores.

A família Miranda Coutinho é uma das mais antigas do Paraná e com uma das mais antigas varonias no território paranaense. Centrou-se na clássica estrutura de poder do Brasil Colonial: Sesmaria, patentes nas ordenanças, cargos da governança e posse de escravos. Também era uma família ligada a elementos culturais com a presença de padres e de poetas dentre seus membros. Família do litoral Sul de Paranaguá que possuía extensas faixas de praias que se tornariam balneários no século XX. (OLIVEIRA, 2005).

As biografias e genealogias consultadas (OLIVEIRA (2011); PARETO (1996); NEGRÃO (1953) revelaram que o Litoral do Paraná carrega em sua cultura política forte herança do período colonial, principalmente em relação às redes de parentesco e de poder que se alastraram ao longo dos séculos na região. A elite colonial foi à propulsora da classe dominante atual, o que configurou na região uma “grande rede social e política de famílias viabilizadas por longas genealogias de poder”. Desse modo, não é surpresa que na atualidade ainda se observe na gestão pública relações antidemocráticas, já que patrimônios, cargos e insígnias simbólicas, se perpetuaram por séculos na região. (OLIVEIRA, 2011).

São heranças históricas que cumprem o fim de reproduzir o ciclo de dominação de classe, de dominação econômica, de dominação ideológica e cultural, pautada pela subalternidade sócio-político-econômica da população e pelo prevalecimento da cultura do favor em detrimento da concepção de direitos.

A contemporaneidade não está livre dessa conexão entre estruturas de parentesco e estruturas de poder e o trabalho de campo demonstrou que povo litorâneo esta a par da existência dessas e de outras relações de poder.

No início do processo de pesquisa acreditava-se que o distanciamento político-participativo da população litorânea era desencadeado pela precarização das condições socioeconômicas dos indivíduos, grupos e comunidades, tendo em vista que a maioria da população litorânea é pobre²⁹, em outros termos, “desfavorecida de bem-estar material, bem-estar físico, segurança protetora, liberdade de escolha e de ação e boas relações sociais”. Cabe ressaltar que nossa hipótese inicial era de que não tinham conhecimento do que se passava na agenda política local e que o distanciamento político se dava por falta de acesso às informações. (NARAYAN, 2000, p 27).

²⁹ Numa perspectiva mais ampla, pobre é aquele (a) que vive em situação de pobreza. Para aprofundar o conceito ver: NARAYAN, D. *Voices of the poor Can any one hear us?* Washington, D.C.: The World Bank, Oxford University Press, 2000. In: CRESPO. A.P.A; GUROVITZ . E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. RAE-eletrônica, Volume 1, Número 2, jul-dez/2002.

Entretanto, a pesquisa de campo em Morretes demonstrou que a maioria dos desabrigados mesmo que considerados pobres e/ou miseráveis, tinham conhecimento de que têm direitos a benefícios sociais e demonstraram estar cientes das obrigações do poder público, mesmo que não tivessem a dimensão ou não soubessem explicitá-los exatamente.

Não se está afirmando que a condição socioeconômica não seja um dos elementos a ser considerado na análise, mas cabe considerar que diferente do que se acreditava, no caso de Morretes não é a condição econômica o único fator determinante à não participação política da população. Ainda que se compreenda que:

quando reduzidos os recursos econômicos para satisfazer as demandas materiais básicas, o processo de desagregação da vida social se dá de forma acelerada, pois em condições precárias de subsistência dificilmente se estabelecem formas de cultura política participativa e por consequência, o que se tem é a apatia política (BAQUERO, 2003, p.5).

Na pesquisa de campo verificou-se que alguns conheciam com certa proximidade a dinâmica da política municipal, relatavam contextos de períodos políticos eleitorais, citavam nomes de gestores e afirmavam já terem procurado as secretarias municipais por diversas vezes. Contudo, não conheciam ou nunca haviam participado de espaços decisórios como, por exemplo, das Conferências e dos Conselhos Municipais e tampouco compreendiam a dinâmica do espaço em relação ao exercício da cidadania.

É certo que tais experiências de descentralização do poder, são estratégias em prol do exercício da democracia e devido a isso aqui estão ressaltadas, porém também são espaços contraditórios, complexos e muito recentes em relação ao tempo do seu exercício. O que de certo modo impede que avaliemos com exatidão as suas potencialidades com relação à garantia de direitos, mas é possível afirmar que nesses espaços se encontram versões modernizadas de clientelismos e populismos³⁰. (IAMAMOTO, 2000).

³⁰ Clientelismo é um sistema de troca em que o cliente fica em total submissão ao patrão. Através da prática clientelista se busca manter a verticalização da esfera pública e "modos de regulação autocráticos", o que dificulta a democratização da sociedade. E o populismo é um conjunto de práticas políticas que consiste no estabelecimento de uma relação direta entre as massas e um líder carismático. Ver mais em: Augusto de Franco. Pobreza & Desenvolvimento Local. Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002.

Cabe considerar que a democracia aqui é entendida não somente enquanto um sistema representativo, no sentido da democracia liberal, mas um sistema político participativo que “não está confinado à esfera habitual do governo nacional ou local” [...] a participação refere-se à participação igualitária na tomada de decisões, [...] “com igualdade política, que se refere à igualdade de poder na determinação das consequências das decisões” (PATEMAN, 1992, p. 61-62).

A pesquisa demonstrou que o descontentamento com as formas tradicionais de se fazer política, compõe o leque de motivos que levam a população ao distanciamento das discussões acerca da política. Demonstraram não acreditar nos candidatos e nos partidos políticos; estar cansados das notícias de corrupção e, especialmente, indignados com a diferença de tratamento que recebem nos períodos eleitorais em relação aos demais períodos do ano. Pelo descontentamento e desesperança assumem, no cenário político, o único papel que acreditam ser possível: o de eleitores, e sabem que fazem do voto moeda de troca pois, segundo eles, é o único momento em que são vistos com alguma prioridade.

Entretanto, o que predominou nas rodas de conversa, foram relatos que direta e/ou indiretamente anunciavam a existência de “famílias amigas” que além de terem varias propriedades na região: ocupam cargos importantes em vários espaços do serviço público; são proprietários de empresas locais; não se misturam com a população mais geral, ou seja, um determinado grupo político, que mesmo reduzido em número, exerce forte controle nas relações de construção econômica e política na região e, que também exercem influência sobre os atores politicamente ativos no exercício da política local.

Em vários dos relatos confirma-se que de algum modo Morretes, Antonina, Guaratuba e Paranaguá, possuem grupos que detêm espaços de poder, compõem a elite local e encontram facilidade para dominar, tendo em vista que mesmo em minoria dialogam entre si e são discretos e organizados. [...] “Aqui a coisa é assim, a gente finge que não vê o que eles fazem, eles fingem que não existimos e a gente segue tocando a vida. Por que quem é louco de mexer com os grandes hem?” (MARIA TEREZA II, ANTONINA, 2012).

Figura 7: Intervalo das rodas de conversa. Desabrigados no Viveiro em Morretes



Fonte: (GRUPO DE TRABALHO DE MORRETES, 2011).

Esse tipo de fala foi encontrado em quase todos os registros das rodas de conversa, o que confirma uma das hipóteses iniciais da pesquisa sobre a existência de uma elite política e econômica que historicamente sempre dominou e que, por sua organização, se destaca de outros segmentos sociais, com poder de direcionar uma maioria supostamente desorganizada e despreparada para o exercício do poder (MOSCA; PARETO, 1996).

Foi corrente nos relatos que, de certo modo, a “democracia” só existe para os caixas em períodos eleitorais; afirmam ter essa visão porque somente nesse período é que têm oportunidade de se aproximarem de algumas discussões e de outras questões de caráter político.

A gente sabe que têm direitos, o problema é como fazer pra que eles sejam mesmo da gente. Porque em Morretes somente os ricos parecem ter direito as coisas. Parece que quanto mais dinheiro tem a família, mais eles são “chegados” da prefeitura. Tipo, podem fazer o que quiserem, é sempre os mesmos que decidem as coisas e como sempre só vão lembrar da gente na época das campanhas. Tem família aqui que é dona de quase tudo a muito tempo. Meu pai conto que ah uns anos atrás dava pra saber quem seria o candidato da eleição só pelo sobrenome das pessoas. Agora que parece ter mudado um pouco, mas no fundo a gente sabe que quem está por trás são sempre os mesmos”. Não é verdade gente? Quem é mais antigo aqui, sabe de alguma história dos Malucelli daqui de Morretes e dos Matarazzo lá de Antonina. Eu sei de muita história porque meu avô trabalhou pra eles, então já viu né, fofocada e falaria lá de casa (risos) (MARIA TEREZA V – Morretes, 2012).

O livro “O Silêncio dos Vencedores” que se refere à genealogia de famílias políticas paranaenses, escrito por Ricardo Oliveira em 2011, apresenta diversas contextualizações a respeito das famílias paranaenses do século XX. O autor afirma que nomes nobres da política e da economia da época “detêm poder e riqueza na atualidade, associadas aos interesses dominantes há quase 300 anos”. Aponta que essas famílias compõem uma surpreendente e intrincada “rede de relações familiares, de parentesco e de privilegiamento que assegura a estrutura do poder nas mais diversas conjunturas econômicas e políticas” (OLIVEIRA, 2001, p. 01).

Vários relatos confirmaram que no Litoral do Paraná, as elites políticas exercem influência e domínio, direta e/ou indiretamente, sobre vários aspectos nas agendas locais. CODATO (2008), explica que:

Elite Política é um grupo especializado de políticos profissionais (se quiser, os políticos de carreira) que controlam recursos políticos (posições institucionais no Estado, por exemplo), comandam organizações políticas (partidos, por exemplo) e exercem as funções de governo (no Executivo e no Legislativo) (CODATO, 2008, P.20).

As várias rodas de conversa acerca do tema da participação política evidenciaram que os desabrigados (as) têm pouco ou nenhum conhecimento sobre organização popular, o que traz à tona à ausência de espaços que fomentem a questão e de “identidades públicas capazes de transformar a crítica e a postura existente, em ações coletivas que centralizem emancipação popular”. Contraditoriamente às hipóteses iniciais, os caiçaras apresentam um nível de saber e de consciência peculiar que deve ser respeitado e considerado a fim de encontrar respostas frente à participação sócio-política (BEGA, 2007, p. 08).

Os dados analisados levaram ao entendimento que os condicionantes apontados até aqui, exercem influência significativa na construção da cultura política do povo caiçara. Os processos progressivos de descaso, desmotivação, ausência de reconhecimento e de investimento em relação à participação política, conduziram o povo litorâneo a um tipo de posicionamento silencioso mediante as disputas de poder. Os espaços voltados à deliberação democrática, são ocupados mais pela elite política e econômica do que pela massa populacional.

Nesse sentido, podemos afirmar que a compreensão de que a institucionalização de espaços voltados à democracia (voto, organização civil, representação em conselhos de direitos, entre outros) é suficiente para construção democrática, configura uma falsa realidade. Cabe considerar também que democracia pressupõe existência de elites e de desigualdades, tendo em vista que a democracia é a forma política da burguesia se expressar. Em outras palavras, a elite criou e esta no espaço democrático se encontra e fazem uso dos instrumentos coletivos próprios desses espaços para o exercício do poder.

Desse modo, entende-se que o Estado está em consenso com os ideários do sistema capitalista e este, por sua vez, se fortalece sob o prisma da convergência entre liberdade política e liberdade econômica. O que temos, então, enquanto democracia são eleições livres e mercados livres, ou seja, “o bem comum obtível através das ações de indivíduos utilitaristas envolvidos em trocas competitivas com o mínimo de interferência Estatal”. (SANTOS, 2011, p.42).

É interessante observar que a participação da sociedade encontra, na contemporaneidade, instrumentos que combinam formas avançadas de controle social em relação a outros regimes. A inquestionável legitimidade decisória, nos últimos anos, tem se mostrado uma grande arma para os que ocupam o espaço, seja para os interessados na real democracia-participativa seja para os que apenas o usam para encaminhar novas estratégias de concentração de poder.

Contudo, a participação sociopolítica ainda se configura como uma das mais importantes estratégias democráticas, uma saída frente às complexidades geradas pelas relações de dominação presentes nas instituições e na sociedade litorânea. Se assim não fosse, não haveria tantas estratégias por parte dos detentores do poder para controlar tal possibilidade. Fazemos referencia às artimanhas usadas pelas elites para afastar a população dos espaços decisórios a fim dar continuidade ao controle que exercem, através da centralização do poder, da precarização das estruturas, da orientação ideológica, e no predomínio do controle e da redução de todo e qualquer instrumento necessário à construção democrática.

Os conselhos comprovam que ao menos funcionam enquanto campo de disputa possível. Podemos considerar, por exemplo, as conquistas da iniciativa popular de projetos de lei, planos, programas de desenvolvimento, referendos e plebiscitos populares, entre outras conquistas como o orçamento participativo.

2.2 A PRESENÇA DA UFPR-LITORAL COMO AGENTE DE PROPULSOR DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO LITORAL DO PARANÁ

É nesse contexto que trazemos à tona a importância de movimentos como as práticas pedagógicas desenvolvidas pela UFPR-Litoral que, dentre tantas ações, promove a ocupação e o entendimento desses espaços decisórios, para que a população possa ao menos desenvolver estratégias de lutas.

A UFPR-Litoral foi uma das instituições que primeiro se organizou, com mobilização para atuar nas comunidades atingidas pelo desastre, dois dias após o início dos deslizamentos. No dia 13 de março de 2011 estudantes, professores e técnicos se reuniram e a conversa inicial se deu a partir de uma só questão: o que seria possível fazer institucionalmente, visto que o caos se instalava nos municípios atingidos? Como dificilmente poderia ser diferente, no espaço universitário, a conversa entre os interessados em agir, logo se transformou num debate acirrado.

Em uma das frentes estavam os que entendiam que a universidade não poderia assumir um papel interventivo e que as ações deveriam ser tomadas por cada interessado de modo particular, se assim o quisessem, e não em nome da instituição. Visualizavam que a universidade poderia assumir um papel mais educativo, pautando a questão nos módulos que compunham os PPC's dos cursos.

Em outra ponta do debate estavam os que acreditavam que a intervenção direta deveria ser vislumbrada enquanto responsabilidade institucional, tendo em vista os princípios e compromissos previstos no PPP da instituição para com a população litorânea. Defendiam que ações poderiam ser planejadas e organizadas a partir de grupos e que isso em nada impediria de contextualizar a questão também nos fundamentos teórico-práticos dos cursos.

Antes que se construísse uma estratégia institucional, estudantes se deslocaram para as áreas atingidas e já no dia 12, alguns fizeram uso de trilhas e caminhos pouco conhecidos da maioria, contando com a ajuda da população para que tivessem acesso aos locais onde as estradas principais estavam interrompidas. Inseriram-se nos grupos de apoio, enquanto voluntários e passaram à ação direta.

Cumpriam o papel de orientar as pessoas e ajudar nos resgates, ou seja, participaram da organização do trabalho junto aos integrantes da Defesa Civil, corpo de Bombeiros, policiais militares e funcionários da prefeitura.

Em Morretes eram cerca 85 pessoas trabalhando na operação e desses três eram estudantes da universidade que não moravam no local; em Antonina, dois já estavam no segundo dia e nos demais este número cresceu nos quatro municípios atingidos.

A UFPR Litoral continuou as conversas, em reuniões que foram agendadas para dias posteriores e, como resultado, no dia 17 de Março saíram às primeiras comitivas com destino aos quatro municípios atingidos e cerca de 20 pessoas foram a campo. Quase uma semana até a primeira saída, quando chegaram aos municípios, as questões mais críticas da sobrevivência já haviam sido encaminhadas, ou seja, a água havia baixado, as pessoas estavam nos abrigos improvisados e haviam equipes da Defesa Civil organizada nos locais.

No dia 18 de Março, o Conselho Diretor Setorial³¹ define e encaminha os trabalhos a serem realizados do seguinte modo: o desastre enquanto fio condutor para todos os Fundamentos Teórico Práticos do semestre; garantia de estrutura para os grupos que pretendessem realizar trabalhos continuados nas regiões atingidas; articuladores municipais enquanto responsáveis pelo repasse das informações e pela mediação entre a instituição e municípios atingidos. Também, instalaram um local oficial de arrecadação, organização e redistribuição de doativos.

Na primeira semana a água já havia baixado, porém Antonina e Morretes continuavam em estado de calamidade pública. As principais estradas de acesso às sedes continuavam obstruídas, lama e entulhos cobriam toda a região. Hotéis, pousadas e restaurantes foram fechados por falta de mantimentos, águas de piscinas foram usadas para lavar calçadas, ruas e até mesmo para banhos. Em Cubatão, área rural de Guaratuba, produtores de banana perderam 12 toneladas da fruta que estavam colhidas e armazenadas, prontas para a venda. (JORNAL O GLOBO, 2011).

³¹ Na época o Conselho Diretor da UFPR-Litoral, era um órgão consultivo e deliberativo, com estrutura paritária, funcionando através de reuniões ordinárias, extraordinárias e solenes, sendo integrado por estudantes, técnicos administrativos, professores e membros da comunidade.

Figura 8: primeiro grupo de trabalho a seguir para os municípios atingidos



Fonte: Registros próprios da autora, 2011).

Mesmo depois de passado um mês desde a ocorrência do desastre, 581 pessoas continuavam em abrigos públicos. O Major Ávila, da Defesa Civil do Paraná, em entrevista ao jornal G1 afirmou que “a meta principal era levar as pessoas de volta a suas regiões, porém algumas áreas como o distrito de Floresta [bairro que fica na divisa de Morretes e Paranaguá, e foi totalmente desocupado] não tinham para onde voltar”. (JORNAL G1, 2011).

Em Paranaguá, o abrigo público foi improvisado em uma unidade do Centro de Aprendizagem e Integração de Cursos (CAIC), (local onde normalmente são realizados cursos e capacitação), onde foram alojadas 136 pessoas. Em Morretes, uma das escolas abrigou 145 moradores desabrigados, e alguns moradores de Floresta foram encaminhados para a sede da associação espírita. E, em Antonina, uma igreja e uma escola abrigaram 300 moradores. (JORNAL G1, 2011).

Segundo dados fornecidos pela MINEROPAR, foram identificados 2.529 áreas vulneráveis em Morretes, Antonina, Paranaguá e Guaratuba. Somam uma área de 108 quilômetros quadrados de área de alto risco, 96 quilômetros de médio e cerca de 1,5 mil de baixo risco. O mais vulnerável está localizado na Serra da Prata, próximo à BR-277, em Paranaguá, onde ocorreram 49 deslizamentos na época. Em agosto de 2011, outros 15 municípios do Paraná, também foram atingidos por alagamentos e deslizamentos. (MINEROPAR, 2011).

Na sequência dos trabalhos, mais equipes se somaram aos articuladores municipais (servidores da universidade que assumiam o papel de representar e mediar às relações entre a UFPR-Litoral e os municípios) que estavam direcionando os trabalhos das equipes nos municípios. Os novos grupos também passaram a articular atividades nos municípios aos processos de formação acadêmica. Potencializar espaços de estágio e as possíveis ações em rede, voltadas ampliar as mediações e as intervenções da universidade nos municípios atingidos.

Diante da precariedade generalizada, as equipes se colocaram à disposição das prefeituras e dos grupos de Defesa Civil; inicialmente contribuíram com a organização de cadastros a fim de registrar a população em situação de calamidade e as suas demandas; na sequência foram se alastrando para demais espaços de atuação, visando ampliar as ferramentas para que os municípios pudessem “dar conta” do pós-desastre.

Contudo, a situação era muito mais complexa do que imaginaram. A partir da relação quase que diária junto aos municípios (comunidade, desabrigados, gestores públicos, entre outros) deparavam-se com questões inaceitáveis, como por exemplo, o racionamento na entrega de alimentos o que gerou um clima tenso entre a universidade e alguns municípios, principalmente com Antonina e Morretes.

Após um mês, o trabalho emergencial não foi mais necessário nos municípios de Guaratuba e Paranaguá, pois a população já havia retornado as suas casas, os cadastros já haviam sido realizados e sistematizados ou não havia mais interesse na atuação da universidade. Acredita-se que o “desinteresse” se dava principalmente devido ao fato de que os representantes das prefeituras municipais tinham a visão de que a presença da universidade poderia gerar ações de fiscalização e denuncia. Porém, em Morretes os trabalhos tiveram continuidade.

Na tentativa de ampliar as expectativas da população em relação à luta por direitos, o ultimo grupo que restou das equipes formadas inicialmente na instituição, seguiu com os trabalhos em Morretes, no acompanhamento do cotidiano das famílias do distrito de Floresta, pois era sabido que sem esse apoio, os desabrigados ficariam a mercê da boa vontade política municipal, para atender as suas necessidades, como por exemplo, situações de doença, miséria, dificuldade de adaptação nos abrigos improvisados.

Cabe, então, relatar a experiência do Setor Litoral em Morretes. As primeiras aproximações com a população atingida pelo desastre se deram, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, onde foram obtidos os dados referentes à localização dos abrigos, endereços das regiões mais atingidas, entre outros. O município se apresentava despreparado para atender a população na medida em que era notável que os servidores públicos não sabiam onde e como buscar recursos e estavam à espera de determinações de instância estadual e federal.

Ao ser questionado em relação aos encaminhamentos para às famílias desabrigadas, disse um dos funcionários: “Logo vão retornar pras casas, mas ainda não sabemos o que fazer com as famílias da Floresta, porque lá pode desabar de novo, então por enquanto terão que esperar”. Relatou também que o município não tinha recursos financeiros e que as secretarias estavam conversando, mas dependiam de um retorno do prefeito. O prefeito, em entrevista, afirmou que o governo do estado do Paraná só contribuiu com remédios, ambulância e médicos, mas que ainda não poderia afirmar nada em relação a qualquer verba para construção e/ou adequação de melhores abrigos. (SMASM, Março de 2011).

Nesse processo de visitas semanais, o grupo seguiu realizando conversas com a população a fim de registrar suas angústias, demandas, perspectivas e conflitos. Percebiam que o poder público se distanciava mais dos desabrigados e que meios de comunicação de massa aos poucos deixavam de notificar a situação. Foi notório que depois de um tempo a própria gestão municipal fomentava o retorno dos desabrigados às áreas de risco, só que agora cientes que a região estava submetida a riscos de novos desabamentos.

A cada dia, a sensação de abandono se acentuava, as cestas básicas já não chegavam ou, quando eram entregues, continham alimentos estragados e/ou com validade vencida. Como as visitas dos funcionários da Secretaria de Assistência Social escasseavam, a população passou a visitá-los. Diante da situação a UF-PRLitoral dá início a ações de fomento a organização coletiva e comunitária e para tal buscou, junto à população, parceiros que estivessem dispostos a colocar em pauta as violações de direitos.

Foi nesse interim que encontraram em algumas escolas municipais as portas que precisavam para compreender melhor as demais problemáticas vivenciadas pelos morretenses em geral.

Inicialmente a maior preocupação era a questão da geração de trabalho e renda, pois as famílias precisavam encontrar urgentemente saídas alternativas para o contexto que vivenciavam. E, paralelamente, discutiam-se modos para viabilizar espaços para que a população pudesse receber respostas do poder público. Um desses espaços foi o I Fórum de Comunidades do Litoral Paranaense.

Uma das parcerias iniciais da UFPR-Litoral foi com as artesãs do município que cederam o espaço da Estação das Artes para que pudessem reunir a população e desenvolver atividades. Dessa parceria surge a primeira oficina de trabalho e renda com entalhe em madeira, que, posteriormente passou a ser a principal fonte de trabalho e renda de alguns dos desabrigados.

2.3A UFPR-LITORAL: EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA PARA O FOMENTO DA ORGANIZAÇÃO POPULAR

Em meio aos vários diálogos com as secretarias municipais, os desabrigados conseguiram que o município cedesse uma área para que pudessem ao menos reunir a família, pois estavam em abrigos separados o que dificultava em muito o trabalho em relação à organização coletiva, ao tempo e à logística. O espaço cedido foi o Viveiro de Mudanças, localizado em um terreno que ficava nos fundos da Secretaria Municipal de Obras. Tratava-se de alguns canteiros de terra, um espaço coberto que abrigava uma longa mesa de madeira que, por muito tempo foi “testemunha” do trabalho, um fogão a lenha, bancos, equipamentos e sucatas da secretaria.

Passados mais de seis meses, 25 famílias do distrito de Floresta ainda não tinha parecer definitivo sobre a previsão da construção de moradias e/ou locação de imóveis, de nenhuma das três esferas de governo. A população continuava desabrigada, quer alocada no alojamento cedido pelo Centro Espirita, quer em quartos alugados pela prefeitura, quer em casas de parentes e amigos. Continuaram submetidas a condições precárias, na dependência de cestas básicas, roupas e de toda e qualquer doação que lhes garantisse subsistência.

Em síntese, as famílias da comunidade de Floresta foram “jogadas no espaço urbano”, à espera do cumprimento da promessa de casas que seriam construídas, com subsídio do Governo Federal e outras retornaram ao distrito de Floresta a fim de tentar retomar a vida no local.

A equipe da UFPR-Litoral passou a abranger outros territórios próximos e, a partir disso, tomar conhecimento da realidade de outras comunidades. Desde então, estudantes e professores de diferentes áreas de conhecimento acompanharam semanalmente o cotidiano das famílias, buscando intervir na materialização de seus direitos de proteção social, na viabilização de saídas frente às problemáticas de habitação, trabalho e renda, entre outra.

A Universidade³² vivencia, então, a experiência de acompanhar cotidianamente a comunidade³³, não mais a lê pelos livros ou a quantifica pelos dados repetitivamente coletados. Passa a percebê-los na sua própria experiência e, como resultado, compreende-os e constrói outra visão de seu papel diante da sociedade. Ou seja, constrói saberes coletivos, fundados “no fazer com e não mais para” a comunidade. Os estudantes têm a oportunidade de exercitar a autonomia do fazer e do refletir constante, rodeados pelas inseguranças e complexidades reais de uma sociedade repleta de injustiças sociais. Em consequência constroem uma formação humanizada, pois aprendem acompanhando a dinâmica da vida social, junto aos sujeitos para quem um dia atuarão enquanto profissionais.

Alguns condicionantes foram essenciais para que tal processo formativo fosse realizado. O fato de estar sob a orientação dos princípios de um Projeto Político Pedagógico que fomenta a educação por projetos, a apreensão de conhecimentos interdisciplinares, a interação comunitária, a necessidade de interações que sejam culturais e humanísticas, a possibilidade de rearranjos curriculares e espaço para atuação no mundo real, foi o principal deles.

Outro fato de extrema importância se refere ao comprometimento coletivo, a certo tipo de solidariedade em função da vida a qual se mistura a uma vontade de mudança social que instiga a luta e reaviva a resistência.

³² A partir daqui, sempre que nos referirmos à Universidade, faremos referência aos grupos que em nome da instituição realizaram trabalhos nos municípios atingidos.

³³ O Setor Litoral (UFPR) atua sob a perspectiva de um Projeto Político Pedagógico - PPP diferenciado dos tradicionais, voltado à educação emancipatória e ao desenvolvimento de comunidades. O referido (PPP) será abordado posteriormente nesse mesmo capítulo.

E também, a possibilidade de contar com fundos de investimento em educação, porém essa última só se materializou um ano após o início do trabalho e foi materializado através da Pró-reitoria de Extensão e Cultura da própria universidade.

Surge então a proposta de um Programa de Extensão Universitária com o objetivo de viabilizar direitos individuais e coletivos de grupos sociais vulneráveis. O programa abarcou diversas áreas: empreendedorismo; gestão do trabalho urbano e rural; organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares; patrimônio histórico, cultural, natural e imaterial; questões ambientais, resíduos sólidos; segurança alimentar e do trabalho; saúde familiar, entre outros.

Com a possibilidade do programa, as atividades foram ampliadas e o grupo de trabalho que atuou desde o início do desastre pode contar com novos parceiros. Entraram em cena professores e estudantes dos cursos de Agroecologia, Gestão Ambiental, Gestão Imobiliária, Informática e Cidadania, Habilitação em Ciências, Artes e o curso de Especialização em Análise da Questão social na Perspectiva Interdisciplinar.

Além dos cursos, puderam contar com o apoio do Laboratório Móvel de Educação Científica – LABMÓVEL e do Centro Cultural do Setor. O curso de Serviço Social foi o protagonista dessas atividades, através da iniciativa de uma das docentes que, com os estudantes, deu início ao novo semestre acadêmico construindo-o com base na articulação do módulo de Fundamentos Teóricos Práticos – FTP's do Serviço Social com as atividades em Morretes.

A realidade é “a cena e o seio do dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante” [...] é a “mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela”. (MINAYO, 2012, p. 14).

Dessa forma, o Programa de Extensão foi estruturado com vistas à geração de trabalho e renda, assim organizados: técnicas de plantio; meliponicultura, produção de tijolos ecológicos, artesanato, entre outros. Foi implantado através do desenvolvimento de metodologias que se basearam na “educação do campo”, com vistas ao desenvolvimento das localidades atingidas pelo desastre socioambiental e/ou pela pobreza extrema.

Os princípios para atuação na Educação do Campo configuram-na enquanto;

[...] um conceito político ao considerar as particularidades dos sujeitos e não apenas sua localização espacial e geográfica. A perspectiva da educação do campo se articula a um projeto político e econômico de desenvolvimento local e sustentável, a partir da perspectiva dos interesses dos povos que nele vivem (PARANÁ, 2006, p. 22).

Morretes, coube sob medida, nesse projeto, na medida em que tem a maioria de suas escolas públicas na zona rural. Esta condição foi pautada e debatida durante a construção dos projetos que compuseram o programa. O território escolar se tornou o foco primordial, pois se mostrou potencialmente significativo para atuações amplamente coletivas e indiscutivelmente comunitárias, já que esses espaços em áreas rurais são permeados por saberes comunitários dotados de grande riqueza cultural, além de ser o local de residência ou de trabalho de agentes que melhor conhecem as vulnerabilidades locais. Ademais, dominam também o histórico socioeconômico regional, as particularidades do calendário regional e as peculiaridades de como os sujeitos locais constroem suas relações.

A metodologia social por territórios escolares, pode se dar pelos seguintes passos: concretizar a organização do modo como construir o estado da arte dos diagnósticos sociais sobre as demandas da população do campo da Região; favorecer a formação no uso da geoinformação como base para diagnóstico pormenorizado; contrapor o estado da arte com os dados da geoinformação; mapear os vazios no atendimento aos direitos sociais das comunidades envolvidas; implementação do/s mesmo/s através da formação continuada como meio de gestar a vida coletiva; investigação dos modos de organização legal das comunidades e das fontes de financiamentos de projetos sociais; priorização dos projetos para o enfrentamento destes processos de exclusão; implementação coletiva do/s mesmos compreender, propor, agir, avaliar para qualificar socialmente a vida coletiva através da educação; viabilizar a sustentabilidade do processo, desdobrando-o em novas priorizações de transformação coletiva, projeções, implementação e avaliação processual deste movimento vivo e orgânico entre educação-população-demandas da vida e suas possibilidades de gestão para inclusão de todas as diversidades à seus múltiplos direitos. (FAGUNDES; GRAZIOLA; HOLLER; NICOLODI; VERGARA; 2013).

Nessa perspectiva foi criada a metodologia social por territórios escolares, visando o fortalecimento da relação escola-comunidade e, através desta, o empoderamento da organização comunitária. Partiu-se do pressuposto de que o território escolar já apresenta sinais potenciais no que se refere à gestão participativa, o que se mostra nas ações amplamente coletivas e na capacidade de rápida articulação e intimação da agenda comunitária.

Pressupõe, assim, caminhos reais para materialização da política pública educacional com vistas à emancipação. A metodologia social por territórios escolares é pedagógica e foi construída com base em projetos que objetivam uma leitura ampliada das demandas comunitárias. Feito que se propõe realizar através de uma nova visão crítica e, no mais, busca visualizar e compreender as possíveis ações da sociedade civil organizada frente à materialização de seus direitos. (FAGUNDES; GRAZIOLA; HOLLER; NICOLODI; VERGARA, 2013).

Esta proposta caminha no sentido que Boaventura (2011) indica, no sentido que somente será possível através da transição paradigmática. O autor expõe que para que isso ocorra é preciso garantir condições para que a experiência ocorra de modo que não se desvalorize ou se desacredite o paradigma emergente já na sua partida. “Conseguir essa garantia é, em si, uma luta política que, embora travada em todos os espaços estruturais, é sobre tudo desenvolvida no espaço da cidadania e centrada em torno do Estado”. (SANTOS, 2011, p. 334).

Além do Projeto de Extensão para Formação e Organização comunitária, Geração e Gestão Cooperada e Sustentável de Trabalho e renda e da Metodologia por Territórios Escolares, outras iniciativas resultaram do trabalho continuado junto às famílias, como por exemplo, práticas de geoprocessamento, organização de dois Fóruns das Comunidades atingidas pelas Enchentes e a criação do Observatório Social do Litoral e Vale do Ribeira Paranaense.

O observatório social é um acervo público *online*, fonte de pesquisa que apresenta dados primários e secundários, organizados, a fim de mapear os vazios que as populações são submetidas. É um instrumento tecnológico social que poderá contribuir em situações de desastres ambientais no que se refere à reorganização e planejamento local, além de ser a primeira e única base de dados que abarcará tamanha diversidade informativa acerca da população e do território do Litoral Paranaense.

Essas ações, projetos e programas, entrelaçam ensino, pesquisa e extensão para a organização, trabalho, produção e gestão cooperada entre pessoas em vulnerabilidade social. Envolvem-se ao contexto parcerias com o poder público municipal e federal. O trabalho desenvolvido pela UFPR-Litoral no município de Morretes desde 2011 foi ampliado, conta com mais um programa, o PDUR³⁴ - Programa de Desenvolvimento Urbano e Regional que também objetiva o desenvolvimento socioeconômico, sociopolítico e sociocultural regional.

Visto que a “criação supera o criador” e que a construção coletiva é sempre mais ampla, não foi surpresa que o objetivo inicial se modificou, e o que seria um espaço de troca mútua entre diferentes próximos, passou a compor um caminho potencializador dos atores que constroem a política em todas as suas formas de organização.

Assim, o município de Morretes torna-se um campo “privilegiado” no sentido de que, se é extremamente carente em relação às políticas públicas, por outro, ganha mais uma significativa ferramenta, ou seja, um programa universitário para trabalhar o eixo da habitação, da regularização fundiária a da organização popular.

Os objetivos que atualmente unem PDUR e Grupo de Trabalho “Águas de Março”(denominação criada pelo grupo que atua continuamente no município de Morretes, usam quando fazem referencia de si) perpassam o somar de forças de diferentes áreas de conhecimento, ou seja, colocar em diálogo o desenvolvimento urbano a partir da interdisciplinaridade, com base na noção de indissociabilidade entre : ensino, pesquisa e extensão.

O trabalho envolve estudantes da graduação e da pós-graduação, professores e técnico-administrativos. Tem também como metapotencializar o desenvolvimento local a partir de práticas que fomentem e a discussão do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano – FNDU.

³⁴ Programa que surge da visão de uma das professoras do Departamento de Ciência Política e Sociologia da UFPR que, ao assumir a disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa, se viu movida a estabelecer aproximações teórico-práticas entre Sociologia e o Serviço Social, tendo em vista propiciar vivências do mundo do trabalho do Sociólogo e do Assistente Social.

Vislumbrou-se um espaço de troca e aprendizagem mutua entre essas áreas de conhecimento e para tal o primeiro movimento foi viabilizar recurso e construir junto ao grupo de trabalho que já atuava em Morretes, um Programa guarda-chuva de alguns projetos voltados à participação e controle Social do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano – SNDU.

Assim como, a capacitação de servidores públicos no que se refere aos Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial; fomento à criação de novas políticas de Incentivo; à Implantação de mecanismos que promovam o cumprimento da função social da propriedade.

Nesse interim, são diversas as atividades que têm sido realizadas atualmente em Morretes e todas visam o desenvolvimento social e comunitário da região Litorânea. São possíveis através de caminhos didático-pedagógicos pautados em articulações amplas que reúnem estratégias, teórico-metodológicas e ético-políticas.

Integram o leque didático-pedagógico: reuniões, levantamento de dados, pesquisa, visitas domiciliares, institucionais e regionais semanais, ações emergenciais e projetos interventivos, voltados a potencialização da organização popular e da emancipação comunitária.

A partir do exposto, pode-se dizer que as experiências vivenciadas pela UFPR-Litoral junto às comunidades tem se mostrado de extrema importância para a garantia de direitos. Tal afirmação tem por base a importância dos processos fomentados pela instituição e pelos agentes que a constituem, onde foi possível verificar significativos avanços no que diz respeito ao papel de indivíduos e grupos frente à construção da sociedade, ao menos no que diz respeito à visão institucional. A percepção, por parte dos moradores dos municípios atendidos no que se refere às ações da UFPR-Litoral, será retratada no item seguinte.

Ainda que se consideremos limites de tais ações frente aos objetivos a que se propõem, não há como negar a potencialidade da experiência aqui relatada, principalmente com relação: à ampliação da participação sociopolítica; a organização popular; ao maior exercício da cidadania (nos espaços formais e informais); ao conhecimento e ao acesso de políticas públicas; à aproximação com o debate sobre cidadania e à identificação e reivindicação de demandas.

Experiência que aqui ganha centralidade, por ter tornado possível descortinar elementos essenciais à compreensão da cultura política do povo caiçara, principalmente no que se refere à relação Estado/sociedade e das “verdades” originadas e reproduzidas historicamente nesses meandros acerca da promoção e da garantia dos direitos civis, políticos, culturais e sociais.

Experiência que, somada a uma teoria crítica com vistas a um posicionamento paradigmático, pode alargar horizontes no que se refere à emancipação pos-

sível dentro dos marcos regulatórios e punitivos da nossa sociedade. As ações da UFPR Litoral em Morretes estão organizados do seguinte modo:

Tabela 5: Descrição dos projetos realizados no município de Morretes

OBSERVATÓRIO SOCIAL
Levantamento e sistematização de dados primários e secundários do Litoral –PR. Base de dados permanente.
PDUR
Voltado a Participação e Controle Social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano - SNDU.
VIVEIRO AGROECOLÓGICO
Promoção do cultivo e uso adequado de fitoterápicos fomentando alternativas de assistência à saúde e divulgação de informações, conhecimentos e material didático na área de produtos naturais e saúde familiar. Cultivo de mudas nativas para a recuperação da mata ciliar, bem como hortaliças, sementes, flores e frutas preferencialmente nativas e de forma orgânica, com formação para gestão cooperada e geração de renda.
ICH – INTERAÇÃO CULTURAL E HUMANÍSTICA
Educação do Campo: Debates, aprofundamento teórico, organização de eventos, sistematização de dados e articulação regional.
Feito a Mão: Geração de trabalho, emprego e renda, através do artesanato.
MORRO ALTO – ESCOLA
Organização comunitária e fortalecimento da metodologia por territórios escolares
ESTAÇÃO DAS ARTES
Visibilização da identidade local através do artesanato e da Interação Cultural e Humanística.
MELIPONÁRIO
Implantação de meliponário didático-científico para a formação, alimentação saudável e geração de trabalho e renda em contexto coletivo.
PROJETOS GERAÇÃO TRABALHO, EMPREGO E RENDA
Formação para o aproveitamento de resíduos sólidos; orgânicos para compostagem e produção de sabão; inorgânicos no reaproveitamento de produção; fabricação de tijolos ecológicos, facilitando as reformas e construções de habitações de baixo custo, através de mutirões;
PROJETOS DE ARTICULAÇÃO DE REDE SOCIAL; FORTALECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO POPULAR E CONTROLE SOCIAL:
Fundação Malucelli, Igreja Copiosa Redenção, Centro espírita,
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; CASA LAR; CRUZ VERMELHA;
Espaços de Estágio

Fonte: construção própria.

2.4O VALOR DA EXPERIENCIA: O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA UFPR – LITORAL

A busca por processos educacionais que viabilizem determinadas mudanças nas relações políticas, econômicas e socioculturais no âmbito da universidade e da sociedade, não é uma particularidade da atualidade, pois tem sido analisada e construída ao longo da história do país. Na contemporaneidade, antigos princípios de educação, decorrentes da base técnica de produção taylorista/fordista, foram substituídos por modelos pedagógicos mais amplos, porém de certo modo, ainda não deixaram de ser determinados pelas mudanças ocorridas no mundo do trabalho (KUENSER, 1998).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – n. 9.394/96 estabelece, no artigo 26, uma nova reforma na base curricular nacional e impõe a obrigatoriedade da escola, como se pode verificar no artigo 5º “Em todas as esferas administrativas, o poder público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino”. Observa-se no documento um prisma comum à antiga reforma, pois aponta também para uma base curricular nacional, sob a ótica da necessidade de adequar a educação brasileira às mudanças ocorridas no cenário econômico mundial e local. No artigo 1º, define: “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”. (BRASIL, 1996).

A partir da LDB de 1996, a Educação passa a ser compreendida como processo de formação humana, dever da família e do Estado. Institui que o processo formativo deve ter por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. E deve ser encaminhada sob os seguintes princípios: igualdade acesso/permanência; Liberdade; Pluralismo de ideias; Tolerância; Coexistência; público /privado; Gratuidade do ensino público; Valorização do profissional; Gestão democrática; Padrão de qualidade; Valorização extraescolar; Escola, trabalho e práticas.

Neste contexto, observa-se que através das escolas e das universidades brasileiras, grupos de professores tem buscado novos Projetos Político-Pedagógicos – PPPs.

A fim de garantir aos sujeitos condições emancipatórias de participação e democratização, ao mesmo tempo em que, tem como prioridade as exigências do sistema econômico vigente, ou seja, a formação de massas trabalhadoras mais flexíveis às rápidas mudanças do sistema econômico. Em maioria estabelecem o ensino-aprendizagem pela lógica das competências.

Tais informações são determinantes para uma análise mais crítica sobre o modo como pensamos e implantamos projetos educacionais nas sociedades capitalistas, tendo em vista que a educação pode, ao mesmo tempo, desempenhar o papel de amparar ideologicamente o Estado e viabilizar o acesso à apropriação do conhecimento pelos diferentes segmentos sociais. Esta perspectiva supera a necessidade de responder às demandas produtivas de uma sociedade e a movimenta em prol da reflexão crítica, possibilitando aos sujeitos a transformação da realidade.

Diante do exposto, é preciso considerar que atualmente a educação tem como desafio a apropriação das contradições produzidas no interior da sociedade e, pode promover mudanças contribuindo inclusive para a sua transformação. Em outras palavras, a Educação pode e deve ser pensada a fim de que atue para reparar, mediar e quando possível excluir os reflexos do sistema econômico, pois na contemporaneidade é o principal responsável pelos tamanhos índices de extrema violência, fome, concentração de renda, desemprego, entre outras mazelas da sociedade. (PIMENTA, 2002).

Há de considerar também que, a nossa sociedade é regida por um sistema econômico que não propicia à classe dominada uma consciência de classe, ou seja, o fato da Educação ter sido legalizada sob um amplo leque de princípios articulados a Constituição Federal de 1988, não quer dizer que este propósito seja realidade de fato.

Ainda que um avanço, se comparada as LDB anteriores, a vigente dá mais ênfase nas responsabilidades do que aos diretos; não prevê a articulação nos diversos níveis de ensino; interfere na autonomia das instituições; não define princípios para uma gestão democrática; é descompromissada com o ensino e a extensão; entre outros, descompromissos, como por exemplo, a falta de prioridade com a formação continuada dos profissionais da educação. (CAPRIOGLIO, 2000).

É diante desse cenário, que algumas experiências inovadoras, propõem enquanto estratégia educacional, a implantação de PPPs audaciosos, como por exemplo, a UFPR-Litoral, que visa intensificar e viabilizar em um contexto particular, uma nova forma de produção e de transmissão do conhecimento. Tem como perspectiva consolidar experiências com vistas a novas possibilidades emancipatórias. Nesse sentido, este Setor emerge da parceria entre as instâncias governamentais (Federal, Estadual e Municipal) e teve sua solenidade de abertura em 16 de maio de 2005, oficializando seu primeiro vestibular.

O projeto mencionado visa uma educação anti-hierárquica e anti-exclusivista, mas cabe considerar que o mesmo faz parte de projeto maior do Governo Federal em prol da extensão das Universidades Brasileiras. Partindo então do pressuposto de que toda e qualquer instituição pública tem, em suas origens e práticas, ações de regulação e controle das relações mercado/sociedade, é pertinente afirmar que aí se encontra o que inviabiliza em muitos aspectos uma análise crítica e explicativa de sua própria realidade no que concerne às relações sociais e de produção postas à sociedade, fato que deve ser observado na Educação (LUKÁCS, 1969).

É no bojo dessa tensão que se encontra a principal proposta do Projeto Político Institucional da UFPR-Litoral que visa fomentar, promover e viabilizar processos educacionais a fim de consolidar o desenvolvimento regional e comunitário de modo que possa potencializar agentes através de uma formação humanizadora. No PPP da UFPR-Litoral, parte-se do entendimento de que a educação deve garantir aos educandos possibilidades reais de concretizar visão crítica diante da realidade. Tem por finalidade contribuir com a organização popular, de modo que venha se fortalecer no sentido de lutar por uma vida compatível com a dignidade humana e a justiça social.

Nesse sentido, o PPP visa atuar com base em uma estrutura pedagógica que percebe o “conhecimento como uma totalidade articulada, decorrente da reflexão e do posicionamento a respeito da sociedade e sua realidade concreta envolvendo a educação e o homem” (UFPR, 2008, p. 07). Tendo em vista o ideário do projeto e a conjuntura apresentada, o que se propõe é um modelo pedagógico que entende a Educação enquanto agente que tem o papel de superar as feridas da sociedade, a fim de encontrar, em meio à contradição, estratégias para sua superação.

Não há receita pronta para tal atuação e sim possibilidades de enfrentamento, pois “a criação do novo não pode ser previsto e não há como conhecê-lo por antecipação, senão não haveria criação” (MORIN, 2006). É preciso exercitar a ideia, elaborar e testar a técnica, traçar rumos que promovam o questionar das coisas, pois não se cria nada de novo, naturalizando e perpetuando o de sempre. Como nos ensina Morin, quem segue modelos e protocolos à risca, encontra dificuldades de ser criativo e a criatividade é menos propensa em gaiolas, ou seja, para fazer diferente é preciso ensaiar no coletivo sem medo de mudança e essa é papel da educação.

A proposta da instituição é construir coletivamente processos para que os sujeitos possam falar por si próprios, construir suas próprias ideias a partir de trocas que promovam o que FREIRE (2000) designa de:

“exercício de pensar o tempo, de pensar a técnica, de pensar o conhecimento enquanto se conhece, de pensar o quê das coisas, o para quê, o como, o em favor de quê, de quem, o contra quê, o contra quem [...] é papel fundamental da Educação”. (FREIRE, 2000, p. 102).

A implantação dessa unidade da UFPR no Litoral do Paraná (com atuação ampliada também ao Vale do Ribeira) foi uma construção nascida no seio da própria universidade, pois desde o princípio o projeto visava promover o desenvolvimento regional, a partir da constatação de que tais regiões aparecem nas piores condições de desenvolvimento do Paraná.

O Setor Litoral funciona há 8 anos e desde a sua implantação atua interventivamente nas comunidades do Litoral Paranaense. Com base no seu Projeto Político Pedagógico – (PPP), atua a partir de três princípios predominantes: o comprometimento da Universidade com os interesses coletivos; a educação como totalidade; a formação discente pautada na crítica, na investigação, na pró-atividade e na ética, capaz de transformar a realidade. E para tal se articula em três fases: 1- conhecer e compreender; 2- compreender e propor e, 3- propor e agir, e tem como eixos fundamentais: a aprendizagem por projetos; a interdisciplinaridade e as Interações Culturais e Humanísticas – (ICHs).

A proposta político-institucional da UFPR Litoral foi estruturada considerando os seguintes elementos: ação comunitária; integração dos diferentes agentes e níveis educacionais; políticas públicas para o desenvolvimento regional; e colaboração com a educação básica pública da região onde está inserida. De acordo com estes elementos, o PPP é estruturado no trabalho por projetos, diretriz metodológica que favorece uma forte interação das ações e atividades formativas da instituição com a comunidade e com a realidade regional. Regido por fundamentos emancipatórios de desenvolvimento e aprendizagem, conta com os seguintes elementos estruturantes: percepção crítica da realidade; fundamento metodológico e científico; e transição para o exercício profissional. (BRIZOLLA; FAGUNDES; SILVA, 2010, p. 598).

A fim de atingir tais objetivos, estudantes, técnicos e professores organizam ações e projetos voltados à compreensão da problemática social das comunidades litorâneas. Através de projetos de pesquisa, de extensão e de ações mais interventivas a UFPR-Litoral atua diretamente nos sete municípios do Litoral e também nas mediações do Vale do Ribeira.

A aprendizagem por projetos se dá em todo o processo, ou ao menos o projeto assim almeja, porém cabe ressaltar que o espaço educacional é um “campo da vida social tensionado pelas disputas dos projetos societários de diferentes grupos e segmentos sociais” Em outras palavras, é notório que com o passar dos anos, grupos foram se diferenciando em relação à atuação interna e externa, ou seja, professores, estudantes e técnicos dividem opiniões diferentes acerca de como alcançar os objetivos do projeto, e cotidianamente, travam, no espaço institucional, debates e ações de enfrentamentos em suas várias instâncias representativas e decisórias. A Interação Cultural e Humanística (ICH) é alvo de constante debate, e as opiniões se divergem acerca da sua continuidade, principalmente entre os docentes. (ALMEIDA, 2000, p.155).

O foco das ICH é muito mais nas relações entre as pessoas através dos conteúdos e não a mera transmissão destes. Estudantes de diferentes cursos se misturam, se conhecem, aprendem juntos participando toda semana durante toda sua formação de atividades que despertam seus interesses e a compreensão sobre si mesmo e sobre as relações com o mundo. Alguns exemplos de atividades de ICH que já foram feitos: Literatura em Ação, Biopsicologia, Gastronomia, Qualidade de Vida através da Dança, Xadrez, Capoeira, Manejo de Trilhas, Meliponicultura, Teatro e Comunicação, As ICH podem ser com grupos pequenos ou grandes, de estudantes, professores e técnicos da universidade e com a comunidade. (COORDENADOR DA ICH, 2008).

Atualmente tais dissensos são mais incisivos e podem ser facilmente i-
dentificados tanto na formação de grupos que se afinam ideologicamente e traçam
modos de aliança política, quanto pelas ações encaminhadas, em sala de aula ou
fora dela. Três grupos são mais evidentes e aqui serão denominados ficticiamente já
que não constituem grupos organizados formalmente.

A nomenclatura utilizada para designar cada grupo se deve às suas caracte-
rísticas mais evidentes, no caso: **Grupo Piano** devido a reunir sujeitos que acumu-
lam mais tempo de carreira na Educação e na instituição; **Grupo Ascensão** devido
reunir os menos experientes em relação à atuação profissional e com menos tempo
de vínculo formal na UFPR-Litoral e **Grupo Ampulheta**, constituído de sujeitos que
oscilam em relação a que lado se posicionar e/ou optam por for entrar/sair dos pro-
cessos decisórios dependendo da agenda em disputa. Pertencem também a esse
último grupo, os que transitam nos demais grupos e que, ao menos no que diz
respeito ao espaço público, optam por não se posicionar.

O Grupo Piano une servidores técnicos e docentes, estudantes e membros
da comunidade externa que defendem as propostas originárias do projeto, ou seja,
se afinam ideologicamente, acreditam e fomentam processos educacionais
interdisciplinares, mais voltados à educação popular, buscam conhecimentos livres,
a valorização da história de vida e o valor da experiência cotidiana.

Defendem, também, o projeto na sua íntegra e se desafiam, didática e
metodologicamente, na busca superação dos moldes de ensino formal. Entre os
docentes são, em maioria, profissionais com muitos anos de experiência junto a
movimentos sociais, com atuação direta em escolas públicas e comunidades
tradicionais. Formam o grupo de docentes com mais tempo no setor e também os
mais antigos em relação aos anos de trabalho na área da educação. Assumem
publicamente e institucionalmente seus princípios ideológicos. Compõe o grupo de
apoio à atual gestão setorial, mas não de modo integral, pois alguns se dividem
nessa questão. Didaticamente trabalham mais com rodas de conversa, seminários
coletivos, saídas de campo, debates, história de vida, entre outras ferramentas que
fomentam a autonomia dos sujeitos. Trabalham com auto avaliação e avaliação
coletiva e são reconhecidos pela maioria dos estudantes que se posicionam
criticamente, enquanto os profissionais que mais contemplam instrumentos didático-
pedagógicos diversos.

Em relação aos demais grupos aparentam certo distanciamento e cansaço, principalmente no que se refere às estratégias de organização e fortalecimento político interno, condição que talvez se explique pelo tempo de luta nesse e em outros projetos.

O Grupo Ascensão é composto por estudantes recém-chegados, e servidores mais novos em relação ao tempo de carreira na instituição. Quanto ao afinamento ideológico, nota-se certa divisão, porém a maioria assume os pressupostos gerais do PPP. Fazem diversas críticas ao projeto originário e propõem mudanças em sua base original; acreditam que a falta de métodos didático-pedagógicos mais formais provoca nos estudantes certo desperdício de tempo o que prejudica a apreensão de todos os aportes teórico-metodológicos necessários para formação. Em outras palavras, o grupo entende que os estudantes precisam de certo controle disciplinar. Também trabalham com seminários, debates e saídas de campo. Realizam provas formais enquanto processo de avaliação discente, o que vai contra as diretrizes do PPP que prevê métodos mais amplos³⁵.

Mostram-se mais próximos no ambiente institucional, aparentam se relacionar com certa afinidade dentro e fora do espaço universitário. As ações políticas são organizadas, denotam provável consenso e, nos últimos tempos, mantêm assiduidade no enfrentamento político contra o modelo de gestão administrativa do grupo que detem o mando local. Formam o grupo de oposição à gestão setorial atual e sua organização enquanto grupo se tornou mais visível a partir do último processo de eleição setorial. A ala docente apresenta preocupações com aperfeiçoamentos (reconhecimento acadêmico e ascensão profissional) dentro da carreira universitária.

O Grupo Ampulheta é constituído de estudantes e servidores que em alguns momentos decisórios se posicionam a favor do Piano e em outros, do Ascensão. Hora se retiram totalmente do processo, hora observam mais de longe.

³⁵ O PPP da UFPR-Litoral prevê que os instrumentos didático-pedagógicos devem ser diversificados a fim de que possam contemplar as diferenças, pois nem todos aprendem do mesmo modo. Avaliações que considerem a vontade, a história de vida e o tempo de cada sujeitos. O que nas palavras de GRAMSCI, podem ser entendidas enquanto processos avaliativos que não tornem a escola uma incubadora de pequenos monstros aridamente instruídos para uma profissão, sem idéias gerais, sem cultura geral, sem alma, só com um golpe de vista infalível e a mão firme. (GRAMSCI, 2004, p. 101).

Não se constituem ideologicamente como grupo, pois o que supostamente os unifica é exatamente o fato de que não expõem seus posicionamentos de modo tão evidente quanto os demais.

Não formam um grupo organizado, circulam por dentro da organização política dos dois outros grupos e estabelecem relações interpessoais com eles, quer na instituição, quer fora dela. Sua movimentação pode alterar processos, na medida em que se voltam, ora mais para um dos lados. São importantes no jogo político local porque mesmo que nem percebam, determinam o rumo das decisões. O fato de tais grupos coexistirem e encontrarem internamente espaços reais de proposição, enfrentamento e debate, demonstra que o PPP do Litoral influencia e promove amplas possibilidades para o exercício da democracia participativa. Isso é bastante visível, por exemplo, nos espaços decisórios e deliberativos, nas Câmaras e no Conselho Diretor quando se acentuam as disputas pelo poder.

Como característica organizacional, desde a fundação do Setor, os espaços decisórios são abertos a toda comunidade universitária, com direito a voz e também voto. A comunidade “externa” sempre teve seu lugar garantido, ao menos na proposta institucional. No entanto até agora não se conseguiu instituir processos que fomentassem uma participação mais assídua por parte desta categoria representativa. Tal modo de organização resistiu por aproximadamente sete anos, até que em 2012houve, do ponto de vista institucional, certa mudança no cenário decisório.

Constituiu-se uma aliança entre a Administração Superior da UFPR com um dos grupos internos e o Setor-Litoral passa a ser palco da mira interventiva que regulamenta e normatiza o Setor no padrão dominante da instituição. Algumas dessas normas que são cristalizadas quanto à concepção de universidade (meritocrática e elitista) são usadas para impedir as tentativas de inovação, disciplinando o *modus operandi*.

Tal movimento tende a cercear experiências potenciais em relação à emancipação, principalmente no que se refere ao repensar dos moldes educacionais construídos historicamente. Mediante as ações intervencionistas encaminhadas, o potencial inovador da UFPR-Litoral é colocado em risco, principalmente por ser um projeto que tem apenas 08 anos, ou seja, uma “criança” em relação à temporalidade e, nesse sentido, ainda não teve o tempo necessário para constituir bases fortes o suficiente para resistir a esse tipo de pressão política hierárquica.

Ainda no que concerne a essas relações de poder, a proposta setorial não encontra apoio significativo na Prefeitura onde está localizada (Matinhos), pois a gestão municipal entende que a universidade é uma ameaça, tendo em vista que fomenta a organização popular e faz críticas públicas ao modo como os representantes municipais encaminham a “coisa pública”. Isso permite insistir na perspectiva de que a Educação tem influência na constituição da cultura política de um grupo social, seja para desmistificar as relações de dominação, ou para perpetuá-las, como o que ocorre na Educação tradicional, que está predominantemente voltada a atender o mercado de trabalho.

A temática da educação como um poder disciplinar tem sido abordada teoricamente há muito tempo nas Ciências Humanas. Tanto Foucault, quanto Boaventura, no cerne de suas ideias centrais acerca do poder, entendem que o poder disciplinar construído pela sociedade é um dos principais responsáveis pelas determinações científicas da atualidade. Ainda que discordem em outros aspectos, no que se refere às análises de regulação e poder, ambos interpretam que limitar o pensar do novo em função de velhas verdades construídas, pode levar ao desperdício da experiência, o que, na educação seria um caos.

Segundo Boaventura, “a emancipação deixou de ser o outro da regulação para se converter no seu duplo”, o que anuncia que os pilares da emancipação e da regulação configuram na atualidade reflexos de um desenvolvimento desequilibrado. Realidade que o autor condiciona a hipercientificização que demos a emancipação e no contra senso a hipermercadorização que denotamos a regulação, ou seja, a emancipação enquanto conceito tem ficado cada vez mais condicionado aos limites da construção enquadramento regulatório. Nesse sentido, fica cada vez mais difícil pensar em processos emancipatórios. Porém, se agarrar a velhas normas devido ao medo causado pelas inseguranças, esgotamentos e sintomas globais, também não parece boa saída. (SANTOS, 2011, p. 57).

Numa perspectiva foucaultiana, é possível afirmar que as instituições foram criadas pelo poder e para o exercício do poder e, quanto mais poder tem instituído, mais se constrói e se acumulam situações estratégicas para a sua perpetuação. Isso se materializa através das verdades que constrói e dos modos como às institui sob a forma de leis. Assim, o que não corresponde ao padrão normativo instituído pode ser facilmente aniquilado.

Como diz o autor, “o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, [...] é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (FOUCAULT, p. 103).

Nesse sentido, toda sociedade produz ao longo da história, certezas que já foram negadas e verdades que já foram desmentidas. Para, além disso, em busca de desenvolvimento produziu mais catástrofes do que salvaram vidas, o exemplo limite é a guerra. Pode-se dizer que fazemos parte de um período histórico complexo, repleto de desapontados, mesmo diante todas as facilidades que criamos. Em relação aos séculos anteriores, este é o século que mais morreu gente de fome, “e ao menos no que se refere aos dados quantitativos, mesmo nos países mais desenvolvidos continua a subir a porcentagem dos socialmente excluídos, aqueles que vivem abaixo do nível de pobreza” (SANTOS, 2011, p. 56).

Tal contextualização é determinante, pois parte-se dela para compreender o valor da experiência, a importância de novas tentativas que pautadas nos erros cometidos pela história, nas falsas hipóteses e nas hipóteses nem ensaiadas, trabalham com novos fatos a serem considerados criticamente, no caminho da superação ou da busca de saídas efetivas frente ao paradigma da humanidade.

Santos, entende que devemos buscar o reconhecer as diversas formas de saber e de agir, ou seja, exercitar o multiculturalismo e indica que tal caminho é possível a partir da sociologia da ausência e do trabalho de tradução. O que segundo o autor, é um exercício bem diferente de abarcar todos os conhecimentos a partir de métodos rigorosamente científicos, pois a rigorosidade acaba por impedir a emancipação humana e para ele esse é o maior dos paradigmas.

Nesse sentido, é preciso criar um conhecimento, que não elimine o novo em função do medo do desconhecido, pois este pode ser o caminho, tendo em vista que o rigor científico construído até então não nos levou a superar as desigualdades sociais.

Portanto, a ordem, as leis e todo aparato de regulação e controle que foram criadas a fim de organizar a sociedade levou a uma disciplinarização excessiva que nos levou a ignorar a reciprocidade, a partilha e a participação, condicionantes essenciais à emancipação humana.

O pensamento crítico para ser eficaz tem que assumir uma posição paradigmática: partir de uma crítica radical do paradigma dominante tanto dos seus modelos regulatórios como dos seus modelos emancipatórios para com base nela e com recurso à imaginação utópica desenhar os primeiros traços de horizontes emancipatórios novos em que eventualmente se anuncia o paradigma emergente. (SANTOS, 2011, p. 16).

Apresentada a conjuntura do jogo de poder presente no Setor Litoral, cabe agora adentrar ao cerne da questão apontada nesse capítulo, ou seja, o valor dessa experiência inovadora no campo da Educação. Como já sinalizado, nesse projeto político pedagógico a interação com a comunidade e as ações voltadas ao desenvolvimento local são prioridades absolutas. Assim, o PPP propõe ações que transpassam os muros da escola e que se diferenciam por partir do pressuposto de que é necessário conhecer e compreender as comunidades, para que depois de compreendido se possa propor e agir.

Compromissos com as regiões do Estado do Paraná, localizadas no litoral [...], com vistas a tecer e disponibilizar os produtos da ciência e do conhecimento especializado para um desenvolvimento sustentável. A educação como totalidade; a formação discente pautada na crítica, na investigação, na práxis e na ética, capaz de transformar a realidade (UFPR, 2008, p.2 e 9).

Ao resgatar as ideias centrais, pode-se dizer que o projeto busca construir vias concretas para fomentar o desenvolvimento regional a partir da integração comunitária, da construção de conhecimento de modo interdisciplinar, da aprendizagem por projetos, seja na pesquisa e na extensão, de modo a se trocar constantemente saberes com a comunidade.

O que só é possível com base em “um projeto inovador com características emancipatórias que significa uma nova concepção de conhecimento, de homem e de sociedade”. (UFPR, 2008, p. 8).

A questão da regulação/emancipação é na UFPR/Litoral, um constante dilema desde a sua fundação, ora enfrentando conflitos frente à legislação interna (UFPR), outrora frente a normas, diretrizes e bases externas (MEC e Prefeituras). Isto se dá devido à escolha feita pelos idealizadores do projeto que primeiro realizaram o desenho curricular e organizacional do Setor depois da sua implantação, assumiram a tarefa de regulá-lo. Trajetória que o coloca em risco frente a momentos decisivos, principalmente porque a fragilidade legal é estrategicamente usada. Por outro lado garantiu por muito tempo que o PPP se fortalecesse, “na medida em que constrói as normas a partir das práticas e não ao contrário” (CUNHA; FAGUNDES, 2008, p.42).

Desse modo, as ações da UFPR-Litoral nos municípios se destacam principalmente pela efetiva e intensa participação comunitária. Viabiliza-se pelo comprometimento dos estudantes e professores e pela coragem de suas iniciativas no que se refere aos enfrentamentos tanto no ambiente interno institucional quanto no externo, com as prefeituras municipais. Outro ponto importante para a viabilidade do trabalho se refere às metodologias sociais criadas, por se caracterizarem como inéditas e/ou diferenciadas se comparadas aos modelos empregados pelos demais setores da UFPR e pelas outras instituições de ensino do país.

O trabalho junto à comunidade se dá a partir de projetos, que em maioria são construídos pelos estudantes, mas há também os projetos propostos pela ação docente e esses se assemelham aos projetos de extensão já trabalhados em outras universidades, ao menos no que se refere à lógica institucional: passam por todos os trâmites formais. Já as ações discentes se dão através do Projeto de Aprendizagem, que inicia logo após o primeiro semestre na instituição e que pode durar até o final do curso ou mais (há registros de projetos desse tipo que tem continuidade mesmo após a colação de grau).

Os Projetos de Aprendizagem – PAs funcionam enquanto caminhos mediadores cujo destino é a aprendizagem. O objetivo é garantir ao estudante mais tempo para experienciar a prática da pesquisa. Os projetos podem ser de cunho interventivo ou apenas de levantamento bibliográfico, mas todos devem ser voltados a contribuir com o desenvolvimento do Litoral do Paraná. Todos os estudantes contam com a possibilidade de apreender as técnicas e ferramentas metodológicas necessárias à realização da pesquisa científica, o que é materializado através de módulos de PA.

É uma proposta de aprendizagem processual que pode ter como ponto de partida a história de vida do sujeito e as relações que esse constrói diante do acesso ao mundo universitário e das demandas locais.

Assim, ideias propositoras partem da experiência vivenciada que, aliada a fundamentos teórico-práticos, conduzem a uma leitura ampliada da realidade. A partir disso traçam caminhos, definem sujeitos de foco e delimitam territórios onde se pretende observar, investigar e/ou intervir. Diante disso, um leque de possibilidades de análise se apresenta aos sujeitos, ou seja, aspectos sócio-políticos, socioculturais, socioeconômicos, entre outros. A maioria dos PA's está diretamente relacionada aos conteúdos teórico-práticos dos cursos, situação que em alguns casos é definida pela escolha do estudante ou imposta pelo Projeto Político Curricular – PPC.

Nesse contexto, a universidade pode representar uma condição de Projeto que avança na direção de novos paradigmas. A concepção de democratização acadêmica ampliou-se e incluiu a condição de democratização do acesso, exigindo que a universidade revisse seus tradicionais critérios de organização, que tomam a meritocracia como valor maior. A sociedade vem reconhecendo a existência de outros espaços de produção do conhecimento e colocando em questão as tradicionais funções da universidade. Muitas vozes são unânimes em afirmar que ela precisa se reinventar e essa condição impulsiona experiências que assumem o compromisso com a perspectiva emancipatória. (FAGUNDES, CUNHA, 2008).

O objetivo é superar os moldes educacionais construídos pela modernidade, ou seja, moldes de conhecimento científico e tipos de aplicação tecnicista que tendem a enrijecer e homogeneizar o conhecimento, além de naturalizar as relações de dominação. Estes e outros condicionantes analisados pelos autores citados no capítulo sustentam que, o fato de estudantes, técnicos e professores estranharem as propostas do PPP-Litoral e por vezes se divergirem em relação as suas diretrizes, é previsível, justamente por se tratar de um projeto que se ousa romper com o tradicional.

Esses estranhamentos, resistências e divergências também estão marcados pela influência dos desejos peculiares de cada sujeito em relação ao momento que vivenciam em suas vidas.

Cada sujeito traz consigo as referências de uma história que também tem determinantes que devem ser analisados para além do modo como o conhecimento é construído pela sociedade.

O exemplo disso são as várias “desistências” do corpo docente que retornaram às suas cidades de origem, por não conseguiram se adaptar as condições de vida do território e/ou por algum tipo de stress causado pela dificuldade de atuar em um ambiente permeado de divergências ideológicas.

Nesse sentido, muitas são as faces analíticas possíveis à compreensão dos novos projetos educacionais, visualizar seus objetivos, ter em vista o contexto sociopolítico de sua fundação, observar as opções epistemológicas e metodológicas, o tipo de extensão, os princípios que o regem, as relações internas e externas à comunidade universitária, entre outros.

Pode-se, afirmar que não há como construir, no sentido emancipatório, um projeto sem que se inclua nele a participação efetiva das comunidades. Na UFPR-Litoral esta tem sido a diferença e a possibilidade para se pensar o novo. Em suma, essa experiência está comprometida com mudanças sociais. É possível dizer que “enfrentam problemas modernos para os quais não há soluções modernas”. (SANTOS, 2000, p. 29).

Sob esse aspecto, a Educação tem se mostrado ao longo da história um campo de diversas mudanças e essas se deram a partir de experiências e contextos diferentes. A experiência educacional da UFPR-Litoral tem sido um modelo de referência, estudada e observada nacionalmente por diversos grupos de pesquisadores que discutem sobre a importância de novos projetos educacionais.

A participação de novos personagens no processo de tomada de decisão e a gestão mais voltada aos interesses da comunidade local são as principais características que diferenciam o projeto dos demais.

Entretanto, cabe considerar, que mesmo em projetos com vista à emancipação e à educação humanizadora, os interesses do Estado e do mercado também são contemplados, já que se trata de uma instituição pública federal, inserida na lógica capitalista no que se refere à produção de “mão de obra especializada”. Porém, não há como negar que a atuação da UFPR-Litoral fomenta alternativas frente aos conflitos do sistema, dado que a comunidade reconhece o impacto positivo de suas ações em relação a aspectos que só mudaram após a sua chegada, a exemplo, a organização popular (GHANEM, 1996).

A ênfase no projeto político pedagógico apresentada neste trabalho se deve às possibilidades transformadoras observadas desde a sua implantação no Litoral do Paraná, ainda que o objeto empírico tenha sido para um momento particular de sua intervenção institucional. Momento esse que garantiu aos desabrigados aliança em prol da luta pela garantia de direitos sociais. Isso não teria sido possível sem os servidores públicos, estudantes e membros da comunidade que de algum modo, deixaram as diferenças políticas internas e se puseram a: “superar os pressupostos da modernidade e lançar-se na construção de um projeto inovador e emancipatório [...] na certeza de que não existe reflexão concreta acerca da realidade sem o diálogo direto com a comunidade”. (BRASIL, 2008).

A UFPR-Litoral é uma experiência educacional que se propõe a atuar de modo a construir brechas no sistema educacional formal e tem demonstrado que a universidade pode e deve se lançar “sem medo” na construção de um conhecimento sistematizado junto às comunidades, ou seja, revalorizar o saber popular. Propõe enquanto estratégia a redução do rigor científico e no contraponto a valorização e a promoção do saber popular, em prol de uma ciência que avance em relação à construção de respostas que contribuam com a vida real dos sujeitos reais, pois só assim a ciência terá forças e integridade para ultrapassar os muros que hora a aprisiona em ser uma das principais instituições a contribuir para a manutenção da injustiça social.

O PPP da UFPR-Litoral encontra diversas barreiras e pouco se pode afirmar acerca de sua continuidade, tendo em vista a ambiguidade de sua relação institucional, enquanto representante do Estado e formadora da sociedade. Contudo, tem construído estratégias cotidianas, seja no driblar da organização curricular, na contestação de leis descontextualizadas frente à contemporaneidade, na articulação política junto às três esferas de governo e no fomento à organização popular.

É preciso desnaturalizar e desnormalizar as formas de conhecimento para que se abram novos espaços para as novas lutas de resistência as diferentes faces da opressão caucionadas pelo paradigma dominante. Tais lutas pressupõem a reinvenção da emancipação social, feita a partir de escavações nas tradições marginalizadas ou suprimidas pela modernidade ocidental. (SANTOS, 2011, p. 43).

Inicialmente fomentou a proposição de projetos mediante demandas diversas, fossem emergenciais, permanentes e/ou conflituosas; em outras apoiou a formação por projetos com vistas a atuar junto à população local “onde o calo mais apertasse” ³⁶. Ao olhar dos atores que atuam frente a modelos de universidades mais tradicionais, o projeto citado é tido enquanto uma instituição em caos, o que segundo Boaventura (2011), é um avanço, pois anuncia o novo, tendo em vista que “o conhecimento-como regulação consiste numa trajetória entre um ponto de ignorância designado por caos e um ponto de conhecimento, designado por ordem” (SANTOS, 2011, p. 24).

O mesmo autor aponta que repensar a educação exige um pensamento crítico que assuma que vivemos em tempos paradigmáticos e nessas condições se faz necessário criticar radicalmente tanto os modelos regulatórios como os modelos emancipatórios já que ambos compõem o paradigma dominante instaurado. Somente a partir de tal posicionamento juntamente com a imaginação utópica será possível traçar novos horizontes emancipatórios para que talvez assim se anuncie o paradigma emergente. Nesse mesmo íterim, anuncia que para tal devemos partir de uma teoria crítica que tenha o pressuposto de que “o que dizemos acerca do que dizemos é sempre mais do que o que sabemos acerca do que dizemos”. (SANTOS, 2011, p17).

Nesse contexto é que se percebe a UFPR-Litoral, enquanto uma iniciativa local, uma tentativa de ruptura com os modelos educacionais regulatórios com vistas a práticas emancipatórias. Um projeto voltado a uma formação humanizadora, mas que, por outro lado, não deixa de estar diretamente atrelada e inserida em um sistema educacional amplamente regulatório. Em outras palavras, pode-se dizer que tal projeto tem condições de promover experiências que podem contribuir para criação de possíveis suportes epistemológicos voltados a praticas emancipatórias.

Tal modelo educacional anuncia caminhos que se propõe a desfazer o silêncio das comunidades e exaltar a diferença, ou seja, ao apresentar o diálogo junto às comunidades do Litoral.

³⁶ As ações emergenciais se referem às demandas trazidas da comunidade através dos estudantes. Ações variadas que podem estar relacionadas a pequenas atuações como, por exemplo, palestras e oficinas pontuais em escolas, grupos e comunidades, apoio na organização comunitária, subsidio legal para associações, levantamento de dados para órgãos públicos municipais, entre outros.

Enquanto um de seus objetivos principais, o projeto Pedagógico da UFPR Litoral aspira respeitar as diversas formas de saber popular e de grupos sociais diversos. Principalmente no que se refere à criação de conhecimentos gerados e/ou sinalizados a partir de um diálogo multicultural.

O desafio é grande, pois se trata de uma instituição e como todas, de algum modo, tendem a determinar, intervir e influenciar os grupos em que atua. No âmbito educacional, a reprodução de linguagens hegemônicas é ainda mais comum, visto que é nesse campo que criamos, reproduzimos e perpetuamos verdades. Essas, quando usadas pelas forças regulatórias exercidas pela lógica de produção e de consumo, próprias do sistema capitalista se afirmam cada vez mais, enquanto estratégias de dominação. Essas facetas podem explicar a pouca participação popular nos processos decisórios pela maioria da população.

Contudo, o fato de estar colonizada pela razão da ciência moderna e ao mesmo tempo ditada pelo capital, não tem sido impedimento para que a educação se mostre capaz de produzir movimentos de fomento à participação popular. A comunidade compreende em si uma das poucas representações inacabadas da modernidade ocidental e, é justamente nesse ponto, que a UFPR-Litoral encontra chances para a invenção social de um novo modo de produzir conhecimento emancipatório.

A invenção social de um novo conhecimento emancipatório é, quanto a mim, uma das condições essenciais para romper com a auto-reprodução do capitalismo. Essa invenção é um longo processo social já em curso e os indícios mais evidentes, que examinei com certo pormenor [...] são a crítica epistemológica radical (que é sempre uma auto-crítica) da ciência moderna. Esta crítica permite-nos ver como a ciência moderna, outrora vista como a solução para todos os problemas das sociedades modernas, acabou por se tornar, ela própria, num problema. A transformação gradual da ciência numa força produtiva neutralizou-lhe o potencial emancipatório e submeteu-a ao utopismo automático da tecnologia. (SANTOS, 2011, p. 117).

Tais postulados apontam que a Universidade deve se questionar em relação à sua atuação interventiva frente aos problemas sociais, tendo em vista que os modelos atuais parecem tê-la afastado da própria “razão de existir”.

Nesse sentido o projeto pedagógico da UFPR-Litoral consolida a ideia de que a experimentação social é necessária, pois nessa experiência observa-se o reinventar do diálogo entre a universidade e as comunidades. É uma iniciativa que deve ser conhecida, observada e analisada, na medida em que se propõe colocar em questão o paradigma dominante e apontar para uma fase de transição no que se refere à construção do conhecimento. E que confirma, em vários aspectos, que o desafio de **fazer com** e não **para** as comunidades sinaliza com respostas mais reais às questões que cotidianamente instigam a ciência. Isso, principalmente no que se refere à importância da participação sociopolítica na construção do conhecimento científico.

Desse modo, o Projeto Político Pedagógico do Litoral tem se mostrado um agente significativo na construção da cultura política local. Seus princípios e ações interventivas tem se espalhado pelas comunidades e, estas por sua vez, têm cumprido o papel de fomentar a participação do povo caíçara na construção da agenda sociopolítica local. A instituição, através de seu PPP, tem se construído enquanto agente de transformação das relações comunitárias. Em sala de aula e fora dela promove o repensar de crenças, valores e comportamentos.

Portanto, o diferencial da proposta política pedagógica da UFPR-Litoral está na compreensão de que a participação política popular quando efetiva por parte da maioria da população, pode ampliar as expectativas de uma nação em relação à redução das desigualdades sociais. O que somente é possível através de uma formação que seja

[...] ativa, reflexiva, sistêmica, interdisciplinar, ética, permanente, criativa, estimuladora, orientada pela mediação docente através de pluriatividades, baseada em princípios da andragogia, problematizadora da realidade, irá possibilitar a este profissional a atuação em conjunto com profissionais de outros campos do conhecimento, uma profissionalidade que, acima de tudo, seja promotora de uma educação libertadora [...] capaz de habilitar aos que ali vivem, para que construam o modo de vida que melhor lhes convier. Perfis de sujeitos compromissados frente aos desafios da sociedade contemporânea, que integre de forma harmônica: conhecimentos, habilidades e atitudes [...] Sujeitos que discutam a sociedade em toda sua extensão, através de um processo de participação efetiva, que envolva os diversos setores inerentes à realidade [...]. (CAVALLET, 1999, p.111).

CULTURA POLÍTICA

Dentre as varias conceituações acerca da cultura política, uma das mais referenciadas é a que compreende a cultura política enquanto um “conjunto de atividades, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhados pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objetos fenômenos políticos” (BOBBIO, 2000, p. 306).

Segundo os apontamentos do mesmo autor, existem três tipos de cultura política: a das sociedades simples, a cultura política da sujeição e a cultura política da participação. O primeiro tipo se dá quando as instituições e os papéis de caráter especificamente políticos não existem ou ajustam-se as estruturas e aos papeis de cunho econômico e religioso. O segundo acontece quando os sujeitos se envolvem diretamente com o sistema político, porém com foco específico na execução dos encaminhamentos dados e não nos processos decisórios, como por exemplo, o que acontece nos regimes políticos mais autoritários.

A cultura política de participação que se refere à terceira tipificação também faz relação com o envolvimento direto dos sujeitos, porém o que diferencia o terceiro do segundo tipo é o fato de que na participação os posicionamentos são mais amplos e a ação dos sujeitos é analisada tanto nos processos decisórios quanto na execução do já decidido. (BOBBIO, 2000).

Contudo, observa-se que tal divisão raramente ocorre na realidade cotidiana, ou seja, são separações de cunho teórico-conceitual, pois a cultura política se apresenta de modo diversificado e complexo: é uma mistura de regras, normas, ações pautadas em diferentes culturas, valores, entre outros. BOBBIO adverte, no entanto que a cultura política é um “conjunto de subculturas, de atitudes, normas e valores diversos, amiúde em contraste entre si”. (BOBBIO, 2000, p.307).

A cultura política é interpretada e analisada a partir de aspectos diversos, por exemplo, é possível compreendê-la a partir de elementos que possam explicar a estabilidade ou a mudança dos regimes políticos, também pelo modo como as classes se posicionam, através de determinantes que advêm da infraestrutura, entre outros aspectos como pelo recorte do estudo da cultura democrática.

Nessa dissertação a buscou-se compreender o tema da cultura política, por uma via analítica mais culturalista. Estudos que resgatam as raízes do poder político e os impactos dos fatores étnico-culturais que formam a sociedade. No caso brasileiro essa vertente analítica é trabalhada por Joaquim Nabuco, Gilberto Freire, entre outros, como Buarque de Holanda. Estudos nessa linha apontam que a sociabilidade brasileira tem um papel significativo em relação à compreensão da cultura política brasileira.

Estudos culturalistas mais contemporâneos, como o de Gilberto Freire e Buarque de Holanda, concluíram que de algum modo a experiência política brasileira sempre foi marcada por autoritarismos governamentais. Fato que interfere e na maioria dos casos determina os processos participação política e coloca em cheque a real existência de uma democracia participativa mesmo nos tempos mais atuais.

O que se observa é um históricopolítico social de significativas ausências no que se refere à participação, tendo em vista que é fortemente marcada por posicionamentos determinados por predisposições ideológicas, geralmente pautadas pelas frágeis estruturas dos sistemas partidários. O que em tempos mais presentes é facilmente visível diante da incredibilidade dos partidos, dos representantes e principalmente na relação estado/sociedade, que cada vez mais buscam estabelecer relações personalistas e clientelistas.

Determinantes que, segundo Ricardo Damata, são extremamente prejudiciais à mobilização, a canalização e a participação política. (DAMATA, 1993). Nesse sentido, a cultura política tem um papel central no cotidiano dos sujeitos, pois tende a regular a transmissão de valores políticos e legitimar o funcionamento das instituições políticas.

Desse modo, a compreensão da cultura política exige que se perceba que os comportamentos, os encaminhamentos, os valores e as normas estabelecidas são configurados por contextos histórico-culturais diversos que, entre outros, determinam a forma como se constrói e se difunde cultura política. (BAQUERO, 2001).

Nota-se, então, que a construção ou não de processos mais democráticos, ou democráticos participativos, ou então formas de participação menos apática e mais incisivas nos processos decisórios, está diretamente relacionada a relações sociais orientadas, influenciadas ou determinadas por governos de caráter paternalista, personalista ou clientelista.

Tais processos podem explicar por que, atualmente, a participação política por parte da maioria tem se resumido ao simples ato de votar. Diante do exposto, não há como negar que a mistura de determinados “padrões culturais constitui na sociedade brasileira a base para o desenvolvimento de atitudes e comportamentos que dão sustentação aos regimes políticos”. Se a cultura política é “o processo pelo qual as atitudes e as orientações dos cidadãos são estruturadas em relação ao sistema político e as instituições” é preciso considerar que o sistema econômico exerce influência na constituição da cultura política. (BAQUERO, PRÁ, 2007, p. 18-19).

O modelo neoliberal vigente parece ter conseguido estabelecer padrões de comportamento em que os cidadãos e as autoridades públicas se tornam indiferentes à continuidade de um conjunto de procedimentos que, claramente, compromete-se a construção democrática efetiva no país. Um dos pontos a enfatizar é o acúmulo de experiências que ocorre no país e, como forma antidemocrática de resolução de problemas, uma vez internalizados pelas pessoas, constitui a base de uma memória coletiva difícil de ser alterada. Nessa dimensão, a ausência de capital social, fruto da falta de confiança interpessoal e da falta de confiança nas instituições, pode levar à manutenção de um sistema democrático permanentemente instável. (BAQUERO, 2001, p. 104).

Resquícios da sociedade colonial escravocrata ou não, é fato que a cultura política brasileira é fortemente marcada por relações bastante hierárquicas, onde um “superior manda”, e um “inferior, obedece”.

Nesse tipo de socialização acumula-se um capital social em que o outro não é digno de confiança, o que produz privilégios para as camadas dominantes e negligencia direitos para as camadas populares. São relações sustentadas sistemas, governamentais, econômicos, religiosos, ideológicos, entre outros.

“A expressão Cultura Política, sob o enfoque dos diferentes autores que a discutem, não diz respeito a uma teoria, mas a um grupo de dimensões que podem ser usadas na construção de teorias ou a uma categoria de análise que pode ser adequada em abordagens específicas que melhor contextualizem o objeto de estudo pretendido”. (FREITAS, 2008, p. 48).

Nesse contexto, a Cultura Política aqui será entendida enquanto “conjunto de condutas e orientações politicamente referenciadas, de valores, conhecimentos e crenças, que afetam o funcionamento e a qualidade dos sistemas políticos sendo, por isso, de suma importância para a formação de sujeitos que adiram à democracia” (BAQUERO, 2003, p.5).

No Litoral do Paraná, tais condicionantes são visivelmente observados e não diferem da maioria das regiões brasileiras. Como aponta CHAUI (1995), a ideologia autoritária naturaliza as desigualdades e as exclusões socioeconômicas se mostram no modo de funcionamento da política. Os partidos políticos reúnem em maioria a classe média que, em nome de uma ordem supostamente necessária, mantém, com os eleitores, relações de cooptação, de favor e clientela, de tutela e de promessa salvacionista ou messiânica.(CHAUI, 1995, p. 77).

Do lado da classe dominante, política é praticada numa perspectiva naturalista-teocrática, isto é, os dirigentes são detentores do poder por direito natural e por escolha divina. Do lado das camadas populares, o imaginário político é messiânico-milenarista, correspondendo à autoimagem dos dirigentes. Como consequência, a política não consegue configurar-se como campo social de lutas, mas tende a passar para o plano da representação teológica, oscilando entre a sacralização e adoração do bom-governante e a satanização e execração do mau-governante. (CHAUI, 1995).

Contudo, a população brasileira tem se mostrado mais atenta aos processos do âmbito político-social. Nas opiniões públicas frequentes nas redes sociais como o Facebook (ainda que relativo enquanto fonte), brasileiros (as) demonstram reconhecer mais a importância de instituições e regimes mais democráticos³⁷.

Ainda que se perceba certa ausência de profundidade no que se refere ao conhecimento das variáveis que envolvem os assuntos políticos, (resultantes da desigualdade socioeconômica e sociocultural), ao lado das transformações democráticas da estrutura política parece ocorrer também, profundas mudanças na cultura política dos brasileiros.

³⁷ No ultimo ano (2013), milhões de brasileiro foram às ruas em protesto organizado devido aos descontentamentos com os modos de se fazer política, com as formas de governança, com o regime político, entre outras reivindicações, como o descaso do Estado diante das desigualdades sociais.

O que não quer dizer que estamos próximos de presenciar uma mudança radical, pois também é notável certa tendência em favor das continuidades. (MOISÉS, 1995, p. 109).

Os levantamentos teóricos acerca do tema somados aos dados levantados no campo de pesquisa apontaram que a dimensão do poder³⁸ é central ao debate da cultura política. Observou-se o desvelamento de processos “democráticos dirigidos” e/ou pouco democráticos, ou seja, “estruturas objetivas, que independem da consciência e da vontade dos agentes, os quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações”. (BOURDIEU, 2004, p. 149). Cabe considerar que a participação democrática implica em conflitos de interesses e correlação de forças entre uma pluralidade de concepções que exigem negociações e consensos.

Desse modo um dos determinantes da cultura política do povo litorâneo é um tipo de participação sociopolítica limitada, porém não acontece em função do nível de conhecimento acerca dos modos de se fazer política. Notamos que parte significativa dos grupos entrevistados demonstra conhecer minimamente as logicas da política local e, a maioria conhece ao menos a logica eleitoral.

O que remete o entendimento de que, a população caçara não participa da agenda política por estar desacreditada na potencialidade da democracia.

A manutenção das relações clientelistas resultou em desastres para a população e atualmente visualiza todo e qualquer espaço político, como “tabuleiros” preenchidos por peças previamente cooptadas pela lógica das elites locais. Em outras palavras, percebem que a lógica clientelista está nos espaços institucionalizados previstos para o exercício da democracia participativa. Suas falas remetem que não visualizam alternativas frente ao controle desse modelo político-cultural pelo qual os dominantes exercem influência e poder.

Todo mundo aqui sabe o quanto sofreram. Vocês é que conseguiram fazer alguma coisa, porque antes, mesmo eles sabendo que o pai estava na cama todo paralisado por causa do derrame e mãe doente. Nunca tinham remédio, não traziam a sexta básica e os dois enfiados no abrigo. Ai às vezes eu escutava vocês fala de direito, mas onde tava o direito que não impediu do pai de morrer por falta de medico, remédio e comida. Ele morreu e a preocupação do povo da prefeitura era que a gente ficasse de boca fechada né. (JOÃO DE ABREU, MORRETES, 2011).

³⁸ A dimensão se encontra contextualizada no próximo subcapítulo.

O que se percebeu até então, foi à existência de casos de não participação por escolha e/ou a participação cooptada com consentimento, tendo em vista que o poder que deveria representa-los em relação à garantia de direitos é o mesmo poder que os mantém refém da dominação. Em outras palavras o Estado que se apresenta como produtor oficial da garantia de espaços para participação política é o mesmo que tem o uso legítimo da força e a usa contra os movimentos sociais. É o principal elemento de sustentação da lógica mercadológica que promove a desigualdade social e, também, usa a troca de favores para produção de consensos.

No entanto, vale ressaltar que os mecanismos de controle estatais não são os únicos responsáveis pela cultura política do Litoral Paranaense. Ao final da década de 1980 os estudos de Viola e Mainwaring já demonstravam (ao menos no que se refere à América do Sul) que, são diversas as culturas políticas e os elementos que as constituem e para fins acadêmicos as classificaram enquanto:

(1) Autoritárias de direita – as quais combinam autoritarismo político e elitismo social; (2) Autoritárias de esquerda – que envolvem igualitarismo social e autoritarismo político; (3) Semidemocráticas – que apresentam uma atitude instrumental diante da democracia; (4) Democráticas Liberais – defensoras da democracia representativa, porém não instrumental e (5) Democráticas Radicais – relacionam o acreditar na democracia política, sua crença, com as inquietações acerca do igualitarismo social. (VIOLA; MAINWARING, 1987).

Em síntese os estudos apontados até aqui contribuíram para verificar que não há um só tipo de cultura política e sim culturas políticas diversas. Também se verificou que não são os regimes políticos que mudam a cultura política, pois regimes mudaram ao longo da história enquanto a cultura política permanecia a mesma. Constataram-se nas diversas culturas políticas brasileiras resquícios de uma história social marcada por relações de dominação. Os autores lidos contribuíram para compreensão da importância da cultura política democrática (cultura cívica), principalmente por apresenta-la ao longo da história, enquanto um caminho para redução da desigualdade.

Também indicaram que os modos de organização dos regimes políticos se apresentaram enquanto insuficientes em relação a possíveis transformações político-culturais.

Contata-se na atualidade a permanência de uma cultura política que, entre outros, é desafeta à participação. Se a participação da sociedade civil esta diretamente relacionada à garantia de direitos, cabe agora, trazer a tona o debate que envolve as medidas tomadas pelo poder público, em prol da garantia de espaços de participação na construção da coisa pública.

Compreender em que medida tais encaminhamentos ampliaram ou não a participação da sociedade civil é de extrema relevância à compreensão da cultura política brasileira. Nessa perspectiva, na sequência analisa-se os encaminhamentos do Estado em relação aos compromissos firmados para com a sociedade brasileira, materializados na nossa constituição federal. Questiona-se a efetividade dos propósitos e o papel do estado frente à questão. Pergunta-se se houve avanços ou se são apenas novas estratégias para manutenção do poder.

Portanto, o desafio é sinalizar na contemporaneidade o modo pelo qual o Estado e a sociedade civil tem assimilado a participação social e em que medida tais processos constituem culturas políticas.

Isto posto, cabe lembrar que as bandeiras de lutas postas pelos grupos que de algum modo participam em prol da redução da desigualdade social, tem como meta central a garantia de direitos. No Brasil essa resposta é encaminhada através de políticas públicas e sociais, cuja maioria se refere a políticas de cunho assistencialista.

2.5 CULTURA POLÍTICA E POLÍTICA PÚBLICA

O atual processo de organização político administrativa do Estado prevê a descentralização, ou seja, objetiva fomentar a participação da sociedade civil organizada com vistas a partilhar o poder dos espaços decisórios, seja na formulação, na gestão, seja na avaliação de projetos e programas sociais. Ampliou-se então o leque dos benefícios sociais através de inovações técnicas e administrativas, através da criação de órgãos mecanismos globais de formulação, coordenação e execução de políticas públicas sociais, como por exemplo, conselhos, fundos de apoio, ministérios, planos e sistemas nacionais.

Tais medidas resultaram de movimentos sociais diversos, (representados principalmente pela classe trabalhadora) somados a um movimento globalizado (que teve início a partir da crise do padrão monetário internacional e aos choques do petróleo da década de 1970). O “processo simultâneo de reordenamento das relações entre o centro hegemônico do capitalismo e os demais países do mundo capitalista” também fez parte desse movimento. Tais movimentos construíram processos que se materializaram na Carta Constitucional de 1988. É nesse período também que o setor privado é mobilizado pelo estado para custear a execução de políticas sociais, através de incentivos fiscais e financeiros. (FERNANDES, 2005, p. 64).

A Constituição Federal Brasileira de 1988 estabeleceu responsabilidades ao Estado e ampliou em muito as expectativas em relação a uma sociedade mais democrática, pois nela se reconheceu que caberia ao Estado combater a pobreza e redistribuir a produção de riqueza para garantir mínimos sociais. Desse modo reconheceu-se a enorme “dívida social” que tinha com o país no que se referia à fragilidade dos direitos sociais.

Compromisso assumido instaurou-se então o sistema de Seguridade social e de direito de cidadania, sob os princípios da universalidade de acesso, descentralização e participação social. A política pública social passou a ser intensificada, contudo, mais como uma estratégia de aproximação do Estado para com a sociedade para mediar conflitos sempre que se via ameaçado politicamente.

A década de 1980 demarca na história brasileira um longo período de enfrentamento ao Estado em prol da garantia de direitos sociais, podemos dizer que essa foi uma grande conquista.

Conhecida como a década perdida do ponto de vista econômico, e ao mesmo tempo, como a década das conquistas democráticas. Nesse período o Brasil adentra a uma crise econômica devido a quedas de exportações, por influencia da terceira revolução industrial, da reorientação da política econômica norte-americana (busca pela hegemonia do dólar), processos que aumentaram de modo significativo à dívida externa do país. (NOGUEIRA, 1998).

Diante da crise econômica instaurada, a elite político-econômica se viu arrastada para uma crise política, pois as conquistas constitucionais materializaram a primeira disputa presidencial direta, em 1989 (Lula x Collor), processo que acarretou na insatisfação e a força dos trabalhadores organizados e dos movimentos populares, que pela primeira vez tiveram um candidato de origem operária para os representar. Collor venceu as eleições no segundo turno, ou seja, as elites venceram porem levaram talvez pela primeira vez na história do país um grande susto, em relação à possibilidade de perda do domínio político do Estado brasileiro.

Apresentava-se ao cenário nacional um projeto político do candidato da elite contra o projeto político do candidato da classe operaria. Mesmo com a continuidade do domínio das elites a partir da eleição de Collor, o Estado brasileiro encontrou dificuldades para mascarar o alto nível de inflação e as demais dificuldades em que se encontrava, como por exemplo, “a centralização administrativa, a hipertrofia e distorção organizacional, a ineficiência na prestação de serviços e na gestão, a privatização”, entre outros. (BEHRING, ROSSETI, 2008, p. 143).

Já os anos da década de 1990, foi o período de forte ajuste estrutural capitalista, a era FHC, trouxe as reformas estatais voltadas às privatizações e ao reajuste da previdência social, o que promoveu o distanciamento das premissas contidas na constituição. Pleiteava-se um “novo projeto de modernidade” marcada fortemente pela logica reformista dentro do ideário neoliberal. Nesse período, houve uma entrega significativa do patrimônio público ao capital estrangeiro, além de um forte incentivo à regulamentação do 3º setor para a execução de políticas públicas. O Estado encontra então uma estratégia para terceirizar o que seria de sua responsabilidade, fomentando a solidariedade.

A arquitetura institucional atual segue as preposições instituídas pela constituição de 1988 somadas às reformas encaminhadas na década de 1990, com a adoção de políticas sociais enquanto direito desde que submetidas aos princípios da seletividade e da privatização.

Em outras palavras, na década de 1990 as políticas sociais não foram implantadas sob as orientações universalistas previstas pela constituição, e sem políticas que ficaram entre o seguro e a assistência social.

Bem diferente do que foi implantado em 1990, a Constituição Federal de 1988 previa, para as políticas sociais, um processo democrático participativo e descentralizado voltado à participação direta da população nas tomadas de decisões. Esses princípios norteadores deveriam, provocar mudanças profundas na saúde, previdência e assistência social, no sentido de articulá-las e formar uma rede de proteção ampliada, coerente e consistente. Propunha estabelecer “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos da sociedade, destinadas a assegurar os direitos” (BRASIL, 1988).

As reformas da previdência de 1998 e 2003 introduziram critérios de prioridade para a população contribuinte, restringiram os direitos, reduziram e/ou limitaram o valor de benefícios e os benefícios em si, excluíram os trabalhadores informais do leque de direitos, e entre outros, provocaram a privatização e a ampliação do tempo de contribuição (mais tempo no mercado de trabalho). Processo que se deu em detrimento de um ajuste fiscal.

A partir das estratégias de ajustes fiscais, a política social foi muito prejudicada, pois a premissa básica passou a ser a redução dos gastos sociais em função de dar garantias ao capital financeiro internacional do pagamento da dívida pública brasileira. Desde 1998 o governo tem comprometido uma significativa parcela do orçamento público com o superávit primário e quem paga grande parte “desse bolo” são os trabalhadores através dos impostos.

No cenário atual, “participam” da proposição de políticas públicas, representações das três esferas de governo (federal, estadual e municipal) e representantes da sociedade civil. Esses configuram a arena das políticas setoriais e sua efetividade desde a elaboração a implantação, depende da vontade política dos governos e/ou do poder de pressão da sociedade civil “organizada”.

Os serviços e programas implantados pela política pública caminham juntamente com a intervenção filantrópica, além de ainda carregarem fortes características clientelistas e se configurarem pela forte ênfase nos programas de transferência de renda de caráter compensatório.

O corte de gastos sociais em função da imposição do superávit primário é apenas um dos impedimentos à efetivação dos direitos sociais. A tão sonhada democracia de base participativa não conseguiu vencer a dinâmica do poder das elites políticas e econômicas, suas estratégias permanecem invisibilizadas, o que não poderia ser diferente tendo em vista que temos o próprio sistema estatal a assegurá-las. Houve sim a incorporação de mecanismos democráticos; contudo não se superou nossa cultura política baseada em relações autoritárias, senhoriais, patrimonialistas³⁹, clientelistas, privatizantes⁴⁰, entre outras.

Os processos que permearam a construção da política pública no Brasil instituíram uma história social de muitas contradições, pois ao mesmo tempo em que a sociedade “descobre” os seus direitos convive com a negligência do aparelho estatal em relação a eles, devido às estratégias usadas pelas correntes conservadoras. Criando dificuldades como o adiamento na aprovação de leis e o abuso da edição de Medidas Provisórias e isso tudo com a complacência do Congresso Nacional. Em que pese o movimento de esvaziamento dos avanços políticos em relação às políticas sociais houve avanços significativos em relação à igualdade social.

Como diz Pereira:

Na área social, as novas diretrizes contidas na constituição previam: maior responsabilidade do Estado na regulação, financiamento e provisão de políticas sociais; universalização do acesso a benefícios e serviços; ampliação do caráter distributivo da seguridade social, como um contraponto ao seguro social, de caráter contributivo; controle democrático exercido pela sociedade sobre os atos e decisões estatais; redefinição dos patamares mínimos dos valores dos benefícios sociais; e adoção de uma concepção de “mínimos sociais” como direito de todos. (PEREIRA, 2006).

³⁹ O patrimonialismo é o que ocorre quando o Estado não distingue limites entre o público e os limites do privado, (LEAL, 2012).

⁴⁰ Privatização é um processo da concessão ou venda de empresas estatais produtoras de bens e/ou de serviços.

Porém mesmo depois de passados mais de 30 anos da instituição da Constituição de 1988, o Brasil não instituiu processos que garantissem que a participação sociopolítica fosse de fato democrática, ou seja, os princípios da carta constitucional não se tornaram uma realidade, ainda que tenha sinalizado a sociedade brasileira a superação das práticas anteriores. No campo da institucionalidade jurídico-constitucional, principalmente no que se refere ao tocar da “coisa pública”, permaneceram as tendências tradicionais de se fazer política. A tradicionalidade citada faz referencia ao padrão de domínio político formado por atitudes, ações e valores que se perpetuam no Brasil há séculos.

Nossa cultura política é fortemente marcada por práticas de governo que excluem, impedem e/ou manipulam a formação de novos agentes políticos capazes de construir espaços de ação. Isto geralmente ocorre através de práticas estamentais de imobilização de partidos, grupos e classes; de deliberações que favorecem os grupos que circundam o poder; pelo desprezo das leis que favorecem as minorias e, principalmente, via estratégias de fabricação de lideranças para disputar a arena política. (AZEVEDO, 1962; HOLANDA, 1987; FAORO, 1989; REZENDE, 2008).

Com o passar do tempo os principais agentes da ação sociopolítica, ou seja, as representações partidárias e as sindicalistas caíram ao descrédito da maioria da população, pois suas ações passaram a se caracterizar enquanto negociatas individuais. Assim, o que se tem são tipos de participações individualizadas, com perspectivas reducionistas e autoritárias que coloca em risco a redemocratização ocorrida pós década de 1980. Em outras palavras, quando participam inserem para obter ganhos pessoais ou ganhos para categorias de trabalho e outros grupos.

Não há como negar que esses novos tipos de participações foram resultantes do cansaço da sociedade civil frente à corrupção desenfreada presente na esfera pública, o que acarretou em um problema de Estado, tendo em vista que:

A corrupção acaba por ser reificada em uma cultura política que considera a atuação quase naturalizada dos agentes públicos, vistos com enorme desconfiança pela própria sociedade. Em pesquisa nacional realizada pelo Centro de Referência do Interesse Público (CRIP), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em parceria com o Instituto Vox Populi, com cidadãos, constata-se o modo segundo o qual a corrupção é percebida como prática corriqueira dos agentes públicos. Muito disso ocorre no modo como os cidadãos brasileiros percebem o Estado como a instituição central para a realização do interesse público. (ABREU; FILGUEIRAS; MONTANDON; OLIVEIRA, 2010).

Nesse contexto a formação de espaços de participação democrática é cada vez mais escassa, ou seja, ainda que existam de modo institucionalizado, não garantem o exercício da cidadania. A democracia brasileira, em que pese os avanços, ainda se manifesta no seu arranjo institucional a ideia de interesse como condutor central, o que configura um modelo formal de democracia representativa. Consequentemente, surgem ações de cunho seletivo e focalizado que reforçam os traços tradicionais da nossa cultura política.

Tais dimensões revelam que o fato do Estado ter formalizado os direitos não garantiu a efetivação do exercício da cidadania no Brasil, em outras palavras, seria um equívoco acreditar na premissa da efetivação dos direitos via legalização estatal, pois seria o mesmo que “subestimar a sociedade tanto o espaço da sociedade civil como na arena política”, tendo em vista o “enraizamento do autoritarismo social”. (DAGNINO, 1994, p. 109).

Cabe então ressaltar que o autoritarismo perpassa;

Todas as esferas da vida social (da família ao Estado, passando pelas relações de trabalho, pela escola, pela cultura). Vivemos numa sociedade verticalizada e hierarquizada (embora não o percebamos) na qual as relações sociais são sempre realizadas ou sob a forma de cumplicidade (quando os sujeitos sociais se reconhecem como iguais), ou sob a forma de mando e da obediência entre superior e um inferior (quando os sujeitos sociais são percebidos como diferentes, a diferença não sendo vista como assimetria, mas como desigualdade). (CHAUÍ, 1994, p. 27).

Nesse sentido, é notória a necessidade de se ampliar as expectativas e rever as reivindicações por parte dos movimentos sociais por dentro do próprio movimento, pois a luta pela inscrição dos direitos sociais enquanto leis regulamentadas, já não bastam. A proposição e implantação de políticas públicas e sociais que é um exemplo de tais reivindicações, não promovem a igualdade, tendo em vista que repensar a igualdade envolve compreender os meandros da cultura política, ou seja, se faz necessário mudar valores, atitudes e principalmente as estratégias de participação sociopolítica.

A partir desse histórico das práticas brasileiras é necessário retornar às questões básicas: Que liberdade? Qual igualdade? Em que democracia? Por um lado, a noção de poder perpassa todos os “espaços” e, por outro sua apropriação permanece prioritariamente no domínio de uma pequena parcela da sociedade, que, ao longo da história, tem demonstrado pouco ou nenhum interesse no que se poderia denominar de uma divisão mais equiparada desse empoderamento.

Nos referimos ao modo como temos concebido, “debatido” e materializado conceitos como, liberdade, igualdade, solidariedade, cidadania, democracia e participação sociopolítica. Se dermos certa prioridade à conceituação da liberdade é possível perceber que campo público estatal, a liberdade é “direito de todos” e todos somos referenciados enquanto iguais.

Assim, “a igualdade presente na esfera pública, é, necessariamente, uma igualdade de desiguais que precisam ser “igualados” sob certos aspectos e por motivos específicos”. Em outras palavras o apagamento das diferenças corresponde à igualdade, nessa perspectiva normalizadora, a própria liberdade é também um mecanismo de controle. (ARENDT, 2005, p. 277).

No que se refere à cidadania a situação não é diferente. Segundo T. H. Marshall (1967), autor que ampliou em muito o debate da política social, cidadania seria um conjunto de “liberdades individuais, expressas pelos direitos civis, políticos e sociais” que deveriam ser garantidos via política pública.

O autor acreditava que o exercício da cidadania seria totalmente possível no sistema capitalista. Em suas ideias centrais apontou que as políticas sociais contribuiriam para desfazer os conflitos de classe no Estado capitalista.

Contudo, se vista desse modo, no contexto brasileiro a cidadania é simplificada pela institucionalidade, o que na realidade se mostrou enquanto insuficiente à garantia de direitos. Uma das problemáticas frente à questão da garantia da democracia x a institucionalidade pode ser facilmente visualizada nas várias falhas do regime político no que se refere à fiscalização das medidas do Estado e nos desentendimentos entre os poderes executivo e legislativo.

No financiamento das políticas públicas, por exemplo, que tem sua base nos impostos arrecadados, o Estado tem a função de regulador da arrecadação e da distribuição desses, porém os instrumentos normativos apresentados como forma de lei pouco tem sido efetivos para assegurar a manutenção dos direitos constitucionais.

Tem-se então uma prática de baixa institucionalidade que, somada a cooptação dos representantes da sociedade civil organizada se materializa em políticas sociais de caráter mais assistencialistas, tendo em vista que essas supostamente “bastam” para aquietação das camadas mais vulneráveis da sociedade. Cabe então ressaltar que nesse estudo compreende-se a cidadania enquanto:

O gozo pleno dos direitos civis, que garantem a vida em sociedade, dos direitos políticos, que garantem a participação no governo da sociedade, e dos direitos sociais, que garantem a participação dos indivíduos na riqueza produzida coletivamente (CARVALHO, 2001, p. 9-10).

O corpus conceitual mais histórico e estruturante foi necessário e mereceu centralidade porque é de senso comum que nossa sociedade se auto intitula democrática, cidadã e igualitária. E pior, além de acreditar estar sob a representação de um estado democrático, se orienta cegamente por um modelo de sistema econômico que nivela valores e para tal, transvesti conceitos e termos, e depois de “montados” são usados na medida em que estrategicamente, são necessários á ordem do sistema neoliberal. (KATUTA, 2010).

Assim, não basta mais centralizar os estudos acerca da(s) cultura(s) política(s) com base nas atitudes e nas opiniões políticas da sociedade com vistas a compreender como se constitui e que papel cumpre. É preciso observar a história e a política, as crenças, os valores, o modo como criamos conhecimento, pois “as culturas políticas são produtos da experiência histórica” que reserva particularidades denações, comunidades e grupos diversos (Brown, 1979, p. 1).

Os estudos que incorporam a natureza histórica aos de comportamento político, são mais abrangentes, pois permitem visualizar a importância, a estabilidade e as reais experiências da democracia em diferentes regimes políticos. A partir dessa perspectiva foi possível verificar que os processos democráticos tornaram possível que a corrupção ficasse mais aparente, no caso brasileiro mais transparente à opinião pública, o que de certo modo fomenta a constituição de uma cultura cívica, o que na visão de Almond e Verba, é uma condição necessária à democracia. (ALMOND; VERBA, 1989, p. 338).

No Litoral do Paraná, a realidade em relação à participação sociopolítica se aproxima a de outros territórios e espaços brasileiros, porém em alguns aspectos ainda parece estar distante mesmo em relação a experiências mais antigas do ponto de vista institucional ou já existentes em outros lugares mesmo aquém da formalidade. A participação através de conselhos representativos que foi prevista para fomentar e garantir a efetivação de direitos é um dos exemplos de iniciativas com vistas ao exercício da democracia que enfrenta fortes entraves.

Ressaltamos os conselhos por compreender que esse espaço é potencializador no que se refere à democratização das relações Estado/sociedade, principalmente no que diz respeito à ampliação da esfera pública e da disputa pelo poder decisório na arena das deliberações políticas. Partindo da premissa de que essa é uma proposta de descentralização político-administrativa do Estado brasileiro. Contudo, cabe ressaltar que tal espaço é permeado de burocracias historicamente centralizadoras e autoritárias. (MEIRELLES, 2005).

Os conselhos existentes no Litoral-PR se deparam com dificuldades vivenciadas por conselhos de outras regiões, como aponta BEGA e SILVA: “1º) a precariedade da infraestrutura; 2º) o nível de legitimidade dos Conselhos; 3º) a ausência ou insuficiência da rede de serviços de políticas públicas”, entre outros. Contudo, nos municípios do Litoral, principalmente em Morretes, a participação e até mesmo o conhecimento da existência desses espaços é muito pequena. Esta situação se agrava visto que a maioria dos conselhos nem foi instituída nos municípios. (BEGA; SILVA, 2010, p. 12).

Portanto se torna necessário evidenciar o caráter territorial do conjunto de relações sociais e econômicas que se desenvolvem no Litoral do Paraná, pois torna visível a pouca capacidade destes municípios em implementar políticas públicas complexas. É importante trazer à tona a importância e a potencialidade da gestão pública, já que em outros territórios brasileiros a constituição dos conselhos tem demonstrado ser de grande valia à participação social e política.

Tendo em vista que a questão das particularidades do território já foi contextualizada em capítulos anteriores, cabe agora pontuar de modo mais sintetizado os atrasos constatados no Litoral-PR. A ausência de investimentos em infraestruturas é um deles, assim como a tradição clientelista da gestão municipal, situações que vem sendo reproduzidas ao longo de décadas.

Entende-se que tais questões são reflexos de uma dinâmica histórica de segregação socioespacial⁴¹ somada a causas estruturais, culturais e institucionais. Falta de investimento do poder público e desinteresse por parte dos investidores capitalistas, somado às heranças culturais e políticas já citadas, resultam no que denominava a cultura política da desconfiança, e/ou “cinismo cívico” ou, no limite, ausência de confiança interpessoal.

É muito difícil saber com quem a gente pode contar de verdade. No começo, pra nós vocês também eram só mais um grupo que ia nos ajudar por um tempo e depois iam embora e nunca mais voltariam. Então a gente já meio que acostumado a fazer algumas trocas, pensamos, ah como são da universidade vão estudar a gente e vão ajudar a gente. Depois que a gente percebeu que eram diferentes. Que estavam aqui não só pra estudar a gente, mas pra construir com a gente um caminho pra sair do meio da lama que nos levou quase tudo. Do que eu to falando? Eu não to falando só do morro ter escorregado nas nossas cabeças não, to falando de todo o resto que veio junto, a demora pra construir nossas casas, a comida com bicho, as porta fechada na cara. A falta de trabalho, a fome, as doenças e tudo mais que aconteceu nesses tempo aí que passamos todos meio que juntos. Eu particularmente não acreditava em ninguém, principalmente em político, já cansei deles vir abraçar a gente só na eleição e depois sumir. Não acreditava nem nos meus vizinhos, até porque sabe Deus se trocariam a gente por qualquer coisinha melhor sabe. Mas isso mudou um pouco, pelo menos hoje sei que junto a gente fica com mais força né. (MARIA, 2013).

Trata-se de uma lógica da desconfiança que se tornou base para comportamento político do brasileiro (a). Tal situação parece retratar que a sociedade esta desolada frente às irregularidades, aos autoritarismos, a falta de fomento ao exercício real da cidadania e principalmente diante de tanta corrupção.

Essas ausências tanto no campo institucional quanto no cultural, resultam em “cidadãos” desacreditados, desconfiados e desestimulados a se movimentar com vistas a resolver as mazelas sociais. Não travam conflitos com o Estado, pois o que prevalece é a desconfiança generalizada quanto ao próximo, às leis e às organizações públicas, devido à imprevisibilidade dos comportamentos alheios. (RENNÓ, 2000).

⁴¹Nos referimos a retirada de investimentos, por parte dos colonizadores do Litoral, que num determinado momento histórico destinaram seus investimentos e também estabeleceram moradia fixa, na capital do Paraná, fato que resultou no abandono histórico do Litoral do Estado.

Desse modo criou-se a cultura política da desconfiança, não confia-se em ninguém então recorre-se a estratégias individuais, na busca de “ganhar” em algum ponto, tendo em vista que o que se visualiza é um jogo, onde vence quem “lucra” com alguma coisa e/ou tem ou ocupa algum espaço de poder para “fazer calar”. Tem-se então uma população desacreditada em relação aos regimes de governo ⁴²e aos demais modelos de representação, o que de certo modo nasce nas instituições e são reproduzidas por elas. O que vem de encontro com a ausência de vontade política dos governantes, tendo em vista que tal bloqueio implica nas inúmeras redes de subordinação pessoal. (RIBEIRO, CORRÊA, 2012).

O fato do litoral do Paraná estar localizado em uma área segregada da metrópole, somado aos condicionantes sócio históricos e sócio ambientais apresentados nos capítulos anteriores, promovem a constituição de mundos sociais distanciados, o que denota a esse território a condição de isolamento (devido a exploração demográfica e o mal uso turístico do território). Assim o povo litorâneo é lembrado a “participar da política” apenas para validar um sistema representativo que os valoriza enquanto número de votos.

Em outras palavras, análises territoriais podem contribuir em muito com as análises da cultura política, principalmente porque em territórios menores e/ou mais distanciados das metrópoles, as particularidades e as montagens políticas como a manutenção da hierarquia e da patronagem, se apresentam com menos roupagens, ou seja, de modo mais aparente. Trabalhos atuais como o de Ribeiro e Corrêa confirmam tal hipótese, tendo em vista que esses autores identificaram indícios de que:

Áreas segregadas são propícias para o surgimento de uma cultura da desconfiança, seja nas interações sociais, seja na interação com as instituições políticas; assim como, para a manutenção de práticas políticas orientadas menos para a representação política formal e mais para a resolução negociada das suas necessidades e carências, de infraestrutura e/ou de bem-estar urbano. (RIBEIRO, CORRÊA, 2012, p. 167).

⁴² Conjunto de instituições políticas por meio das quais um estado se organiza de maneira a exercer o seu poder sobre a sociedade. Regime político é a organização das relações entre governantes e governados. E formas de governo são as modalidades pelas quais é exercido o chamado poder executivo.

A participação mais efetiva do povo Litorâneo é de ordem religiosa. Grêmios e associações estudantis são ainda muito tímidos, do ponto de vista da participação sociopolítica, alguns existem na informalidade, outros foram organizados recentemente e devido a isso não entraram nessa contextualização (o caso dos grupos e entidades estudantis da UFPR-Litoral).

Associações de bairro, de pais e mestres, de mulheres e os grupos que discutem questões relacionadas a gênero, sexualidade e etnia; demonstram não se envolverem diretamente com a política local. Os sindicatos e associações de trabalhadores demonstram estar cooptadas pela lógica clientelista, tendo em vista que seus representantes são cabos eleitorais e/ou se beneficiam de algum privilégio gerado pelas negociatas eleitorais, porém as organizações citadas merecem investigações e pesquisas mais apuradas, já que não foram centrais nessa dissertação.

O estudo da cultura política demonstrou ser central na compreensão, dos direitos sociais, da democracia, da cidadania, da participação popular e do poder⁴³, entre outras categorias essenciais a análise do Território Litorâneo. Seu entendimento requer a compreensão de sua trajetória e aplicabilidade e no que tange as políticas públicas foi essencial para a compreensão de que se, por um lado, o sistema de proteção social brasileiro é resultado da ação dos movimentos sociais, de outro, é também estratégia paternalista das elites para manutenção dos seus espaços de poder.

⁴³ A conceituação e contextualização dessa categoria serão apresentadas no capítulo que se segue.

2.6O PODER, A PARTICIPAÇÃO POPULAR E A CULTURA POLÍTICA

Partindo então do pressuposto que, somos aquilo que construímos através de mecanismos de poder, ou seja, nossas atitudes, tudo que discursamos, desejamos, pensamos e até mesmo nosso corpo, são efeitos do poder. “O poder não é uma instituição, nem uma estrutura, não é uma potencia de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (FOUCAULT, 2004, p. 103).

Parece-me que se deve compreender que o poder, primeiro como a multiplicidade de correlação de força imanentes ao domínio onde se exercem e são constitutivas de sua organização, o que, através de lutas e confrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte, os apoios que tais relações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrario, as defasagens e contradições que as isolam entre si, enfim as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. (FOUCAULT, 1988, p. 102-103).

Portanto, os regimes políticos, os sistemas econômicos, as instituições, entre outros, são mecanismos de poder, ou seja, estratégias, métodos, caminhos possíveis para viabilizar os objetivos do poder. Desse modo, através desses mecanismos o poder cria “verdades” e sua manutenção esta diretamente ligada à sustentação permanente dessas.

Os mecanismos de poder funcionam de modo interligado e podem cumprir diferentes papeis, por exemplo, os grupos políticos e econômicos que constroem projetos de sociedade autoritários e voltados a acumulação de capital para poucos, as universidades que fundamentam “verdades”, os meios de comunicação que criam opiniões, a lei, o exercito e a policia que asseguram o padrão social e o Estado que institui, normatiza e regula através de sua aparelhagem, entre outros.

A partir da visão foucaultiana, é possível afirmar que o Estado é apenas um mecanismo de poder, e ainda que os efeitos da ação de seus aparelhos sejam mais visíveis, não é o único, pois se observam ao longo da história outras formas de poder que não estão relacionadas diretamente ao Estado.

Contudo, como nessa dissertação o estudo do poder permeia a compreensão das culturas políticas frente aos direitos sociais, cabe dar maior foco a discussão do poder do Estado, já que é nesse âmbito que mais se pode explorar o poder da ação sócio-política dos indivíduos, tendo em vista que no Brasil é nessa esfera que se “assegura” o direito a participação popular.

Em outras palavras, se as formas de poder que podem ser exercidas na sociedade são múltiplas, se o indivíduo é a própria criação desses mecanismos se ele é também o principal caminho de propagação, cabe agora contextualizar os efeitos dos mecanismos de poder sob a participação popular e as formas como os atores lidam com as limitações postas. Problemática que se faz necessária a fim de se identificar possibilidades no uso do poder com vistas ao favorecimento das “minorias”, dos “excluídos”, dos pobres, de uma maioria que pouco exerce o poder e em vários aspectos é dominada pelos que ele detém e dele fazem uso.

Na tentativa de delinear o poder de modo mais sucinto, arrisca-se a dizer que o poder é expressoem “verdades” e estas são criadas pelo discurso científico e por instituições. É utilizado pela economia e pela política para inserir verdades na sociedade, através de discursos voltados a instaurar e a fortalecer sistemas e mecanismos de controle de grupos e indivíduos.

O poder circula e se difunde por aparelhos coletivos, como instituições educacionais e de informação. É objeto de disputa e se materializa em diversos espaços e condições, principalmente na esfera ideológica (campo de debate político e de confronto social). É produção e produto de controle e, entre outros, se assegura pela legalização das “verdades” que constrói.

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nela produz efeitos regulamentados do poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros, os mecanismos, e as instancias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros. As técnicas e os procedimentos que são valorizados que tem encargo de dizer que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 2007, p.12).

Assim o poder atingiu o que podemos denominar de força que gera a vida social, individual e coletiva, uma biopolítica que opera através de verdades discursadas enquanto regras que são reafirmadas e cumpridas, sejam elas, regulações prescritas por ordens religiosas, corporações sociais e/ou regras na forma de leis. E aí está a questão central do poder, criar “verdades”, frutos e resultados de nossos desejos, ou seja, o poder compõe o gerir da vida. Isto posto, e analisado enquanto fato, traz à tona que a problemática que nesse capítulo aqui tem foco, está no excesso do poder e nos mecanismos criados para disfarçar, encapar, encortinar e/ou esconder o excesso de poder que nada mais é que o próprio domínio.

Não se trata então de colocar o poder no alvo da crítica, somente para apontar as relações de poder como a instância onde o poder é usado para coagir, disciplinar, obrigar e dominar os pobres, os fracos e os menos favorecidos. Trata-se de dar centralidade à visualização do poder com vistas a colocá-lo a “serviço” dos atores que se colocam na fronteira a lutar contra as formas de dominação. Por hora, as minorias demonstram estar cansadas, pouco criativas e sem imaginação, principalmente no que se refere a criar estratégias para usarem o poder em prol de suas lutas. “As relações de poder funcionam, seria preciso estudar os jogos de poder em termos de tática e de estratégia, de norma e de acaso, de aposta e de objetivo”. (FOUCAULT, p. 50-51).

Nesse sentido, a população que reside no Litoral, assim como a brasileira, demonstra estar desapontada frente às instituições e suas limitações. Para exemplo dessas, podemos citar as: religiões que esquematizam sociedades pautadas em punições que combinam destinos cruéis aos que não seguem cegamente seus princípios (céu/inferno); Estados que com base na promessa da garantia de direitos opera a perpetuação da pobreza (mínimos sociais) e a pacificação (arbitragem judicial) para que sejam previsíveis, entre outros, que indiretamente e diretamente cerceiam os indivíduos nas suas liberdades.

Contudo, ainda parece haver caminhos visíveis para a criação de novas “verdades”, ou expressando de outro modo, para novos usos do poder, ainda que tais caminhos estejam permeados de relações de dominação. O reaprender a pensar, ou seja, se perguntar até onde é possível pensar diferente? Poderia sinalizar um agir diferente, já que é partir do diferente, ou seja, daquilo que incomoda, que atores históricos tiveram coragem para questionar as verdades postas.

Nessa perspectiva, é possível perguntar se o excesso de dominação é, ao mesmo tempo, a condição para a submissão quanto para a resistência, já que indignação pode ser transformadora.

Segundo, Foucault (1988), a indignação com o excesso do poder pode levar os sujeitos a se posicionarem, a quererem construir novos modos de se defender. Historicamente foi assim que se constituíram os direitos, ainda que vários tenham sido aparentemente concedidos enquanto estratégia para “acalmar” movimentos revolucionários.

Foi o excesso do poder da medicina (biopoder) que moveu as homossexualidades a falarem por si e a criarem processos de resistência que derrubaram a “verdade” até então instituída (homossexualidade/doença). Na experiência brasileira, também foi à indignação frente ao excesso do poder ditatorial que instaurou processos que levaram a maior democratização da vida em sociedade. (FOUCAULT, 1988).

O discurso vincula e produz poder, reforça-o, mas também mina, expõe, debilita e permite barra-lo. Da mesma forma o silêncio e o segredo, dão guarida ao poder, fixam suas interdições, mas também, afrouxam seus laços e dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras (FOUCAULT, 1988, p. 111-112).

A partir da leitura de FOUCAULT acerca do poder, é possível dizer que onde existe relação de poder existe a, possibilidade de resistência. Para trazer a discussão a nível local, pode-se afirmar que a população litorânea pode mudar sua história, visto que saber fazer uso do poder é uma das principais possibilidades de luta contra a opressão social.

Nesse sentido, a questão da participação popular é de suma importância visto que é uma possibilidade para o exercício do enfrentamento e que esse pode ser redescoberto mesmo diante das mais cruéis formas de dominação.

Em relação ao povo caiçara, pode-se dizer que devem se atentar ao uso do poder, como por exemplo, as marcas deixadas pelas elites políticas e econômicas locais no que se refere às estratégias de dominação. Elas (as elites) têm feito uso repetitivo dos mesmos mecanismos de poder, ou seja, despreocupados em criar novas estratégias para ocultar o modo como exercem a dominação.

Tais práticas podem possibilitar uma leitura mais facilitada pelos grupos excluídos dos mecanismos e, quem sabe, projetar caminhos até de questionamentos e/ou de pressões frente às demandas que elegem enquanto prioridade.

Nos municípios ainda prevalecemos mecanismos de poder utilizados em outras décadas, processos hierarquizantes, burocratizantes, institucionalizantes e com fortes registros de relações permeadas por clientelismo, mandonismo, além de históricos frequentes de corrupção e cooptação da representação da sociedade civil organizada.

Acredita-se que a partir de uma percepção mais ampla das estratégias e do entendimento do que objetivam por parte da maioria da população tem se a chance de usá-las nas negociações. A disputa pelo poder é quase inexistente, pois suas ações se voltam a perpetuar as formas de dominação pelo modo submisso com que se posicionam.

A participação popular se resume ao exercício do voto, ao comprometimento na atualização dos dados para receber em benefícios públicos previstos pela política de seguridade social, ao posicionamento individual frente aos grupos históricos que disputam a gestão das prefeituras locais, as campanhas eleitorais organizadas a partir de uma lógica clientelista e paternalista e a organização comunitária de base religiosa com vistas à manutenção dos padrões hegemônicos de corpos sociais.

E políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico [...] As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais. (HOFLING, 2001, p. 31).

No que concerne a um diagnóstico mais geral, pode-se afirmar que vivemos tempos contraditórios que anunciam um período de transição para algo que ainda não pode ser previsto em sua totalidade.

A realidade litorânea do Paraná em muito se aproxima a de outras regiões, na medida que reflete a “imagem” nacional: O desemprego, a precarização do trabalho e do trabalhador (a) por conta da flexibilização (terceirização enquanto manobra dos moldes de produção industrial), o enfraquecimento e descrédito dos sindicatos, os efeitos das novas diretrizes para ajustamento estrutural da economia mundial impostas pelos tratados internacionais (estratégias globalizantes do sistema neoliberal), a incapacidade de garantir direitos já consolidados (proteção social vista como obstáculo a maximização de lucros), somados ao modo de intervenção das elites políticas e econômicas sob a sociedade brasileira, levaram ao enfraquecimento do regime estatal.

O Estado democrático com vistas à garantia da cidadania preconizado na década de 1980, na atualidade tem se mostrado incompetente frente à garantia de direitos e a melhor redistribuição de renda a que se comprometeu. Na medida em que aumentam as dificuldades gestionárias do Estado, mais se reforçam os ideários neoliberais, ou seja, mais liberdade (poder) ao mercado e por consequência mais desigualdade social (mais privatizações, responsabilização da sociedade civil, mais lógica de consumo, mais segregação social e exclusão), afinal a lógica da acumulação não prevê igualdade.

Portanto, o excesso do poder precisa ser localizado a fim de que as manobras utilizadas por quem detém o poder sejam colocadas à mostra para que depois de descortinadas, possam ser impedidas e/ou reclamadas, pois se foram plasmadas horizontes frente à redução das desigualdades sociais. Todavia, é preciso compreender que o poder não se localiza apenas no aparelho estatal, pois tal visão deixa às escondidas o projeto de sociedade vislumbrado pelas elites políticas e econômicas e encoberta os ideários do capitalismo neoliberal.

Como aponta Foucault, o poder está, de fato disseminado em todas as relações sociais, desde as familiares às que envolve relações entre nações. Diz:

As relações de poder existem entre um homem e uma mulher, entre aquele que sabe e aquele que não sabe, entre os pais e as crianças, na família. Na sociedade, há milhares e milhares de relações de poder, e, por conseguinte, relações de forças de pequenos enfrentamentos, microlutas, de algum modo. (FOUCAULT, p, 231-232).

A visão de estado fraco e/ou incompetente é também um mecanismo de poder dos que dominam, pois denotam ao Estado a culpa das mazelas da sociedade, o que enfraquece a democracia, já que na atual organização da sociedade brasileira é justamente no espaço do aparelho estatal que se encontram as portas para a reivindicação e para a garantia dos direitos sociais.

Cabe considerar que não se está afirmando que o modelo de Estado é a única resposta possível à organização da sociedade, apenas opta-se por fazer jus à parte que lhe cabe na sociedade atual diante das relações de poder. Até porque o pressuposto de propor modelos e ou modos de repensar a sociedade não condiz com os objetivos desse trabalho, já que para as análises foucaultianas acerca do poder, isso seria mais uma estratégia para impor uma nova verdade. Assim relembra-se que neste estudo objetiva-se a compreensão das culturas políticas e para tal as análise de poder são essenciais.

Retomando, no que se refere às relações de poder, em uma sociedade de Estado, quando enfraquecido abre ainda mais brechas para que grupos e indivíduos exerçam a dominação a partir do uso do Estado enquanto mecanismo de regulação das suas estratégias. Um exemplo disso é o atual impacto da globalização na regulação estatal, ou seja, o modo como o neoliberalismo tem operado por dentro do Estado.

A criação de requisitos normativos e institucionais para as operações do modelo de desenvolvimento neoliberal envolve, por isso, uma destruição institucional e normativa de tal modo massiva que afeta, muito para além do papel do Estado na economia, à legitimidade global do Estado para organizar a sociedade. (SANTOS, 2011, P. 37).

A tônica do poder do Estado foi apresentada no sentido de demonstrar que é um dos mecanismos de poder, talvez o mais eficaz. Porém, não é o único, pois o poder se localiza e transita através de cada um de nós. O poder está nos sistemas de controle, de vigilância, de punição, em outras palavras, esta em todos os lugares e o seu exercício em excesso é o que resulta em dominações. O poder estatal é só um dos tipos de poder, assim como o econômico, ou seja, seja o pressuposto de que não há saídas frente ao poder econômico é uma posição equivocada.

Contudo, movimentos de resistência e de quiçá mudanças, somente serão possíveis se nos tornarmos mais atentos a questões como: quais são as regras que nos obrigam a obedecer e por que somos obrigados?

Através de quais discursos essas regras se apresentam? Quem cria essas verdades discursadas? Obedecemos por que somos punidos? Quais são as possibilidades de enfrentamento frente às punições instituídas? Questionar os padrões, os modelos, ou seja, as hegemonias parece ser o ponto de partida.

Como foi anunciado no capítulo metodológico, Foucault e Boaventura foram os autores elencados para a compreensão das relações de poder e fundamentais para a compreensão das culturas políticas dado que ambos concordam que todas as relações de poder são políticas. Os autores se afinam também em conceber o poder enquanto esfera que pode ser usada tanto para a dominação quanto para a libertação. Em várias de suas obras localizam o direito e a ciência enquanto os principais mecanismos criados para a legitimação e a perpetuação do poder de uns sobre outros.

Boaventura diverge de Foucault em dois aspectos principais. Primeiro, porque entende que é necessário estruturar e hierarquizar as formas de poder, a fim de localizá-las, pois se assim não for feito, o poder, assim como está em todos os lugares como anuncia Foucault, também pode estar em lugar algum. Nesse sentido, a crítica de Boaventura parece ampliar a teoria de Foucault em relação à compreensão do poder, já que se localizado o poder abre brecha para que possa ser enfrentado.

Outro ponto de discordância se dá no que Foucault denomina de incompatibilidade nas duas formas de poder social, ou seja, o poder jurídico (discurso de direitos, de obediência e de normas) e o poder disciplinar (discurso científico que está em todos os lugares e visa a normalização e a padronização). Para Foucault, o poder disciplinar é mais amplo que o jurídico e esse último coloniza o primeiro, seriam as duas faces do mesmo mecanismo geral de poder; coexistem, mas são incompatíveis. O que para Boaventura é inconcebível, tendo em vista que ambos os poderes se misturam e são um o *alter ego* do outro.

Boaventura explica que se fossem incompatíveis não se mostrariam enquanto a experiência de fusão que mais funciona em nossa sociedade, a exemplo a facilidade de que uma tem em para passar para a outra, dentro das mesmas instituições.

Traz a tona o exemplo dos réus, que “dependendo do veredicto “científico-legal” sobre sua saúde mental, pode ser remetido pela mesma instituição (tribunal), para o campo médico ou para o campo jurídico-penitenciário”. (SANTOS, 2011, p. 53).

Desse modo, partiu-se da análise foucaultiana sob o olhar atento de Boaventura, o que levou a perceber que a saída dos efeitos da dominação sobre a sociedade, pode estar no reaprender a pensar, porém para fazê-lo é preciso estar na fronteira, onde as coisas acontecem. Não podemos nos afastar da política, pois é no espaço do seu exercício que ainda se encontra algum tipo de liberdade, fora dela, as normas e tecnologias disciplinares constroem, dominam e sujeitam tudo e o tempo todo. As angústias, os conflitos, as desigualdades e as exclusões são ao mesmo tempo a condição de dominados e a condição para o enfrentamento da dominação a partir da indignação.

Assim, pode-se concluir que “não há relações de poder que sejam completamente triunfantes e cuja dominação seja incontornável”, assim como não há como construir processos emancipadores com vistas à participação social sob a perspectiva de resultados efetivos e regulares. Perante o exposto pode-se dizer que a utopia é um caminho possível a reinventar as relações de poder. A utopia entendida enquanto o explorar de novas possibilidades humanas e novas formas de vontade. (FOUCAULT, p.262).

Contudo, é preciso conhecer a realidade de modo aprofundado e abrangente, para que seja possível visualizar a vida em sociedade para além do que ela aparenta, dado que a utopia é desigualmente utópica e que o modo como imagina o novo é “parcialmente constituída por novas combinações e escalas daquilo que existe, e que são, na verdade, quase sempre meros pormenores, pequenos e obscuros, do que realmente existe”. (SANTOS, 2011, p. 332).

Aí se localiza o poder da experiência, ou melhor dizendo, o uso do poder para experienciar, mesmo diante dos pesos regulatórios e disciplinares, pois esses tendem a titular de loucos (as) e os que buscam criticar o que está posto, instituído, regulado, ou seja, disciplinado. Conseguir a garantia de espaços que possibilitem a experimentação social parece ser um grande avanço, para mudar a cultura política que favorece a dominação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se trata apenas de estudar o passado que nos constituiu como o que somos. Trata-se igualmente de nos desprender dele, tanto quanto possível. Por conseguinte a atitude crítica deve exercer numa prática “experimental”, isto é, pôr-se à prova da realidade e da atualidade, a um só tempo, para entender os pontos em que a mudança é possível e desejável, e determinar a forma que precisa ser dada a essa mudança. (DIDIER; FOUCAULT, 2004, p. 409).

Reestruturada segundo o sistema econômico atual e suas estratégias globalizantes, nossa sociedade se configura através de mecanismos de poder, disputados por classes sociais distintas, divididas entre aqueles que resistem e aqueles que dominam. Desse modo, podemos dizer que o Brasil é um país dominado pelas elites (conservadoras) econômicas e políticas que através de mecanismos de poder instituem regras, valores, crenças, costumes, símbolos e tipos de regime.

A história comprova que em alguns momentos os dominados criam mecanismos de poder a fim de lutar por justiça social, e assim alcançaram o que hoje conhecemos por direitos. Mas ainda que tenham obtido algumas conquistas frente as imposições das elites políticas, não conseguiram instituir estratégias para confrontar, na mesma medida, as estruturas do poder econômico.

Fato que pode ser exemplificado pela não instauração da reforma de Estado prevista na década de 1980. Em outras palavras, nesse período grupos socialmente excluídos e explorados conseguiram de certa forma se organizar no que então parecia ser uma brecha democrática e conquistaram a materialização de direitos sociais. Contudo, essa brecha, foi rapidamente contornada pelo dispositivo Estado neoliberal (que na época se consolidava), que rapidamente criou um tipo de inclusão que só seria possível se subordinada à lógica de mercado.

Em outras palavras, as elites econômicas, se aproveitaram do momento para fixar nos marcos do aparelho estatal, políticas que mantiveram o conjunto da sociedade subordinada aos caprichos do grande capital. Uma das estratégias desse período foi se utilizar das dificuldades demonstradas pelo Estado para instituir a sociedade preconizava pelos grupos de resistência. Assim, aproveitaram o período

de transição enquanto um vetor para a garantia da perpetuação de suas formas de dominação, e o fizeram voltando os poderes políticos e econômicos que detinham ao abraçamento da ortodoxia neoliberal. (SANTOS, 2011).

Tal período de transição instaurou no país, certa liberdade de escolha para os indivíduos, porém também resultou no acréscimo das vulnerabilidades sociais. E esse dilema ainda compõe o atual quadro brasileiro, dado que a política econômica neoliberal abarcou o mundo todo (ao menos no ocidente), inserindo processos globalizantes que intensificara as já existentes desigualdades econômicas e sociais. No caso de países semiperiféricos como o Brasil, essas particularidades se dão de modo tal, que intensificam-se e prolongam-se com o passar do tempo.

Em suma, a globalização econômica é sustentada pelo consenso econômico neoliberal cuja três principais inovações institucionais são: restrições drásticas a regulação estatal da economia; novos direitos de propriedade internacional para investidores estrangeiros, inventores e criadores de inovações susceptíveis de ser objeto de propriedade intelectual [...] subordinação dos Estados nacionais as agências multilaterais tais como o Banco Mundial, o FMI e a Organização Mundial do comércio. (SANTOS, 2011, p. 31).

Segundo SANTOS (2011), os efeitos econômicos do que denomina globalizações, têm afetado drasticamente o Brasil e outros países periféricos. Segundo o autor, através de novas estratégias, como por exemplo, as “restrições drásticas a regulação estatal da economia, os novos direitos de propriedade internacional para investidores estrangeiros, a subordinação dos Estados nacionais às agências multilaterais” (Banco Mundial, FMI, e a Organização Mundial do Comércio), entre outros, o modelo de estado brasileiro foi de cunho protecionista enfraquecido e reforçou os princípios neoliberais. (SANTOS, 2011, p. 31).

Através de tais estratégias, a elite empresarial, os diretores de empresas, os funcionários do alto escalão do Estado, os líderes políticos e outros profissionais influentes, ou seja, os sujeitos que formam a burguesia nacional, ampliaram de modo significativo o poder que já possuíam e estabeleceram outras formas para perpetuarem o controle sob o restante da população da sociedade.

A desigualdade econômica que se seguiu após a implementação do regime neoliberal se intensificou ainda mais, fazendo com que as duzentas pessoas mais ricas do mundo dobrassem seu patrimônio. A forma encontrada pelo Estado para mitigar a miséria foi à criação de políticas de proteção social, que garantiam apenas o suficiente para a sobrevivência. E esse acesso tampouco era “universal”.

Para FOUCAULT (2004), as relações de poder são múltiplas e se concretizam a partir de um mundo social constituído de normas e tecnologias disciplinares que constroem, disciplinam, limitam e dominam. O autor adverte que nenhum lugar é livre de relações de poder, pois assim como o construímos, somos ao mesmo tempo, constituídos pelo poder, sejam grupos e/ou indivíduos. Assim, Foucault foi essencial à análise, para que fosse possível apontar para as lacunas e para a opacidade da lógica puramente economicista e reducionista das análises de poder.

Nesse trabalho que trouxe como foco uma pluralidade das formas e modos de vida, ou seja, que retratou a cultura política, seria um equívoco retratar ou relatar essa riqueza de culturas e políticas sem perceber que não podem ser reduzidas a uma questão econômica. Não significa que o olhar para o papel do Estado e da economia que ele rege e regulamenta sejam desnecessárias, ao contrário, pois são essenciais.

Contudo, mas ao trazermos povos e culturas, ou seja, segmentos sociais que não estão completamente inseridos nessa lógica do capitalismo de Estado. Assim, é crucial a utilização de uma ferramenta teórica que possibilite uma visão mais crítica e aguda das relações entre população local, sociedade civil e Estado.

Através das análises foucaultianas, é possível escapar da lógica vertical que prende as análises do poder às questões vinculadas ao Estado e mostrar de que forma, por exemplo, estamos atravessados e constituídos pelos mecanismos de controle que nos obrigam a assumir determinados aspectos subjetivos e que nos enquadram e recortam de acordo com a lógica de um Estado neoliberal, que, para Foucault, é antes de tudo, um aparato de controle que gere a vida e a subjetividade dos sujeitos. E nesse aspecto, Foucault e Boa Ventura foram complementares.

Sem qualquer intenção de reafirmar e/ou criar verdades, pode-se dizer que o modo como os sujeitos agem em relação à política está diretamente relacionado a contextos sóciohistóricos culturais. A partir desses processos construímos em sociedade, culturas políticas diversas, baseadas em “verdades” distintas que em suma sempre objetivaram a dominação, o poder de definir, instituir, sobrepor-se de algum modo sobre algo e/ou sobre alguém.

Nesse sentido, nesse trabalho se fez uso do poder acadêmico para criar um efeito de “verdade” que possa contribuir para decifrar uma ou mais parcelas da realidade litorânea. Talvez nem seja um instrumento eficaz, dado que o universo acadêmico é tão distanciado da população e que todo pesquisador, é em si uma construção de “verdades” impostas pelo mundo contemporâneo.

Contudo, não poderia ignorar tal possibilidade, já que um dos objetivos desse trabalho, anunciou a possibilidade de promover aos caiçaras mais possibilidades de acesso a conteúdos que retratem e discutam a realidade que vivem. Dado que os universitários da UFPR Litoral são em maioria estudantes oriundos do Litoral do paraná, as considerações reunidas nesse trabalho terão mais chances de servir de fato aqueles do qual esse trabalho disserta.

O que já um salto para a universidade, tendo em vista que a maioria dos trabalhos que abordam sujeitos e cotidianos de comunidades tradicionais, geralmente é lida por uma maioria que sequer tem proximidade e/ou relação mais intrínseca com esse tipo de vida em peculiar.

Certamente esse estudo também poderá subsidiar reflexões e debates acerca da cultura política do Brasil, pois ainda que o estudo de uma região em particular e/ou de um grupo específico não condizem em sua totalidade com a mesma realidade de outras regiões, os estudos realizados nessa pesquisa levaram a compreender que a sociedade é a “imagem que tem de si vistas nos espelhos que constroem para reproduzir identificações dominantes num dado momento histórico” [...] espelhos que, “ao criar sistemas e práticas asseguram rotinas que sustentam a vida em sociedade”. (SANTOS, 2011, p.).

A caminhada desse estudo demonstrou também que assim como não há uma só forma de poder, também não há princípio único de transformação social, pois não há agentes históricos únicos nem uma única forma de dominação, em outras palavras, o território e o contexto social estudado evidenciou a existência de múltiplas faces na mesma realidade.

Assim como é fato que a realidade litorânea apresenta uma cultura política diversa, construída ao longo de seus 300 anos de história é dado também que as múltiplas faces dessa realidade já podem ser traduzidas, anunciadas, retratadas, particularizadas e contextualizadas, pois do mesmo modo como os mecanismos do poder, foram suficientes a sua construção, não foram efetivos no que concerne ao uso do mesmo para esconder com totalidade os seus efeitos. Os atores e a “peça” que projetaram foram apresentados, as artimanhas e os efeitos do poder de algum modo foram registrados, seja na desigualdade quantificada ou na exclusão contextualizada.

As novas experiências parecem sinalizar saídas, como o exemplificado nas ações que permeiam o trabalho da universidade no Litoral, onde ações com vistas à emancipação utópica resultaram na criação e no fortalecimento de espaços para a participação popular, como por exemplo, o Fórum das Comunidades atingidas pelas Enchentes e a Motirô, entre outras, ações que fomentaram a organização de associações de bairro, de comunidades, de vilas, de moradores, de pais, de escolas e de trabalhadores.

Foi nesse sentido que a UFPR-Litoral foi apontada, enquanto iniciativa educacional que surge a partir do Estado (estratégia de governo que visava à expansão universitária como modo de desenvolver territórios mais afastados, ex: Litoral/Vale do Ribeira), mas que foi aproveitada por sujeitos que se posicionam de modo crítico frente à educação formal e partir disso projetaram novos caminhos com vistas a novas emancipações.

Em outras palavras, a experiência UFPR-Litoral tem demonstrado que o Estado pode ser repensado, reconstituído, reinventado de um modo que deixe de impor uma só forma de sociabilidade (como tem feito) e passe a criar condições para que sociabilidades alternativas possam ser experimentadas. E não cerceadas, como o que ocorre frequentemente na instituição citada, que é fiscalizada, avaliada, e cerceada sempre que as iniciativas fogem dos padrões educacionais regularizados no país.

Dado que a ciência opera na sociedade enquanto forma de poder instituído que institui poder através das verdades que fundamenta: isto é, a ciência cria discursos e os demais mecanismos de poder o fazem funcionar, entende-se que na atualidade o conhecimento com vistas a mudar o quadro das desigualdades só pode ser fomentado através de um ensino que se coloque de modo permanentemente

aberto, que vise em primeiro lugar, desvincular o poder de criar verdades das formas hegemônicas, sejam elas, sociais, econômicas e/ou culturais. Se deve fazer isso no interior dos contextos aos quais funcionam no momento, pois aí se encontra a dinâmica possível para a luta.

No que diz respeito à participação popular, a pesquisa realizada demonstrou que os modos tradicionais de se fazer política não movem mais os indivíduos e tão pouco instituem processos que viabilizem a criação de atores sociais. As experiências observadas levaram a compreensão de que os indivíduos se tornam mais coletivos e passam a se perceber enquanto grupos e/ou comunidades a partir de iniciativas mais solidárias e humanísticas, voltadas a organização de festas, bingos e arrecadação de alimentos e brinquedos para distribuição em datas comemorativas.

Nesses espaços verificou-se certa potencialidade para a disseminação da informação, para a troca de culturas, de hábitos, de diálogos e até de debates. Contudo, notou-se que na mesma proporção potencial em que se criam nesses espaços tipos diferentes de socialização, também se encerra na mesma proporção os eventuais modos de organização iniciados. Dito em outras palavras, raramente há continuidade das experiências trocadas, mesmo em outras ocasiões com os mesmos grupos, seguem uma lógica que parece estar sempre no ponto de partida.

Verificou-se também, que a população tende a desconfiar, a se afastar e a silenciar diante de organizações comunitárias mais burocratizadas, como por exemplo, sindicatos, movimentos estudantis, de mulheres, de negros (as) e das sexualidades, o que por outro lado, as coloca enquanto mais propensas a participarem de organizações populares religiosas (essas escondem com mais facilidade os mecanismos de poder, pois as explicações para as ações permeiam o sobrenatural).

Essa foi a “sacada” das ações da UFPR-Litoral, potencializar a organização popular, onde ela é mais favorável, ou seja, na comunidade. O que parece obvio a leitura parece ser de total desconhecimento da esfera estatal, já que as poucas iniciativas voltadas à participação popular circulam em espaços institucionalizados. Para exemplo, podemos trazer a tona os conselhos e as conferencias, geralmente realizados em espaços pouco utilizados pela população, o que prejudica o acesso à informação e reduz a potencialidade de participação dos reais interessados.

Finalizando, o estudo das culturas políticas demonstrou que a participação popular é um mecanismo de poder que não tem sido usado pelos moradores do Litoral do Paraná. Foi verificado também que o Estado tem garantido aos pobres caminhos para o exercício da democracia, porém através de espaços institucionalizados e de leis instituídas, condição que não garante o cumprimento dos direitos sociais, dado os mecanismos de poder que estão postos na relação Estado/população e na relação Estado/economia/política.

O que leva a compreensão de que a garantia do direito esta mais relacionada a atitudes, a ações e a comportamentos do que a formulações legais, o poder real esta na defesa em prol dos direitos. É essa a força que a população tem deixado de usar, o poder de pressionar, de reivindicar, de defender-se, pois na medida em que se defende da ausência e/ou da negligencia dos direitos é que realmente existem e a lei os respeita.

Cabe à sociedade voltar a reivindicar seus direitos, pois já há fatos suficientes para comprovar que as lutas construídas para garantir a constitucionalização dos direitos, não foram suficientes para a garantia dos mesmos. Essa condição, demanda de outras lutas, que novamente precisam ser travadas de modo coletivo, pois a coletividade é um mecanismo de poder extremamente efetivo.

A coletividade é tão crucial enquanto mecanismo de poder, que é uma das estratégias mais utilizadas pelos detentores do poder. Que mesmo sendo um grupo formado por uma minoria dominante, criou ferramentas para distribuir e instituir seus ideais de modo que a população “assina em baixo” de suas ações e ainda as perpetuam. Refiro-me aos mecanismos disseminadores de hegemonias, os aparelhos de comunicação de massa (a televisão, o rádio e o jornal) principais agentes da formação da opinião pública, ou seja, das verdades de massa.

Em suma, se a perspectiva for à redução das desigualdades sociais, a participação popular é o caminho. Este mecanismo de poder pode ser usado pelos que de algum modo se indignam e queiram se defender nesse mundo legalmente institucionalizado e repleto de relações de dominação. Precisamos de um mundo relacional mais amplo, que promova novos modos de nos relacionarmos, novas oportunidades para pensar e criar pensamentos, pois pode estar aí a criação de uma nova sociedade, na mudança da cultura política.

REFERÊNCIAS

AGIER, M. **Distúrbios identitários em tempos de globalização**. Mana vol.7 no.2 Rio de Janeiro Oct. 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132001000200001>. Acesso em: 15/08/ 2013.

ALMEIDA, N. L. T. **A função estratégica da educação neste final de século**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo. 3. Brasília: UNB, CEAC, 2000.

ABRAHÃO, C.; ALENCASTRO, L. **Vulnerabilidade social e problemática ambiental na gestão de resíduos sólidos no Litoral do Paraná-Brasil**. Artigo apresentado no XI Congresso Iberoamericano de Extension Universitária. Santa Fé, Argentina, 2011.

ALMOND, G. A.; VERBA, S. **The civic culture: political attitudes and democracy in five countries**. Newbury Park: Sage, 1989. In: CASTRO. H.C O. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, Vol. 2, Nº 1, Janeiro-Junho 2008.

ANDRIGUETTO, J.M.; MARCHIORO, N.P.X. **Diagnóstico e problemática para a pesquisa**. In: REYNAUT, C. et al (eds.) Desenvolvimento & meio ambiente. Em busca da interdisciplinaridade. Pesquisas urbanas e rurais. Curitiba: Ed. UFPR, 2002, p. 159-194.

ARENDT, H. **A vida do espírito**. 3ed. Rio de Janeiro: Dumará, 1995. Trad. C.A.R. Almeida et al.

ARRETCHE, Marta T.S. **Tendências no estudo sobre avaliação**. In: RICO, Elizabeth Melo (org.). Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 1999.

AZEVEDO, F. **A cidade e o campo na civilização industrial e outros ensaios**. São Paulo, Melhoramentos, 1962.

BAQUERO, Marcello. **Considerando uma outra Sociedade: o capital na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil**. In: Ver. Sociol. Polít. Curitiba Nov, 2003.

_____. **Cultura Política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo**. In: São Paulo em Perspectiva. São Paulo Abril, 2001, p. 98-104.

_____, PRÁ, Jussara Reis. **A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed UFRGS, 2007.

BARANOW, U.L.F; SIQUEIRA, M.D. **Universidade Federal do Paraná: histórias e estórias: 1912-2007**, Editora da UFPR, Curitiba, 2007.

BEGA, M.T. **Sociologia da Infância e da Juventude: Juventude, Cultura e Política**. In: XXIII Congresso Brasileiro de Sociologia, Recife, 2007.

_____.; SILVA, M. **O Estado do campo de pesquisa sobre o conselho tutelar**. In: II Seminário de Sociologia e Política, v 13, GT 13 Sociologia e políticas públicas, Ed UFPR, Curitiba, 2010.

BIGARELA, J. J. Matinho: **Homem e Terra - Reminiscências**. 2. ed. Matinhos, PR: Prefeitura Municipal de Matinhos; Fundação João José Bigarella para Estudos e Conservação da Natureza, 1999.

BOBBIO, Norberto. **“Teoria das elites”**. In. Dicionário de política. Brasília:UNB, 1986, p. 385-391.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil - 1988**. Brasília, Senado Federal, 2007.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

_____. **Código Florestal**. Lei no. 4.771, de 15 de setembro de 1965.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome**. Política Nacional de Assistência Social, Brasília, 2005.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome**. NOB/RH/SUAS, Brasília, 2007.

_____. **Orientações Técnicas - Centro de Referência de Assistência Social** CRAS, Brasília, 2009.

BRASIL. **Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 20 Jan 2013.

BRASIL. **Reforma Universitária**. Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. Brasília, 1968.

BRIZOLLA, F.; FAGUNDES, MCV; SILVA, L. M. In: Revista Brasileira de Pedagogia. Ousadia emancipatória no ensino superior: relato de uma experiência didática no Campus Litoral da Universidade Federal do Paraná, Brasília, 2010.

BROWN, A.; GRAY, J. (Eds.) **Politicalcultureandpoliticalchange in communiststates**. New York: Holmes & Meier, 1979.

CAVALLET. Valdo José. **A formação do engenheiro agrônomo em questão a expectativa de um profissional que atenda as demandas sociais do sec. XXI**. Tese de Doutorado, FEUSP, São Paulo, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CHAUÍ, M. **Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados**. In: DAGNINO, E. (Org). Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 19-30.

_____. **Cultura política e política cultural** - Conferência do mês do IEA-USP 6 de dezembro de 1994. Estudos avançados, 1995, p. (71-84).

CUNHA, M. I; FAGUNDES, MCV In: Cadernos de Educação. Discutindo Projetos emancipatórios no contexto da universidade pública no Brasil. Janeiro/Junho 25 - 44, Pelotas, 2008.

CODATO, A. N. **Elites e instituições no Brasil**: uma análise contextual do Estado Novo, Campinas, SP: [s.n], 2008.

CAPRIOGLIO, Carlos A. etalli: **Análise da L.D.B. da Educação Nacional Lei n . 9394/96**. Metanoia, São João del-Rei, n. 2, p. 25-30, jul. 2000.

DAGNINO, E. **Movimentos sociais e a emergência de uma nova cidadania**. In_____ (Org). Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 10-30.

DAHL, R. A. **Poliarquia**: Participação e Oposição, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

DAMATA, R. **“Reflexões sobre o público e o privado no Brasil: um ponto de vista perverso”**. Cadernos de Ciências Sociais. Minas Gerais, v.3, n.3, abr. 1993, p.51-62.

DENARDIN, Valdir Frigo; ABRAHÃO, Cinthia M. de Sena; QUADROS, Diomar Augusto de. (Org.). **Litoral do Paraná: reflexões e interações**. Litoral do Paraná: reflexões e interações. Matinhos: UFPR Litoral, 2011.

ESTADES, N. P. et al. **O Litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social**. 2003.

FAGUNDES, Maurício C. V. **Viajando com um PPP de intencionalidade emancipatória: admirando a formação universitária e a ação de seus sujeitos**. Tese de doutorado em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

FAGUNDES, M.C.V; GRAZIOLA P.G. JR; HOLLER S.C; NICLODI, S.C.F VERGARA, E. M. In: XI Congresso Nacional de educação- EDUCERE, PUC, Curitiba, 2013.

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 8.ed. Rio de janeiro, Globo, 1989.

FERNANDES, A. E. S. M. **Cultura da crise e a seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 3ºed. São Paulo, Cortez, 2005.

FERREIRA, E. B Dalila Andrade Oliveira (Organizadoras). **Crise da escola e políticas educativas**. Autêntica Editora, Belo Horizonte, 2009.

FILGUEIRAS, F; MONTANDON A. M; OLIVEIRA, B.M.A; ABREU, I.M. In: Revista de C. Humanas, Vol. 10, Nº 2, p. 318-334, jul./dez. 2010.

_____.;Fernando. **Corrupção, democracia e legitimidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

_____. **Sexualidade e Poder**. In: Ditos & Escritos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **A verdade não existe fora do poder**. In: Microfísica do Poder.

_____. **Nacimimiento de labiopolítica**: curso em elCollége de France: 1978-1979 – 1ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007. 189-242.

_____. **As palavras e as coisas**. Lisboa: Portugaláia, (1967).

FUCHS, Franco Caldas (Jornal Gazeta do Povo, 31 de janeiro de 2010). Cataia curtida, o uísque caíçara, 2010.

FREIRE, Paulo. **A Pedagogia do Oprimido**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987.

_____. **Pedagogia da indignação**. São Paulo: UNESP, 2000.

FREITAS, M. R. L. **Cidadania e Tutela na Política de Assistência Social**: uma análise da cultura política de gestores e usuários na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Tese de Doutorado. UNB. Brasília: 2008.

GRAHAM, Richard. (1997), **Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro, Editora UFPR.

GHANEM, E. **Participação popular na gestão escolar**: três casos de políticas de democratização. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, 1996.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. Rio de janeiro: José Olympio, 1987.

HOFLING, E. M. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

IANNI, Octávio. **Construção de Categorias**. Transcrição de aula dada no Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC/SP – São Paulo, 1º. Semestre de 1986.

IAMAMOTO, M. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

IBGE. **Censo Demográfico**:microdados. Rio de Janeiro, 2010.

IPARDES. **Caderno estatístico (vários)**. Municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá, Pontal do Sul, Curitiba: IPARDES, 2003.

_____. **Projeções das populações municipais por sexo e idade 2000 a 2010**, Curitiba, 2000.

JORNAL. O Globo. <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2011/03/veja-imagens-em-360-graus-da-destruicao-de-antonina-no-parana.html>. Acesso em 20/05/2012.

JORNAL. O Globo. <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2012/03/um-ano-apos-enchente-moradores-seguem-em-abrigos-no-litoral-do-pr.html>. Acesso em 10/07/2013.

KATUTA, A (s) cidadania (s), os movimentos sociais e as espaço-temporalidades. In: Sociedade e cidadania: desafios para o século XXI/ org. Lucia Cortes da Costa e Maria Antonia de Souza. 2ªed. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2010.

KOGA, D. H. U. **Medidas de Cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

KUENZER, Acacia Z. **"As mudanças no mundo do trabalho e a educação**: Novos desafios para a gestão". In: FERREIRA, Naura S.C. Gestão democrática da educação: Atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**. O município e o regime representativo no Brasil. São Paulo, 4 ed. Companhia das Letras, 2012.

LOPES, W. O; SAUPE, R; MASSAROLI, A. **A visita domiciliar: tecnologia para o cuidado, o ensino e a pesquisa**. Periódicos, UEM, 2008.

LUKÁCS, Georg. **História y Consciência de Classe**:estudios de dialéctica Marxista. México: Grijaldo, 1969.

MACHADO, A. C. **As políticas públicas de trabalho e assistência frente ao trabalho informal no Litoral**. Trabalho de Conclusão de curso. Pós-graduação em análise da questão social pela perspectiva interdisciplinar. UFPR, 2011.

MALINOWSKI, B. **Um diário no sentido do termo**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MARANGON, M.; AGUDELO, L. P. P.. **Comunidades rurais da APA de Guaraqueçaba: entre diálogos e conflitos**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. São Paulo: ANPPAS, 2004. p. 1-17.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

MARTINS, R. IDEM – **Retrato do Paraná**. Artigo publicado na, ilustração brasileira. Edição comemorativa do centenário do Paraná. Ano XLIV. Nº 224, 1953.

MEIRELLES, Giselle Ávila Leal de. **As relações político-administrativas entre os conselhos tutelares e a prefeitura de Curitiba**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 83(26), p. 84-115, set. 2005.

MEKSENAS, Paulo. **Aspectos metodológicos da pesquisa empírica**: a contribuição de Paulo Freire. In: Revista Espaço Acadêmico, n. 78. São Paulo, 2007.

MILLS, C.W. **A elite no poder**. 4.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Hucitec –Abrasco. São Paulo – Rio de Janeiro, 1992.

_____. (org). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. SANCHES, O. **Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?** Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, Jul.-Set, 1993.

MOISÉS, J. A. **Os brasileiros e a democracia**. Bases sócio-políticas da legitimidade democrática. São Paulo: Editora Ática, 1995.

_____. **Cultura Política, Instituições e Democracia: lições da experiência brasileira**. In: Revista Brasileira de Ciência Sociais; Vol. 23, nº 66. São Paulo, 2008.

MONTEIRO, R. R. **A organização espacial no litoral paranaense**. Disciplina FAU USP AUP 5840 - O Mercado e o Estado na organização espacial da produção. Disponível em: http://www.fau.usp.br/docentes/depprojeto/c_deak/AUP840/6t-alun/2013/m3/13r-monteiro-litoral-parana.pdf Acesso em 15/03/2014.

MORIN, E. **Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro**. São Paulo, Cortez, 6a edição. 2006.

MOSCA, Gaetano. **“A Classe Dirigente”**. In: SOUZA, Amaury de (org.). Sociologia Política. Tradução de Alice Rangel. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1996.

NARAYAN, D. **Voices of the poor Can anyone hear us?** Washington, D.C.: The World Bank, Oxford University Press, 2000. In: CRESPO. A.P.A; GUROVITZ . E. **A pobreza como um fenômeno multidimensional**. RAE-eletrônica, Volume 1, Número 2, jul-dez/2002.

NEGRÃO, F. **Inquéritos e levantamentos sobre o ensino médio e elementar no Paraná**. Rio de Janeiro, Saraiva, 1953.

_____. **Genealogia Paranaense**. 6 Volumes. Imprensa Oficial do Estado do Paraná.

NOGUEIRA, M. A. **As possibilidades da política: ideias para uma reforma democrática do Estado**. São Paulo, Paz e Terra, 1998.

OLIVEIRA, R. C. **O silêncio dos vencedores. Genealogia, classe dominante e Estado no Paraná**. Curitiba: Moinho do Verbo, 2011.

_____. **Famílias Históricas do Litoral Paranaense**. A Família Miranda Coutinho. Curitiba, 2005.

PARETO, Vilfredo. **“As elite e o uso da força na sociedade”**. In: SOUZA, Amaury de (org.). Sociologia Política. Tradução de Alice Rangel. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1996.

PIERRI, N. **O litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 8, p. 25-41, jul./dez. 2003.

PARANA. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Paraná: 2006.

PATEMAN, C. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

PEREIRA, P. A.P. **Necessidades humanas: subsídios a crítica dos mínimos sociais**. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PARANA. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Paraná: 2006.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano. **A Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado do Paraná**: atuação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – 2003-2010. Curitiba: SEDU; PARANACIDADE, 2010.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

PAVIANI, J. **Cultura, humanismo e globalização**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2004.

PIMENTA, S. G; ANASTASIOU, CAMARGO, L. G. **Docência no Ensino Superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 2008.

REZENDE, M.J. **Raymundo Faoro e os enigmas da transição política no início da década de 1980 no Brasil**. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, E-DUFSC, v.42, n1e2, p. 165-192, Abril, 2008.

RENNÓ, Lúcio R. **Indivíduo, comunidade e cultura: fronteiras do debate entre liberdade e comunitarismo no Brasil**. In: ARAÚJO, E. P. et al. (Orgs.). Política e valores. Brasília: Editora da UnB, 2000.

RIBEIRO, L. C. Q; CORRÊA, F. S: **Cultura política, cidadania e representação na urbs sem civitas: a metrópole do Rio de Janeiro**. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 14, 30, mai./ago. 2012, p. 156-193.

ROMANELLI, Otaíza de O. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis, Vozes, 1980.

SANTOS, B, S. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Para uma pedagogia do conflito.** In: SILVA, Luiz Heron. Reestruturação curricular: novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais. Porto Alegre: Sulina, 1996. p. 15-33.

_____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 348p.

_____. **A globalização e as ciências sociais.** 4ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEMA-PARANA. **Monitoramento da balneabilidade das águas do litoral do estado do Paraná período 1989/90 à 2004/05.** Relatório técnico 29 p. 2005.

SCHONS, Selma Maria. **Assistência Social: sobre a conceituação, o significado e as perspectivas.** In: Lei Orgânica de Assistência Social. Curitiba: Grafiven, 1994.

SILVA, V. **Sociedade Brasileira de Ciência do Solo. Núcleo Estadual do Paraná. Conhecendo os principais solos do Litoral do Paraná:** abordagem para educadores do ensino fundamental e médio /, [et.al.].— Matinhos (PR) : UFPR, 2013. 32 p.; il. (Projeto Areia na Escola).

TINTI, Dione Lorena & HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi. **Jovens e Comportamento Político em Matinhos/PR.** In: Anais do II Seminário internacional sobre cultura, imaginário e memória da América Latina, 2009, Curitiba.

UFPR. **Projeto Político Pedagógico da UFPR Setor Litoral.** Matinhos, 2006.

UFPR. LABMÓVEL. Documentário. **Quem acordou o Dragão:** Um olhar sobre os desastres ambientais que ocorreram no Litoral Paranaense. 2012.

VIANA, M. **Paranaguá na história e na tradição.** Paranaguá: Conselho Municipal de Cultura, 1976.

VIEIRA, L. V. L.; JORGE, M. A. **Turismo sustentável no litoral sul de Sergipe:** zoneamento dos aspectos ambientais e impactos associados. I Seminário de Pesquisa FAP-SE Aracaju, 2003. 4p.

VILLAÇA, F. **Reflexões sobre as cidades brasileiras.** São Paulo: Studio Nobel, 2012.

VIOLA, E. & MAINWARING, S. **Novos Movimentos Sociais:** cultura política e democracia: Brasil e Argentina. In: Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul. Editora Brasiliense. São Paulo: 1987.

WACHOWICZ, Ruy Christowam. **História do Paraná.** Curitiba: Gráfica Vicentina, 1995.

ANEXOS

Povo Caiçara

Singeleza – talvez esta seja a palavra para descrever o povo caiçara. Mas como descrevê-lo? Recorro a Mario Quintana para me fazer entender quando diz “trago-te palavras apenas e que estão escritas do lado de fora do papel”. Sim, é este sentimento que aflora em mim para poder falar sobre este povo ainda não entendido, ainda não valorizado.

Pele curtida de sol com os olhos espremidos pela claridade, sorriso franco e calmo ao acolher o visitante que vem tomar café. Ou ainda aquele que desliza manso pelo rio ao alvorecer, cortando as águas claras ou escuras com sua canoa que percorre a trajetória ribeirinha.

A casinha é simples, mas arrumada com capricho, onde se vê a fé que se faz evidente. O trabalho é artesanal e suado, regado de paciência e sapiência, traduzindo a leitura que se sabe das marés, das luas, do vento...

Conhecimento este que veio de longe, dos antepassados indígenas, que foi passando e que ainda (graças à Deus) teima em sobreviver: que sabe fazer canoa, pescar no mar aberto ou no rio, que mantém a sua fé com a força no “Divino Espírito Santo”, suas rezas e benzimentos, seus causos e histórias, seus remédios e fandango...

Tem mais, sabedor das técnicas de plantio no solo arenoso e muitas vezes castigado pelas chuvas tropicais com seus roçados de sustento. O caiçara é em sua origem mestiço do índio herdando a importância atribuída à lua e a maré que sempre trouxeram bom peixe e boa caça.

Os conhecimentos técnicos europeus foram se agregando e caminharam com a cultura indígena que foi ganhando matizes diversas e ficando mais rica com a vinda do negro africano.

Este povo que vem sendo esquecido está vivo e merece todo o nosso respeito. Acusados injustamente de preguiçosos não foram vistos na sua essência e sabedoria respeitando o solo e as marés.

Assim como o significado da palavra caiçara que vêm do TUPI (Kaai'sa), estes são como cercas de ramos que podem vergar, mas não quebrar. São, cada um deles, “fortificações” que souberam tornar a adversidade ferramenta para sua sobrevivência.

Gente simples acostumada a trabalhar duro de sol a sol, regidos pelas fazes da lua para plantar, pescar e caçar. Assim saboreando a vida com o café adoçado com melado e sustentado pela mandioca-raiz que lhes dá a seiva, ousou dizer:

“O doce que tempera o movimento da vida, Tirado do caldo da cana, cheio de variações e ondulações, ao gosto da maré, mas que o caiçara finca o pé, tem raiz, tem história e esta precisa ser conhecida.”

Ana Maria (Nana) Ferreira

APÊNDICE A

ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS/

DATA: / / **LOCAL:** _____

TEMPO DE CONVERSA:

ABORDAGEM:

() individual () coletiva () solicitada () acaso () instituição

IDENTIFICAÇÃO BÁSICA

- ✓ Nome?
- ✓ Idade? Tempo de existência institucional?
- ✓ Município/ região que reside/residia? Tempo de Moradia?
- ✓ Demandas atuais: emergencial devido ao desastre?
- ✓ Localização?
- ✓ Oriundo do local? Se não, de onde?
- ✓ Expectativas/Anseios?
- ✓ Elementos apontados sem terem sido instigados?

IDENTIFICAÇÃO AFINADA

- ✓ Abridados? Onde?
- ✓ Composição familiar?
- ✓ Família no mesmo abrigo?
- ✓ Perdas? Quais?
- ✓ Situação de trabalho, renda, ocupação?
- ✓ Situação de saúde?
- ✓ Acesso a programas/políticas? Quais?
- ✓ Aspectos emocionais visíveis/ comportamento durante a entrevista?

APÊNDICE B

DIÁRIO DE CAMPO

FATORES SURPRESA / ELEMENTOS SECUNDÁRIOS:

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

MEU ESPAÇO: REFLEXÕES/ QUESTIONAMENTOS/ PENSAMENTOS/ SURGIDOS A PARTIR DA CONVERSA

[illegible]